

AOS LEITORES

A VOZ DO ATENEU NO EXTERIOR

João Paulo Gama Oliveira
ORGANIZADOR

QUESTÕES PARA (RE)PENSAR O PATRIMÔNIO EDUCATIVO:

acervos, espaços de memória
e impressos escolares



Criação Editora

Título:
QUESTÕES PARA (RE)PENSAR
O PATRIMÔNIO EDUCATIVO:
acervos, espaços de memória
e impressos escolares

Organizador:
João Paulo Gama Oliveira

ISBN:
978-85-8413-556-1



Criação Editora

CONSELHO EDITORIAL

Ana Maria de Menezes
Christina Bielinski Ramalho
Fábio Alves dos Santos
Gilvan Rodrigues dos Santos
Ítalo de Melo Ramalho
Jorge Carvalho do Nascimento
José Afonso do Nascimento
José Eduardo Franco
José Rodorval Ramalho
Justino Alves Lima
Luiz Eduardo Oliveira
Martin Hadsell do Nascimento
Rita de Cácia Santos Souza

João Paulo Gama Oliveira
ORGANIZADOR



QUESTÕES PARA (RE)PENSAR O PATRIMÔNIO EDUCATIVO:

**acervos, espaços de memória
e impressos escolares**



Criação Editora
Aracaju | 2024

Copyright 2024 by João Paulo Gama Oliveira

Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, com finalidade de comercialização ou aproveitamento de lucros ou vantagens, com observância da Lei de regência. Poderá ser reproduzido texto, entre aspas, desde que haja expressa marcação do nome do autor, título da obra, editora, edição e paginação.

Grafia atualizada segundo acordo ortográfico
da Língua Portuguesa, em vigor no Brasil desde 2009.

Projeto gráfico
Adilma Menezes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo, SP)
Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Pedro Anizio Gomes - CRB-8 8846

048q	Oliveira, João Paulo Gama (Org.) Questões para (re)pensar o patrimônio educativo: acervos, espaços de memória e impressos escolares / Organizador: João Paulo Gama Oliveira. – 1. ed. – Araca- ju, SE: Criação Editora, 2024. 146p. figs; tabs.; quadros; fotografias. Inclui bibliografia. ISBN 978-85-8413-556-1 1. Educação. 2. Formação de professores 3. Impressos-escola. 4. Produção estudantil. I. Título. II. Assunto. III. João Paulo Gama Oliveira (Org.) CDD 370.71 CDU 377.8
------	---

A presente obra contou com financiamento da FAPITEC/SE por meio do
Edital FAPITEC/SE/FUNTEC Nº 11/2023 – PRAEV EM ÁREAS ESTRATÉGICAS.

E OS PROJETOS GANHAM CORPO E FORMA: JORNALIS ESTUDANTIS E PATRIMÔNIO EDUCATIVO EM DEBATE – PALAVRAS DE APRESENTAÇÃO

A presente obra é fruto de dois Projetos que se intercalam, um Projeto de Pesquisa aprovado na Chamada CNPq/MCTI/FNDCT Nº 18/2021 - Faixa A - Grupos Emergentes Processo: 404241/2021-2 intitulado como “Os jornais estudantis em Sergipe (1874-1959): práticas educativas pela ótica dos discentes do secundário” tendo a Universidade Federal de Sergipe como instituição executora em parceria com a Universidade Federal de Pelotas e a Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura (Seduc/SE). Juntamente com o Projeto para realização do Evento “XII Seminário do Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense: o patrimônio educativo em questão” e II Workshop “Os jornais estudantis em Sergipe” aprovado no Edital FAPITEC/SE/FUNTEC Nº 11/2023 – PRAEV EM ÁREAS ESTRATÉGICAS.

O livro discute sobre o patrimônio educativo a partir de acervos, centros de memória e impressos, com as lentes analíticas de distintos pesquisadores/as que tratam do acervo da Câmara dos Deputados de Brasília, de um Grupo de Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas, do Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (Cemas); Centro de Memória da Formação Docente do Instituto de Educação Rui Barbosa (Cierb) e do Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS (Cemdap). Dos acervos e centros de memória emergem análises mais específicas sobre os impressos escolares, com foco nas revistas e jornais.

Juntos/as em duas mesas intituladas “Acervos e fontes: desafios e possibilidades para as pesquisas históricas” e “Espaços de memória escolar e fontes para a escrita da História da Educação: questões para (re)pensar o patrimônio educativo” os/as pesquisa-

dores/as Juarez Tuchinski dos Anjos, Ivanildo Gomes dos Santos, Rosemeire Marcedo Costa, Joaquim Tavares da Conceição, Maria Teresa Santos Cunha, Cristiani Bereta da Silva e João Paulo Gama Oliveira nos provocam a (re)pensar o patrimônio educativo, sua constituição, preservação, salvaguarda e desafios, por outro lado, também nos impulsionam a refletir sobre possibilidades de análises e escrita da história, contribuições para a constituição de determinados grupos em dado momento histórico e apresentam provocações para a pesquisa com várias tipologias de acervos, com ênfase nos impressos da escola, como revistas e jornais escolares.

Deste modo, a obra cumpre uma tripla finalidade: 1-Apontar novas perspectivas de estudo da área de história da educação no Brasil, em diálogo com diferentes referenciais teórico-metodológicos no que tange ao trato com distintos acervos com ênfase no patrimônio educativo; 2-Divulgar os resultados de Projetos que conseguiram congregiar distintos/as estudiosos/as do assunto que reunidos na Universidade Federal de Sergipe nos dias 22 e 23 de outubro de 2024 debateram, propuseram, refletiram e apontaram tensões existentes nesses campos de disputa que perpassam o passado educacional brasileiro; 3-Suscitar outras pesquisas que nos possibilitem ampliar “Questões para (re)pensar o patrimônio educativo: acervos, espaços de memória e impressos escolares”.

Uma excelente leitura a todos/as!

João Paulo Gama Oliveira

Aracaju/SE, primavera de 2024

PREFÁCIO

Era uma vez um amontoado de documentos em um banheiro desativado de uma escola, eis que temos um Centro de Memória guardião e propagador do patrimônio educativo

Lembranças, recordações, memória, história. Palavras que afloram ao prefaciar a obra **“Questões para (re)pensar o patrimônio educativo: acervos, espaços de memória e impressos escolares”** organizada com qualidade por João Paulo Gama Oliveira. As duas agências de fomento, CNPq e Fapitec/SE foram significativas no meu início dos trabalhos de pesquisadora. A FAP/SE (hoje Fapitec/SE) financiou a organização da exposição dos 135 anos do Atheneu Sergipense, ocasião em que criamos em agosto de 2005 o Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (Cemas). João Paulo foi monitor, nascendo o gosto pelas questões históricas do Atheneu Sergipense. Naquele mesmo ano, aprovara um projeto do CNPq sobre os Professores de Matemática do Estado de Sergipe. E quem foi bolsista? O mesmo graduando em História pela UFS, João Paulo.

Portanto, palpita orgulho em acompanhar de perto os frutos decorrentes dos anos de dedicação às pesquisas em História da Educação, especificamente nessa obra sobre patrimônio educativo, com os exemplos de acervos, natureza dos documentos e centros de memória salvaguardados.

Lembrar para não esquecer. Essa história inicia lá nos anos de 2001, quando iniciei o Doutorado em Educação na PUC/SP com o foco nos Planos de Estudos do Atheneu Sergipense. Indicava: onde estavam os documentos que testemunhavam a vida daquela insti-

tuição? As fontes de informação da educação em Sergipe, uma vez que, como ficou demonstrado em Alves, 2005, o Atheneu Sergipense desempenhou papel relevante na configuração da educação secundária sergipana. Como nos orienta Belloto, 2002, documentos decorrentes da vida administrativa e pedagógica. A partir do emaranhado de papéis sem nenhuma organização localizados no banheiro desativado da escola, comecei a cogitar na organização daquele espaço.

E, já com o faro aguçado em acervos históricos, centros de memória, visitei em 2004 o “Centro de Memória da Educação” organizado pela Faculdade de Educação da USP. Busquei entender as atividades ali realizadas quanto a organização e preservação dos acervos escolares, os materiais necessários para o manuseio. Nasceu um sonho em fazer no Atheneu Sergipense algo semelhante, principalmente ter um arquivo deslizante para guardar o acervo.¹ No ano seguinte, julho de 2005, busquei mais aprendizado no I Encontro de Arquivos Escolares e Museus Escolares, realizado na USP como iniciativa do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História da Educação (NIEPHE).

Tal relato pondero importante para que o leitor aprecie o alicerce, a terra lavrada, a participação em eventos sobre arquivos e museus escolares, as visitas a espaços de memória escolar (no Brasil, na Colômbia, no Uruguai e em Portugal), os debates dos congressos da área, as publicações em revistas especializadas, a semente disseminada na construção e constituição do Cemas nesses 19 anos. A partir de então, a integração em diferentes projetos e com as orientações de Mestrado e Doutorado possibilitaram visitas ao espaço do Cemas, de diversos pesquisadores locais, nacionais e internacionais. Tal intercâmbio tem sido enriquecedor, uma vez que amplia a divulgação das pesquisas realizadas com o acervo do Cemas como também se estrei-

1 O arquivo deslizante foi instalado no Cemas no ano de 2019.

tam os laços e propostas de investigações acerca do patrimônio educativo e outras temáticas.

Já com uma produção significativa que utilizava os documentos históricos do Atheneu Sergipense salvaguardados no Cemas, realizamos em 2012 o I Seminário do Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense,² nesse momento em sua XII edição, ampliando sobremaneira o debate científico sobre patrimônio educativo, resultado desse processo.

Retomando a significativa obra aqui prefaciada, apreciar diferentes formas de organizar e analisar documentos, com ênfase nas revistas e jornais, além de outros existentes em Alagoas, Brasília, Santa Catarina e Sergipe, nos anima a confirmar que a semente fincada com a criação do Cemas, frutificou, em um evento que divulga resultados das investigações que revelam parte significativa do patrimônio educativo brasileiro.

Certamente os palestrantes e autores dos textos “espanejando a poeira que testemunha sua antiguidade e seu abandono pelos homens” ouviram o grito dos documentos “cuidado, tem gente aqui” (Slenes, 1985, p.173).³

E a “gente” começou a falar.

Juarez José Tuchinski dos Anjos, reportando-se a documentos do Arquivo Histórico da Câmara dos Deputados, localizado anexo ao Palácio do Congresso Nacional, em Brasília, nos presenteia com a análise de “alguns movimentos políticos pela criação de escolas secundárias no Império”. Prevalendo-se de “ofícios” e “projetos parlamentares”, das Províncias de Minas Gerais, Bahia, Ceará, Paraíba e Goiás, o autor evidencia a “rede de comunicação utilizada” e instiga novas pesquisas. Aqui questiono: Há “ofícios” e “projetos”

2 Decorrente do seminário foi publicada a obra: ALVES, Eva Maria Siqueira (org.) **Entre papéis e lembranças**: o Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense e as contribuições para a história da educação. Aracaju, EDISE, 2015.

3 SLENES, Robert W. Escravos, cartórios e desburocratização: o que Rui Barbosa não queimou será destruído agora? **Revista Brasileira de História**, v. 5, n. 10, mar./ago. 1985.

da Província de Sergipe para investigar como se deu tal movimento político para a criação do ensino secundário?

O relato fundamentado teoricamente de Ivanildo Gomes dos Santos nos apresenta as atividades realizadas no processo de recuperação e preservação do “acervo documental e patrimonial das antigas Faculdades de Medicina, Direito e Filosofia, da Universidade Federal de Alagoas” e consequente criação do Fundo Élcio de Gusmão Verçosa (FEGV). Ao expor na fotografia “o estado inicial do acervo”, provoca-nos a curiosidade em saber como se encontra o referido espaço após as incursões iniciais de organização.

Objetivando analisar “o perfil socioeconômico dos alunos do Colégio de Aplicação no período de 1960 a 2008”, Joaquim Tavares da Conceição toma como fontes prioritárias a documentação discente salvaguardada no Centro de Pesquisa Documentação e Memória do Colégio de Aplicação – UFS (Cemdap). As diferentes formas de ingresso no Colégio, quer por meio do exame de admissão, exame de seleção, seleção por sorteio de vagas, sorteio de vagas com cotas específicas para estudantes provenientes de escolas públicas e para filhos de servidores da UFS, vão definir o perfil discente do CODAP, suscitando um novo foco investigativo: qual o perfil socioeconômico dos alunos do Atheneu Sergipense?

Saindo de um espaço específico de preservação de documentos como os textos anteriores, Maria Teresa Santos Cunha, emprega como fonte o impresso escolar em forma de revista, nomeadamente a “Pétalas” de Santa Catarina e dá voz as recomendações para o exercício do magistério feminino. Biografias de vultos nacionais, acontecimentos sociais, dentre outras temáticas vão orientar aquelas futuras professoras. Nesses termos, vislumbro aproximações com a formação das professoras da Escola Normal Rui Barbosa, e mesmo dos impressos do feminino Colégio Nossa Senhora de Lurdes, ambos em Sergipe.

Ainda com a temática de impressos escolares, Cristiani Bereta da Silva expõe o árduo trabalho de inventário de jornais de esco-

las primárias e secundárias catarinenses, considerando-os como “fontes privilegiadas para se observar culturas de memória, naquilo que comportam de narrativas legitimadas sobre seu contexto de produção”. Tal assertiva aproxima-se as pesquisas apresentadas no seminário que frutificou o presente livro, abrindo leques de possibilidades em inventariar o acervo de jornais escolares decorrentes do Projeto “Os Jornais estudantis em Sergipe (1874-1959): práticas educativas pela ótica dos discentes do secundário”.

Os jornais Liberdade Estudantil e A voz do Atheneu são estudados por João Paulo Gama Oliveira, mostrando com propriedade parte do patrimônio educativo salvaguardado no Cemas. Detalha em um infográfico, os “12 passos no trabalho com o acervo documental”, trazendo ainda um quadro com informações de 43 jornais estudantis e escolares que circularam em Sergipe. A análise empreendida cria novas perspectivas de investigações com o rico acervo. E como sei perfeitamente do grande fôlego do autor, questiono, qual o próximo investimento de pesquisa?

Por fim, Rosemeire Marcedo Costa, que com dedicação se apropriou de fontes do Cemas para a produção da tese de doutorado, como discípula aplicada é gestora do Cierb – o Centro de Memória da Formação Docente do Instituto de Educação Rui Barbosa –, expondo nesse capítulo etapas de sua organização e ações realizadas. Envolve alunos da própria escola, da graduação e pós-graduação, fazendo a interligação das pesquisas do ensino superior com a educação básica.

Indubitavelmente a equipe gestora do Cemas conseguiu ir além de “reunir, organizar, higienizar, inventariar”; “pesquisou”⁴, retratou os documentos, objetos, mobiliários lá preservados, abriu uma nova vertente com as ações do Cierb, produziu conhecimento decorrente das investigações empreendidas, divulgou os produtos em artigos, livros, eventos científicos, vídeos, podcasts, exposições. Reuniu nesse seminário pesquisadores de diferentes instituições.

4 SOUZA, Rosa Fátima de. Preservação do Patrimônio Histórico Escolar no Brasil: notas para um debate. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 14, n. 26, jan./jun. 2013. p. 199-221.

Tomara que vários outros eventos ocorram para provocar que os governos municipais, estaduais e federal percebam a grandiosidade que é a pesquisa histórica e a preservação de acervos!

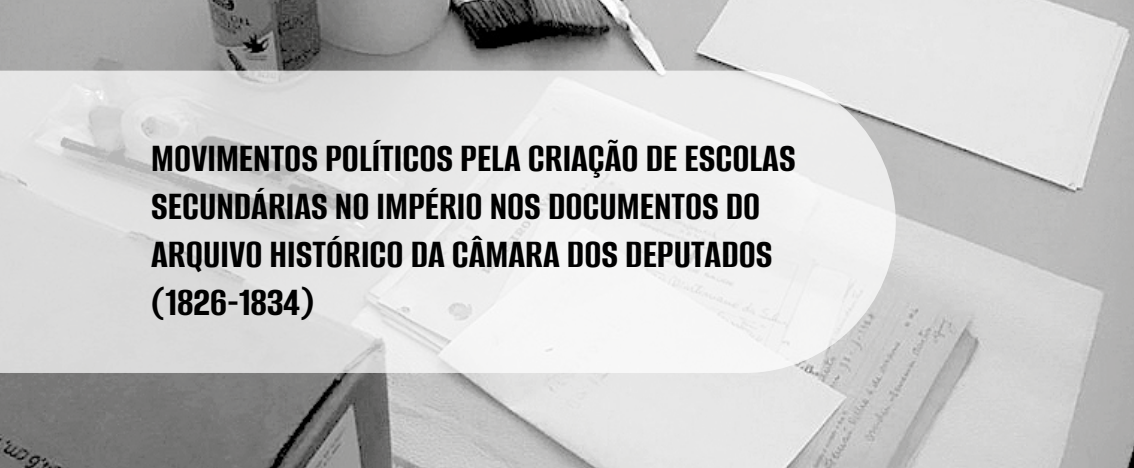
Eva Maria Siqueira Alves

Agosto de 2024, 19 anos do Cemas

SUMÁRIO

E OS PROJETOS GANHAM CORPO E FORMA: JORNAIS ESTUDANTIS E PATRIMÔNIO EDUCATIVO EM DEBATE – PALAVRAS DE APRESENTAÇÃO <i>João Paulo Gama Oliveira</i>	5
PREFÁCIO <i>Eva Maria Siqueira Alves</i>	7
MOVIMENTOS POLÍTICOS PELA CRIAÇÃO DE ESCOLAS SECUNDÁRIAS NO IMPÉRIO NOS DOCUMENTOS DO ARQUIVO HISTÓRICO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (1826-1834) <i>Juarez José Tuchinski dos Anjos</i>	15
RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO ACERVO DO GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E LITERATURA <i>Ivanildo Gomes dos Santos</i>	33
“GUARDIÃO” DO PATRIMÔNIO ESCOLAR: O CENTRO DE MEMÓRIA DA FORMAÇÃO DOCENTE DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO RUI BARBOSA (1875-1947) <i>Rosemeire Marcedo Costa</i> <i>David da Silva Assis</i>	45

FORMAS DE INGRESSO E PERSPECTIVAS DO PERFIL DISCENTE DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFS (1960-2008) <i>Joaquim Tavares da Conceição</i>	61
DIZERES PARA O EXERCÍCIO DO MAGISTÉRIO FEMININO: RECOMENDAÇÕES NA REVISTA PÉTALAS (DÉCADAS DE 1940/1960) <i>Maria Teresa Santos Cunha</i>	79
JORNAIS ESCOLARES COMO CULTURAS DE MEMÓRIA (SANTA CATARINA, DÉCADAS DE 1890-1970) <i>Cristiani Bereta da Silva</i>	97
OS JORNAIS <i>LIBERDADE ESTUDANTIL E A VOZ DO ATHENEU</i> : PATRIMÔNIO EDUCATIVO SALVAGUARDADO NO CENTRO DE EDUCAÇÃO E MEMÓRIA DO ATHENEU SERGIPENSE <i>João Paulo Gama Oliveira</i>	119
Organizador/autores	143



MOVIMENTOS POLÍTICOS PELA CRIAÇÃO DE ESCOLAS SECUNDÁRIAS NO IMPÉRIO NOS DOCUMENTOS DO ARQUIVO HISTÓRICO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (1826-1834)

Juarez José Tuchinski dos Anjos

Introdução

O Arquivo Histórico da Câmara dos Deputados, localizado no Anexo II do Palácio do Congresso Nacional, em Brasília, abriga documentos relativos à atividade legislativa brasileira desde a Constituinte de 1823 até meados do século XX, versando sobre os mais diversos aspectos da vida política e social do país, dentre os quais, a educação. Apesar da riqueza de seu acervo, é ainda pouco frequentado pelos historiadores da educação. Em trabalhos anteriores, procurei chamar a atenção para a potencialidade deste arquivo para a escrita da história da educação no Império em temas como a relação entre os arquivos e o trabalho do historiador da educação (Anjos, 2018), a cultura material escolar (Anjos, 2019a), a instrução primária (Anjos, 2019b), a instrução pública nas petições e requerimentos dirigidos à Assembleia Constituinte (Anjos, 2023a) e as aspirações democráticas pelo direito à educação nos primórdios do Brasil Império (Anjos, 2023b).

Neste capítulo, meu objetivo é analisar alguns movimentos políticos pela criação de escolas secundárias no Império por meio dos documentos custodiados pelo Arquivo Histórico da Câmara dos Deputados, no recorte temporal de 1826 – ano da primeira legislatura – até 1834 – quando foi aprovado o Ato Adicional à Constituição de 1824, que redefiniu as competências educativas entre o governo central e as províncias, cabendo, a partir de então, a estas últimas, legislar sobre a instrução primária e secundária.

A documentação, geralmente manuscrita, encontra-se acondicionada em latas, num espaço climatizado no subsolo do Anexo II, catalogadas em um sistema de referência próprio, elaborado pela equipe de arquivistas da Câmara dos Deputados. Os instrumentos de pesquisa para as primeiras legislaturas variam, desde descrições pormenorizadas do conteúdo dos documentos até relações temáticas mais genéricas. Com base nas informações colhidas nestes instrumentos e complementadas pela generosidade das arquivistas, fui solicitando aqueles que abordavam a educação. Eram trazidos pelos estagiários em carrinhos até a sala de consulta, onde, então, digitalizava sem restrições aqueles que eram do meu interesse. Após a digitalização do material, realizei a leitura e fichamento de todos os documentos encontrados na Câmara dos Deputados no período em tela, classificando-os por nível de ensino e tema. Para o recorte deste capítulo, selecionei um conjunto de documentos relativos ao ensino secundário que abordam, basicamente, dois temas principais: a criação e o provimento de escolas secundárias.

Na operação historiográfica (Certeau, 2002), procurei ter presente os procedimentos recomendados por Georges Duby no trabalho do historiador com os arquivos. Conforme o medievalista,

Na primeira etapa [a que Duby designa de período de recollecção da informação] o historiador se assemelha mais a um sábio, a um geólogo ou a um astrônomo; e sua oficina a um laboratório. Realmente: o que está fazendo? Parte em busca

de todos os possíveis indícios, de todos os rastros, faz uma pesquisa. Uma vez reunidos estes documentos, os submete à prova, os examina criticamente; a pesquisa torna-se policial. O testemunho é interrogado, cominado a dizer a verdade, a não ocultar nada, a não falsear nada. Polir o testemunho, retirar-lhe todas as escórias, a capa que o envolve e que turva a vista, que impede de ver claramente: passar, classificar, filtrar, até que a “fonte” (é a palavra que empregamos) flua pura (Duby, 1994, p. 3, tradução minha).

Além disso, considere importante não perder de vista a natureza específica do Arquivo Histórico da Câmara dos Deputados e o tipo de lugar de memória (Nora, 1993) que ele materializa: ser um espaço institucional de rememoração da ação legislativa do Estado sobre a vida do cidadão. Nessa direção, foram esclarecedoras as considerações de Gustaaf Janssens, para quem, neste tipo de arquivo estatal

Os documentos do arquivo não só constituem a base para um estudo histórico original, também ratificam e garantem os direitos e obrigações do governo e do cidadão. A função social do arquivo se reflete tanto no presente como no passado. O arquivo não só determina em que medida o governo deve prestar contas ante o cidadão, mas também o conteúdo e a orientação da memória coletiva e da identidade (nacional) de uma comunidade (Janssens, 2010, p. 83, tradução minha).

Assim, à medida que o interesse por compreender aspectos da história do ensino secundário no Império me movia e levava a interrogar as evidências, foi emergindo o caráter político daqueles documentos que iam se transformando em fontes e que se tornou a hipótese desta pesquisa. Eram emendas, ofícios, pareceres, projetos, petições, requerimentos que materializavam movimentos políticos de determinados segmentos da população do Império para alcan-

çar algo que viam como direito a ser pleiteado ou defendido junto ao Estado: o de terem escolas de ensino secundário em suas localidades e condições adequadas para seu provimento. São, em última análise, testemunho de algumas das estratégias e táticas (Certeau, 1999) políticas adotadas para a produção da escola pública entre nós, numa época em que esta ainda era mais uma aspiração do que uma realidade concreta na vida da maior parte dos brasileiros.

Apresentados os protocolos de pesquisa, passo a tratar, nas páginas que seguem, de dois diferentes movimentos políticos, por meio de ofícios e projetos parlamentares, empreendidos na Câmara dos Deputados com vistas à constituição de uma escola pública secundária no Império. Ao final, encerro com algumas considerações, num enfeixamento da narrativa histórica.

Movimentos políticos por meio de ofícios

Sob a tipologia documental “ofícios”, temos, no Arquivo Histórico da Câmara dos Deputados, uma multiplicidade de documentos assim classificados: correspondências vindas das províncias, comunicação entre os conselhos das províncias e o governo central, “despachos” transmitindo pedidos às comissões das Câmaras, falando de anexos que não mais existem... Documentos de uma burocracia estatal em construção. São, em princípio, um material árido e pouco apetitoso para o historiador da educação. Mas, com alguma dose de imaginação histórica, como a que permitiu a Antonio Candido – servindo-se desse gênero documental – traçar a biografia de um burocrata do Império na sua obra *Um funcionário da Monarquia* (Candido, 2017), podemos enxergar, por trás dessa papelada, os homens ordinários (Certeau, 1999) que a produziram com objetivos bastante claros: intervir no movimento da história, particularmente, agindo para que se criassem escolas secundárias, um nível de ensino necessário para a capacitação da própria classe social que o pleiteava, as classes médias e altas (Gouvêa, 2007).

Começemos pelo ofício encaminhado pelo Visconde de São Leopoldo, secretário do Senado, à Câmara dos Deputados, em 11 de agosto de 1827:

Passo às mãos de V. Excia., para que seja presente à Câmara dos Deputados, o incluso ofício número 42, datado em 31 de julho próximo passado, do Vice-Presidente da Província de Minas Gerais, cobrindo outro da Câmara da Vila de Barbacena, em que pede se crie na dita vila uma cadeira de Gramática Latina.

Deus Guarde a V. Excia. Paço, 11 de agosto de 1827. (BRDF-CD, PDID 81B).

Se aplicarmos o paradigma indiciário de Carlo Ginzburg (1989) nessas breves linhas produzidas pela burocracia do legislativo brasileiro, podemos encontrar pistas reveladoras de um dos movimentos políticos possíveis a atuar no processo de criação de escolas secundárias. O ofício encaminha às mãos do secretário da Câmara um outro do Vice-Presidente da Província de Minas Gerais. Este, por sua vez, encaminhava um terceiro, remetido pela Câmara da Vila de Barbacena. Ou seja, o movimento político no caso em tela nascia de um pedido dos representantes de uma localidade que pleitearam junto ao governo provincial a criação de uma cadeira secundária. Este, por força da legislação vigente, era obrigado a solicitar tal providência ao poder central que, por seu turno, a encaminhou ao poder legislativo, na figura do Senado que, agora, passava a tarefa à Câmara, de acordo com o sistema bicameral adotado pela Constituição de 1824. Era por meio dessa intrincada rede política que o benefício do estabelecimento de uma cadeira secundária poderia ou não ser concedido à população de uma vila do Império. Os ofícios, que no passado eram o meio de comunicação escolhido para fazer esse movimento, são, no presente do historiador, evidência desse jogo articulado de forças que buscava intervir no movimento da história.

Movimento político semelhante pode ser capturado no ofício dirigido pelo deputado José Lino Coutinho à Comissão de Instrução Pública da Câmara dos Deputados, em ofício de 15 de setembro de 1831:

A Regência, em nome do Imperador, me ordena que remeta à V. Excia. o ofício incluso da Câmara Municipal da Vila de Paracatu do Príncipe, em que pede que seja sancionada Resolução da Assembleia Geral sobre outra do Conselho Geral da Província de Minas Gerais, relativa à criação de duas cadeiras de Lógica e Retórica naquela vila, a fim de que sendo presente à Câmara dos Senhores Deputados, possa esta deliberar o que lhe parecer conveniente.

Deus Guarde a V. Excia. Paço em 15 de setembro de 1831.

José Lino Coutinho (BRDFCD, Lata 61, maço 25, pasta 12).

Agora, os ventos que sopravam na política brasileira eram outros. Estamos nos tempos da regência, quando o governo do país, em decorrência da minoridade do herdeiro do trono, ficou nas mãos de regentes. A eles, agora, cabia zelar pelas necessidades da população, dentre as quais estava a educação. Por isso, à Regência foi dirigida uma Resolução elaborada a partir de outra, do Conselho Geral da Província de Minas Gerais. Os Conselhos Gerais, como já demonstraram Faria Filho *et al.* (2006), tiveram um papel importantíssimo na história da educação no período anterior ao Ato Adicional de 1834, articulando os primórdios das redes de ensino provinciais, sendo, inclusive, espaço de intensos debates sobre o tema. Mas os Conselhos não tinham autonomia para fazer leis: suas resoluções precisavam ser aprovadas pela Assembleia Legislativa Geral, formada pela reunião da Câmara e do Senado. Daí o movimento político que este ofício testemunha: o Conselho Geral de Minas submetendo à apreciação do poder central um projeto que criava cadeiras de Lógica e Retórica na Vila de Paracatu do Príncipe. Caberia, no momento flagrado pelo documento, à Comissão de Instrução Pública da Câmara avaliar a

pertinência do pedido e, em sendo de parecer positivo, encaminhá-lo ao plenário. No pedido em questão, a ausência de anotações sobre o trâmite legislativo – que, como veremos adiante, eram feitas nos próprios documentos – sugere que tal solicitação não teve andamento e, possivelmente, não foi atendida, em que pese toda a movimentação de forças políticas que trabalharam pela sua aprovação.

Os ofícios que vimos até aqui se referiam a anexos que, infelizmente, não foram encontrados junto deles no Arquivo Histórico da Câmara. Entretanto, ao menos um desses anexos sobreviveu ao tempo e nos permitirá observar como uma das forças políticas envolvidas no processo de criação de escolas secundárias – as Câmaras Municipais – argumentavam para pleitear a criação de uma cadeira desse nível de ensino. É o que podemos analisar no ofício enviado pela Câmara Municipal da Vila de São José da Barra do Rio das Contas, na Bahia, solicitando a criação de uma escola secundária naquela localidade, realizado em 1825, mas remetido à Comissão de Instrução Pública somente em 15 de maio de 1827:

A Câmara da Vila de São José da Barra do Rio das Contas, da Comarca de Ilhéus, prostrada com toda aquela submissão devida à V. Excia., representamos:

Que sendo esta Vila das mais antigas da mesma comarca e populosa, cada vez mais se aumenta o número dos seus habitantes pelo aumento físico que tem tido e continua a ter pela grande exportação de gêneros que são da primeira necessidade e vastidão das terras que abundam de fértil cultura de todos os gêneros: por isso se faz merecedora da proteção de V. Excia. [ilegível] constante número de meninos a quem faltam os meios necessários de adquirir conhecimento das segundas letras à falta de mestre que exercite o emprego tão desejado para que sejam [ilegível] aqueles que ao futuro podem ser uteis ao bem comum e serviço do Estado e de S. M. Nosso Senhor.

Em tais circunstâncias não tem outro remédio mais que implorar a V. Excia. [ilegível] uma vez que a publicidade e o número dos habitantes pendem para ser adquiridos pelo bem de seus próprios filhos, aquilo que por lei se deve prometer aos seus intentos de um mestre para segundas letras e assim imploramos com esta representação [...]

Vila da Barra do Rio das Contas em 29 de outubro de 1825.
(BRDFCD, PDID 888).

O ofício, assemelhando-se muito a um outro gênero documental existente no Arquivo Histórico da Câmara dos Deputados, as petições, apresenta toda uma retórica mobilizada com o objetivo de legitimar o pedido da Câmara dos Vereadores. Primeiro, alega o tamanho da população, extensão do território e seu peso econômico; depois, a existência de meninos “a quem faltam os meios necessários de adquirir conhecimento das segundas letras”, que, se receberem essa instrução, poderiam no futuro ser “úteis ao bem comum e serviço do Estado”, reconhecendo, assim, uma certa aplicabilidade prática dos saberes secundários para aqueles que quisessem trilhar carreiras públicas, das quais um Estado independente em formação tanto necessitava.

Para o benefício da cidade e de seus mais jovens habitantes é que se dirigiam os edis ao poder central, pleiteando a criação e provimento de uma cadeira de ensino secundário na sua vila. Seu pedido não parece ter logrado êxito, em que pese a sua retórica legitimadora: não foi atendido em 1825 e, apesar de encaminhado à Comissão de Instrução Pública em 1827, não há indicativo de que tenha tido andamento. Se, em teoria, economia e demanda justificavam o pedido de criação de uma escola, na prática, era preciso que outras forças políticas – como a dos deputados – abraçasse a causa e a transformasse, ao menos, em um projeto de lei, que, se apoiado pela maioria e aprovado, poderia resultar efetivamente no aumento da ainda tímida rede de escolas secundárias do Império. É sobre esse outro tipo de movimento que trataremos na seção a seguir.

Os movimentos políticos por meio de projetos

Conforme a versão provisória do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – elaborada em 1826 e que vigorou até 1831, quando foi aprovado o Regimento definitivo – os projetos de lei precisavam seguir algumas diretrizes: legislar somente sobre matéria que fosse da alçada do poder legislativo; serem concisos, sem preâmbulos e apresentar proposições dependentes entre si, que não pudessem ser aprovadas em separado (BRDFCD, 1826, art. 115-119). Para fins de trâmite legislativo, um projeto deveria ser registrado em livro próprio, ocasião em que se faria sua primeira leitura; depois, seria objeto de segunda leitura em outra sessão “segundo a ordem de sua antiguidade ou da preferência que se lhes der pela importância” (BRDFCD, 1826, art. 121). Após a segunda leitura, se votaria se ele seria objeto de deliberação. Se rejeitado, seria arquivado, se aprovado, seria remetido à comissão relativa ao tema de que ele tratava (BRDFCD, 1826, art. 123-124). Nas comissões, o projeto poderia vir a ser alterado ou não. Se recomendado, seria impresso e posto em nova discussão. (BRSDFC, 1826, art. 125-129). Após mais três leituras e três discussões em plenário, durante as quais poderia sofrer emendas – de preferência supressivas – ocasião em que discutiriam suas vantagens ou inconvenientes, poderia vir a ser rejeitado ou aprovado. Se aprovado, seria remetido ao Senado, onde passaria por igual processo, até, finalmente, se aprovado também na Câmara Alta, tornar-se lei, recebendo a sanção imperial.

A discussão dos projetos era – e continua sendo até nossos dias – a base do processo legislativo e o típico exercício do poder representativo de que estavam investidos os deputados imperiais. Era ali que se evidenciavam as tensões entre as forças políticas, havendo sempre a vitória de uma posição sobre outras. Isso demandava acordos, solidariedades e adesões para que um projeto chegasse a tornar-se lei. Daí podermos concordar com E. P. Thompson (1997) quando considerou

que as leis resultam de negociações e expressam, por isso, a solução possível diante de determinado tema de interesse social. Nos limites deste capítulo, não acompanharemos os debates legislativos sobre os projetos relativos à abertura de escolas secundárias – o que demandaria a análise dos anais da Câmara, um *corpus* documental diverso daquele que estamos examinando. Entretanto, colocaremos a atenção no texto de alguns projetos sobre esse tema, a fim de realçar as representações sociais (Chartier, 2002) acerca das condições necessárias, na ótica dos proponentes, para a criação de escolas de ensino secundário, mobilizadas nesse tipo de movimento político.

Vejamos o Projeto do Deputado de Deus e Silva, propondo a criação de escolas secundárias em Fortaleza, capital da Província do Ceará, submetido à Câmara em 1827:

A Assembleia Geral Legislativa decreta:

Art. 1º

Criar-se-ão na cidade de Fortaleza, Capital do Ceará, uma escola de Gramática e Língua Portuguesa, outra de Gramática e Língua Latina, uma de Gramática e Língua Francesa, de Teologia e Ética outra, uma de Retórica e Poética; outra de História Geral Sagrada e Profana e da particular do Império e outra de Direito Natural, Público Universal, das Nações com a análise da Constituição do Império.

Art. 2º

Para o seu ensino haverão sete professores primários, com ordenado de 600\$000 anuais.

Art. 3º.

Haverão outros tantos professores substitutos, um a cada cadeira, com ordenado de 400\$000 pagos pelo tesouro da Província.

Art. 4º

Formular-se-ão estatutos que regulem este ensino.

O Deputado de Deus e Silva.

(Anotações sobre o trâmite legislativo):

Em 1º de junho teve 1ª leitura. (BRDFCD, Lata 22, maço 2, pasta 2).

O deputado de Deus e Silva visava dotar a capital da Província do Ceará com uma verdadeira rede de escolas secundárias, com cadeiras isoladas das principais matérias que, à época, constituíam esse nível de ensino. Mas, para que pudessem funcionar efetivamente e, assim, não se tornassem letra-morta, seu projeto previa, ainda, os vencimentos dos professores, não só efetivos, mas, também, substitutos eventuais, tudo para que as escolas ensinassem bem e em qualquer situação. Dada a diversidade de escolas que estariam sendo criadas, seu projeto estabelecia, ainda, a necessidade de se formularem, posteriormente, estatutos que regulassem o funcionamento daquele conjunto de escolas, dando, assim, margem para que as minudências do seu cotidiano pudessem ser pensadas, talvez, pelas autoridades provinciais.

A apresentação desse projeto sobre o ensino secundário, no mesmo ano em que se discutia acaloradamente o projeto da Lei Geral do Ensino Primário, que viria a ser sancionada em 15 de outubro de 1827, revela a importância atribuída a esse grau de instrução no contexto de um Estado em formação e uma representação socialmente partilhada sobre os diversos níveis de saber que ele devia abranger, tornando-o matéria digna de uma proposição legislativa. Sua concretização, contudo, a julgar pelas anotações no documento, parece não ter ocorrido, já que foi objeto de apenas uma primeira leitura, não prosseguindo sua discussão e debate na Câmara dos Deputados. Se o tema era relevante, não conseguiu, contudo, granjear interesse dos demais deputados, talvez, mais interessados em aprovar projetos relativos as suas bases eleitorais nas outras províncias do Império.

Movimento político semelhante pode ser identificado no Projeto do Deputado Carneiro da Cunha, redigido em 1830, criando escolas secundárias e primárias em várias localidades da Província da Paraíba:

A Assembleia Geral Legislativa decreta:

Art. 1º

Criar-se-ão na cidade da Paraíba 3 cadeiras: 1ª de Retórica, Geografia e História; 2ª de Filosofia; 3ª de Francês.

Art. 2º

O governo fica autorizado a nomear os lentes, que terão ordenado de 500\$000.

Art. 3º

Criar-se-ão 4 cadeiras de Gramática Latina nas Vilas do Brejo da Areia, Campina Grande, Mamanguape e Souza do Rio do [ilegível] com ordenado de 400\$000.

Art. 4º.

O presidente da Província mandará proceder ao exame da Lei.

Art. 5º

Em todas as vilas e povoações da Província serão providas de mestres as cadeiras de primeiras letras com o ordenado de 200\$000 a 400\$000 segundo exame que fizerem os mestres.

Paço da Câmara, 19 de Junho.

Carneiro da Cunha.

(anotação no verso sobre o trâmite legislativo)

Em 26 de junho de 1830 foi julgado objeto de deliberação e mandado imprimir.

Foi a imprimir em 28 de junho de 1830 (BRDFCD, Lata 46, maço 11, Pasta 1)

O deputado Carneiro da Cunha parece se fazer porta-voz de anseios tanto por escolas primárias quanto secundárias. Para este último nível de ensino, propunha a criação de três cadeiras da capital da Província da Paraíba e quatro espalhadas pelas Vilas de Brejo da Areia, Campina Grande, Mamanguape e Souza do Rio. Para o nível elementar, seu projeto era mais ambicioso: previa que se criassem escolas de primeiras letras em todas as vilas e povoações da Província, bem ao espírito da Lei Geral de 15 de outubro de 1827.

É oportuno observar, na representação social sobre a profissão docente secundária que este documento propõe, os vencimentos diferenciados que a proposta trazia: para o ensino secundário, na capital, os professores receberiam 500\$000 enquanto nas demais localidades 400\$000, salário semelhante aos dos professores de primeiras letras. Essa diferenciação, certamente, visava tornar mais atrativo o exercício da docência secundária na capital, a fim de que as cadeiras além de criadas, fossem efetivamente providas. Em outros documentos do Arquivo Histórico da Câmara dos Deputados, de fato, localizam-se queixas de que muitas vezes as escolas criadas não entravam em funcionamento pelos baixos vencimentos oferecidos, que não motivavam candidatos a se oporem a elas. Conhecedor, certamente, dessa situação, é que o deputado buscou incrementar os vencimentos dos que viessem a exercer o ofício na capital da Paraíba. Embora, para o contexto paraibano, esse fosse o maior salário, era ainda menor que o que no projeto anterior fora proposto pelo Deputado Deus e Silva para a Província do Ceará, o que revela a diversidade de representações em torno do vencimento de professores nos debates legislativos que então estavam ocorrendo na Câmara baixa, diversidade que, certamente, se fazia sentir no exercício efetivo da profissão docente secundária naquele período.

Conforme anotação encontrada no manuscrito do Projeto do Deputado Carneiro da Cunha, em 26 de junho de 1830, este foi “julgado objeto de deliberação e mandado imprimir”. A ausência de outras referências, porém, não permite saber se chegou a converter-se em lei ou se teve destino semelhante ao de boa parte das propostas legislativas, sendo rejeitado ou arquivado. O que fica é o registro de mais um movimento político difundindo representações sociais sobre o ensino secundário e intentando criar e prover escolas desse nível de instrução em uma das Províncias do Império.

Os projetos de criação de escolas secundárias não nasciam somente de iniciativas do poder legislativo central. Eles também podiam se originar de decisões vindas dos Conselhos Gerais, que,

para serem efetivadas, dependiam de aprovação da Assembleia Geral. Esse foi o caso do projeto de criação de uma escola secundária na Vila de Meia-Ponte, em Goiás (atual cidade de Pirenópolis). O caso ilustra bem a correlação de forças entre os poderes locais e nacionais que podiam interferir no processo de criação de escolas secundárias. Conforme ofício que acompanha o projeto,

Sendo criada uma cadeira de Gramática Latina no Arraial de Meia-Ponte, hoje elevado à categoria de Vila pelo Decreto de 10 de julho do ano próximo passado, em virtude da Carta Régia de 16 de abril de 1787 e gozando os seus habitantes desse benefício até a publicação da Provisão de 12 de agosto de 1807, que aprovou o plano de reforma para o orçamento das despesas da Província, em qual foi ela suprimida; sendo o Distrito da referida Vila o mais populoso da Província depois do da Capital; o Conselho Geral da Província de Goiás resolveu, na forma do artigo 83 da Constituição do Império, representar seu pedido aos poderes Executivo e Legislativo, suplicando que se estabeleça na Vila de Meia Ponte a Cadeira de Gramática Latina com o ordenado de 400\$000 [...]

Paço do Conselho Geral de Goiás, 16 de janeiro de 1833 (BR-DFCD, Lata 83, maço 1, pasta 9)

O ofício acima narra a história da instrução secundária na Vila de Meia Ponte: teve uma cadeira criada em 1787, já na época mariana e que foi suprimida, por questões financeiras, em 1807. Durante vinte anos, portanto, a mocidade da povoação havia sido atendida por esse ramo do ensino. Há vinte seis anos, porém, deixou de contar com as segundas letras, situação considerada inaceitável para uma vila que era a segunda mais povoada da Província. Veja-se como o tempo da instrução é distinto do tempo da legislação: levava-se muitos anos para conseguir-se que uma cadeira suprimida fosse restabelecida. Chegado o momento, coube ao Conselho Geral

da Província – no qual devem ter operado as forças políticas locais – advogar a recriação da escola de Gramática Latina, com um ordenado de 400\$000, semelhante ao proposto para cidades e vilas em outros projetos que vimos aqui. Vencida a primeira etapa de negociação política, a provincial, era chegada a hora do jogo de forças políticas nacionais ser posto em movimento, pois as decisões dos Conselhos precisavam ser endossadas pela Assembleia Geral Legislativa do Império.

Com base na petição do Conselho Geral da Província de Goiás, o projeto, bastante breve, constava de dois artigos:

A Assembleia Geral Legislativa Resolve:

Artigo 1º - Fica instaurada na Vila de Meia Ponte uma cadeira de Gramática Latina com o ordenado de 400 mil réis.

Artigo 2º - Ficam sem efeito as disposições em contrário.

Paço do Senado em 15 de julho de 1833.

(Anotação sobre o trâmite legislativo)

Rejeitado. (BRDFCD, Lata 83, maço 1, pasta 9)

Se, em nível provincial, a Vila de Meia Ponte conseguiu obter apoio para a recriação de uma escola secundária, no nível nacional isso não ocorreu: o projeto, apesar de breve e até mais modesto que outros que vimos aqui, foi rejeitado. A escola, que pagaria ao seu docente um ordenado de 400\$000, não foi criada. O que ficou registrado, nos arquivos da Câmara dos Deputados, foi a representação social de uma escola secundária mais modesta para atender vilas isoladas, distantes dos grandes centros do Império, abarcando uma única matéria dentre o rol daquelas que formavam o poderoso reino do meio, mas com vencimentos semelhantes às das escolas das capitais, tudo para tornar possível seu funcionamento.

Considerações finais

Este capítulo teve por objetivo analisar alguns movimentos políticos pela criação de escolas secundárias no Império por intermédio dos documentos custodiados pelo Arquivo Histórico da Câmara dos Deputados, no recorte temporal de 1826 a 1834.

Partindo da hipótese que os documentos legislativos materializam movimentos políticos levados à cabo no processo de criação de escolas secundárias, colocamos a atenção em dois tipos em particular: os ofícios e os projetos parlamentares. No caso dos ofícios, mais do que uma rede de comunicação utilizada no passado entre autoridades de distintos níveis, vimos que eles visavam intervir no processo de criação de escolas secundárias, seja mediando solicitações ou expressando sentidos atribuídos a esse nível de ensino por determinados atores históricos. Já os projetos – obra legislativa por excelência – evidenciavam representações sobre quantas e quais escolas deviam funcionar em determinadas regiões do Império e quais vencimentos deviam ser pagos a seus docentes, representações mobilizadas num tipo de movimento político que precisava angariar apoio para converter-se em lei e tornar-se realidade.

Para além do que foi possível analisar neste estudo, fica evidente a necessidade de, em investigações futuras, perseguir, tanto nas fontes manuscritas como nos Anais da Câmara dos Deputados, o processo legislativo completo dos projetos e pedidos de criação de escolas secundárias. Dos que vimos aqui, nenhuma solicitação foi aprovada. Seria essa a tendência geral sobre esse assunto na Câmara dos Deputados? Quantas propostas de criação de escolas secundárias chegaram a converter-se em leis? Que outros movimentos políticos eram necessários para que isso acontecesse, além dos que capturamos até aqui? São questões que podem constituir-se num roteiro de pesquisa, para o qual este capítulo, de caráter exploratório, pode ser um ponto de partida.

Referências

ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. A documentação da Câmara dos Deputados: fonte para uma história da instrução no Império. **Revista Diálogo Educacional**. Curitiba v. 19, n. 61, p. 882-898, abr.-jun. 2019b.

ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. A instrução pública nas petições e requerimentos dirigidos à Assembleia Constituinte de 1823. *In*: BORGES, Thiago Almeida Rodrigues (org.). **Petições do povo: os direitos na Assembleia Constituinte e Legislativa de 1823**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2023a, p. 43-70.

ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. Aspirações democráticas e direito à educação nos primórdios do Brasil Império (1826-1834): indícios nas petições do Arquivo Histórico da Câmara dos Deputados. *In*: ANJOS, Juarez José Tuchinski dos; FURTADO, Alessandra Cristina; RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza (org.). **A escrita em história da educação no Centro-Oeste e no Brasil**. Porto Alegre: Editora Fi, 2023b, p. 39-58.

ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. Fontes para uma história da cultura material escolar no Império do Brasil no Arquivo Histórico da Câmara dos Deputados (1826-1834). **Interfaces da Educação**. Paranaíba, v. 10, n. 28, p. 56-76, 2019a.

ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. O testemunho dos arquivos e o trabalho do historiador da educação. **História da Educação**. Porto Alegre, v. 22, n. 55, p. 279-292, mai.-ago. 2018.

BRDFCD. **[Ofício da Câmara de São José da Barra do Rio da Contas...]** 29 out. 1825. PDID 888.

BRDFCD. **[Ofício do Conselho Geral da Província de Goiás]**. 16 jan. 1833. Lata 83, maço 1, pasta 9.

BRDFCD. **[Ofício do deputado José Lino Coutinho à Comissão de Instrução Pública da Câmara dos Deputados.]** 15 set. 1831. Lata 61, maço 25, pasta 12.

BRDFCD. **[Ofício do Visconde de São Leopoldo à secretaria da Câmara dos Deputados]**. 11 ago. 1827. PDID 81B.

BRDFCD. **[Projeto criando uma cadeira de Gramática Latina na Vila de Meia Ponte]** 15 jul. 1833. Lata 83, maço 1, pasta 9.

BRDFCD. **[Projeto do Deputado Carneiro da Cunha]**. 19 jun. 1830. Lata 46, maço 11, pasta 1.

BRDFCD. **[Projeto do Deputado de Deus e Silva]**. 1827. Lata 22, maço 2, pasta 2.

BRDFCD. **[Regimento Interno Provisório da Câmara dos Deputados]**. 1826.

CÂNDIDO, Antonio. **Um funcionário da monarquia**. São Paulo: Ouro sobre Azul, 2017.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1999.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 2002.

DUBY, Georges. Escribir la História. **Reflexiones**. Costa Rica, v. 25, n. 1., p. 1-9, 1994.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de *et al.* **Escola, política e cultura**. Belo Horizonte: Argumentum, 2006.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. *In*: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143-179.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. A escolarização da criança brasileira no século XIX: apontamentos para uma re-escrita. **Educação em Questão**. Natal, v. 28, n. 14, p. 121-146, jan.-jun. 2007.

JANSSENS, Gustaaf. Los lugares de la memoria archivística europea: un reconocimiento del recorrido. **Pliegos de Yuste**. Cuácos de Yuste, n. 11-12, p. 83-90, 2010.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e Caçadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.



RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO ACERVO DO GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E LITERATURA

Ivanildo Gomes dos Santos

Introdução

O arquivo é excesso de sentido quando aquele que o lê sente a beleza, o assombro e um certo abalo emocional. Esse lugar é secreto, diferente para cada um, porém, em todo itinerário ocorrem encontros que facilitam o acesso a ele e, sobretudo, sua expressão (Farge, 2009, p. 36).

Ao ingressar como professor na Universidade Federal de Alagoas, em 2021, deparei-me com uma massa documental depositada de forma desorganizada nos armários da Sala 218, do Centro de Educação. Ao manipular aquela documentação verifiquei seu valor histórico e senti-me motivado desenvolver um projeto para preservá-la. Com tal intento, submeti, em 2022, o projeto de extensão denominado “Um arquivo, muitas memórias: recuperação e preservação do acervo do Grupo de Estudo e Pesquisa História da Educação, Cultura e Literatura”, que tinha como objetivo organizar, recuperar e preservar o acervo documental e patrimonial das antigas Faculdades de Medicina, Direito e Filosofia, da Universidade Federal de Alagoas, bem como do Centro de Educação, depositados na referida sala.

O acervo dispunha de relatórios, atas de reunião, documentos de concursos, livros de matrícula, documentos administrativos-financeiros, fitas K7 de apresentações de trabalhos e defesas, termos dos exames de suficiência, documentos dos candidatos para os exames de suficiência, filmes em VHS e livros de diplomas das Faculdades de Medicina, Direito, Filosofia e do Centro de Educação. Ressalte-se novamente que boa parte dessa massa documental, datada dos idos de 1950, estavam acondicionados sem nenhum tipo de tratamento, sendo arriscada a perda devido à má conservação, a ação do tempo e de seus componentes químico e físico.

Figura 1 – Estado inicial do acervo



Fonte: Autor, 2022.

Importa destacar, que no universo acadêmico em educação no Brasil observa-se nos últimos anos que os pesquisadores e pesqui-

sadoras da História da Educação têm voltado seu olhar para a localização, preservação e disseminação de fontes. Essa perspectiva permitiu que os temas locais e regionais, anteriormente desprestigiados diante do aspecto globalizante, ganhassem relevância no domínio historiográfico da educação.

Nesse sentido, o referido acervo guarda um patrimônio documental e material de grande relevância para a história da educação alagoana, notadamente para a história da Universidade Federal de Alagoas. Assim, a proposta busca também valorizar a história e memória das primeiras Faculdades de Alagoas e da Universidade, preservando os vestígios de seu passado e conseqüentemente salvaguardando seu patrimônio cultural, social e educacional. Possibilita ainda novas investigações e reflexões, a partir do acesso de pesquisadores e pesquisadoras da História da Educação e outros campos afins.

Colocados em tais termos, o texto aqui proposto trata-se de um relato de experiência referente às atividades e práticas arquivísticas realizadas no seio do referido projeto. Nas próximas seções discorrerei a respeito das práticas e da metodologia utilizada para o desenvolvimento do projeto e conseqüentemente criação e organização do Fundo Élcio de Gusmão Verçosa (FEGV). Apresentarei os procedimentos realizados para a higienização, organização e conservação dos documentos, como também alguns resultados alcançados por meio da ação e experiência de recuperação e preservação do acervo.

Fundamentação teórica

A história e, conseqüentemente, a história da educação, é (re)construída a partir dos vestígios preservados, pois é justamente da relação do historiador com as suas fontes que se constrói o conhecimento histórico. Essas são matérias-primas indispensáveis para a reconstituição do passado, e, portanto, para operação historiográfica. Assim, para o desenvolvimento de suas análises, o historiador recorre aos arquivos onde estão salvaguardados e preservados os

testemunhos do passado, afinal “[...] ‘ir aos Arquivos’ é uma lei tácita da história [...]” (De Certeau, 1982, p. 85), porque dele ficamos à mercê para as nossas ponderações.

Para Barros (2019), as fontes são um lugar por onde o historiador interage com as sociedades e processos do passado que decidiu examinar. Nesse sentido, elas “[...] são como que pontos de encontro, portais através dos quais se tocam duas épocas. Elas são o ‘passado-presente’, para aqui empregar uma feliz expressão cunhada por Reinhart Koselleck [...]” (Barros, 2019, p. 23). Assim, para o ofício do historiador é imprescindível manter uma relação com as fontes, ao que chamamos de tratamento, ou como afirmou Boschi (2017, p. 89) “[...] o contato e o diálogo diuturnos com as fontes integram o abecedário com o qual o historiador desempenha seu métier [...]”.

No entanto, como ocorre com boa parte das instituições de guarda documental no Brasil, a documentação disposta no acervo do Grupo de Pesquisa História da Educação, Cultura e Literatura não possuía uma organização, nem instrumentos adequados que favorecesse a busca e localização. Por vezes, a falta de instrumentos de recuperação e a imprecisão dos títulos dados as caixas de arquivo deixa o pesquisador a mercê de encontrar “[...] um funcionário antigo, que detém informações de anos de serviço e pode auxiliar se dispor de boa vontade” (Bacellar, 2014, p. 51). Considera-se, portanto, que a existência de um catálogo ou guia de fontes históricas cooperaria do ponto de vista do tempo no desenvolvimento de novas produções acadêmicas.

Boschi (2017), lembra que os arquivos não são lugares de produção de documentos, mas de armazenamento e guarda. Essa obviedade, no entanto, nos faz refletir a respeito do histórico, das condições de incorporação, formas de organização e tratamento. Essas questões não são neutras e indicam, por exemplo, a natureza e os objetivos da documentação preservada.

Nesse sentido, o estudo local e regional da história da educação defronta-se com vários problemas, sendo que um dos mais expres-

sivos é relativo à localização e guarda dos documentos. Some-se a isso a falta de discussão sobre o valor histórico dos documentos, bem como da pesquisa no âmbito historiográfico nos cursos de Pedagogia e licenciaturas (Magalhães, 2009).

Importa ainda destacar a relação entre a arquivística e a educação. Para Vidal e Paulilo (2020), ainda que elas tenham naturezas diferentes e tenham sido constituídas social e historicamente de maneiras distintas, ambas possuem um ponto de convergência, no qual o pesquisador pode tirar proveito educacional das práticas arquivísticas, uma vez que:

Se, para uma, a preservação é o objetivo, para a outra é o exercício como objeto de reflexão. São fazeres, entretanto, complementares e não excludentes, escassamente encontrados em seu estado puro. Tanto a preservação supõe um aprendizado, como a reflexão não prescinde da conservação (Vidal; Paulilo, 2020, p. 12).

Desta feita, organizar, recuperar e preservar as fontes dispostas na sala do Grupo de Pesquisa História da Educação, Cultura e Literatura possibilita(rá) o surgimento de produções e reflexões no domínio historiográfico, privilegiando novas e diversas interpretações do passado educacional superior de Alagoas, seja das Faculdades anteriores a criação da UFAL, seja da própria Universidade. A ação, portanto, contribui(rá) com o acesso e ampliação do material aos pesquisadores e pesquisadoras, e nesse sentido, para a (re) construção da história da escolarização alagoana.

Resultados e discussão

Conforme observa-se, via de regra, toda atividade historiográfica tem seu início na localização e seleção das fontes, pois é preciso compor o corpus documental do que se almeja investigar. Tendo em

conta essa premissa, as atividades práticas de organização do acervo fundamentaram-se em, primeiramente, realizar os procedimentos de higienização e identificação diagnóstica dos documentos. Para isto, a equipe serviu-se de materiais específicos para o cuidado com os documentos antigos e de si, no caso: trinchas macias, extrator de grampos, máscara de proteção, toucas, jalecos, borracha, régua, luvas e álcool.

Figura 2 – Materiais de trabalho



Fonte: Autor, 2022.

A utilização desses materiais para a higienização dos documentos deu-se da seguinte forma: no primeiro momento, procedeu-se a higienização do local onde seria depositado os documentos. Após esse preparo foi dado início a higienização propriamente dita dos documentos, que consiste em uma limpeza manual de todas as folhas, uma após a outra por meio de trinchas macias, visando à retirada de toda a sujidade presente na superfície do papel, bem como extrair todos os corpos estranhos ao documento que aceleram seu processo de degradação (clipes, grampos etc.).

Concomitantemente a etapa de higienização realizou-se a etapa de identificação. Trata-se da organização em fundos, séries e subséries. Para tanto, levou-se em consideração a identificação

da proveniência da documentação (de forma a conservar sua ordem original), pois conforme Farge (2009, p. 11-12) o fundo “[...] é o nome que se dá a esses conjuntos de documentos, ou homogêneos pela natureza das peças que comportam, ou reunidos pelo simples fato de um dia terem sido doados ou legados por um particular que detinha sua propriedade [...]”. Como boa parte da massa documental foi doada/deixada pelo professor Élcio de Gusmão Verçosa (1944-2018) resolvemos, em sua homenagem, dá-lhe o nome do fundo, tendo por sigla FEGV.

As séries e subséries receberam os nomes das antigas faculdades e das tipologias documentais e dentro de cada série ou subsérie os documentos foram ordenados cronologicamente. Elas foram identificadas por: S01 - Faculdade de Medicina; S02 - Faculdade de Direito; S03 - Faculdade de Filosofia e; S04 - Centro de Educação, conforme pode ser observado no quadro abaixo:

Quadro 1 – Identificação das séries e subséries

Faculdade de Medicina					
Prefixo	Código	Nome da Série	Código	Subsérie	Nome final
FEGV	S01	Faculdade de Medicina	1	Folha de pagamento	FEGVS01.1
Faculdade de Direito					
Prefixo	Código	Nome da Série	Código	Subsérie	Nome final
FEGV	S02	Faculdade de Direito	1		FEGVS02.1
Faculdade de Filosofia					
Prefixo	Código	Nome da Série	Código	Subsérie	Nome final
FEGV	S03	Faculdade de Filosofia	1	Exames de Suficiência	FEGVS03.1
Centro de Educação					
Prefixo	Código	Nome da Série	Código	Subsérie	Nome final
FEGV	S04	Centro de Educação	1	Ata de congregação	FEGVS04.1

Fonte: Autor, 2022

Para essa identificação foi considerada a proveniência e a origem institucional dos documentos, levando em conta o que salienta

Vidal e Paulilo (2020), para os quais a finalidade dessa organização é assegurar a individualidade do conjunto de fontes de acordo com seu pertencimento institucional, bem como, definir a natureza das informações e suas disposições nos documentos.

Na etapa da identificação diagnóstica elaborou-se uma ficha de análise aplicada a cada documento higienizado. A referida descreve as características externas como: o tipo documental (relatórios, atas de reunião, documentos de concursos, livros de matrícula, livros de diplomas), título do documento, dimensão, tipo (se é original ou cópia), suporte (se livro, caderno ou folhas avulsas) e seu estado de conservação, as principais deteriorações sofridas, além das características internas: data/período do documento, resumo do conteúdo e observações (estado do documento), conforme o exemplo:

Quadro 2 – Exemplo de ficha de identificação documental

ACERVO DO GRUPO DE PESQUISA E ESTUDO HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E LITERATURA	
	298 FEGVS03.1 CX:02
FUNDO ÉLCIO DE GUSMÃO VERÇOSA FICHA DE IDENTIFICAÇÃO	
• Características Externas	
Título do Documento: Documentos para inscrição nos exames de suficiência	
Dimensão: 210mm x 297mm	
Tipo (transcrição/original): Original	
Suporte (livro, caderno, Documento múltiplo): Documento múltiplo	
• Características Internas	
Data/Período: 1966	
Resumo do conteúdo: Pasta de documentos, com 9 folhas, do candidato Genival Maurício Wanderley, estudante, de cor branca. Os documentos são: ficha de inscrição com foto 3x4; atestado de idoneidade moral; registro de nascimento; ficha de identificação (identidade, título eleitoral e serviço militar); declaração de insuficiência de professores da cidade de Anadia-AL na disciplina de matemática 1º Ciclo; atestado de saúde; certificado do curso colegial; boletim do 2º Ciclo; atestado de vacinação.	
Observações: Os documentos possuem marcas do tempo, cor amarelada, rasgos, amassados e deterioração por acidez. (Entre os referidos documentos não foi encontrada a prova de suficiência do candidato).	

Fonte: Autor, 2022

Simultaneamente a essas etapas avançamos para criação do catálogo ou guia de fontes, que permitirá aos usuários conhecer as diversas modalidades de abordagem ao acervo. O mesmo, até a data de escrita deste texto, consta com mais de 480 documentos arrolados.

De acordo com Lopez (2002), a organização arquivística de qualquer acervo pressupõe as atividades de classificação. Esta é, portanto, uma ferramenta importante para as atividades arquivísticas e de pesquisa, visando uma rápida localização a informação ou dados que se deseja. Além disso, garante uma padronização rigorosa para o acondicionamento, garantindo que o documento não seja perdido, uma vez que “[...] a atividade rotineira do arquivamento requer atenção e precisão. Colocar um documento fora de seu lugar original pode implicar na sua ‘perda’, a despeito de permanecer fisicamente sob a guarda da instituição [...]” (Vidal; Paulilo, 2020, p. 11).

Considerações finais

O projeto de recuperação e preservação demonstra por si só a sua relevância acadêmica, pois os documentos que estavam salvaguardados de forma improvisada na sala do Grupo de Estudo e Pesquisa História da Educação, Cultura e Literatura, do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas, constituem-se num patrimônio documental, visto que se trata da história da educação de Alagoas e, especificamente, da história das primeiras faculdades do Estado e da Universidade Federal.

Em linhas gerais, a partir das atividades realizadas conseguimos, até o momento, higienizar boa parte da massa documental salvaguardada e acondicioná-la em caixas de arquivo de forma organizada, visando a sua preservação. Quanto a organização esta foi realizada com a criação e identificação do fundo, de séries e subséries, bem como do catálogo.

Dentre os desafios encontrados é possível apontar a falta de financiamento do projeto no que diz respeito a compra de material de permanente e de expediente, uma vez que contamos com dois bolsistas. Essa ausência de recursos acaba por prejudicar a aquisição de materiais básicos, como luvas, máscaras, tocas, trinchas, caixas, arquivo etc., e de materiais específicos para leitura de fitas K7 e VHS, por exemplo. Além disso, a falta de um espaço adequado, uma vez que a sala é pequena e compartilhada com outros professores e grupos de pesquisa, que prejudica na colocação de armários, scanners etc.

Entretanto, apesar das dificuldades apontadas, o contato dos/as estudantes voluntários e bolsistas com a documentação manuseada possibilitou com que eles aprendessem a valorizar a memória da educação alagoana e tivessem o interesse em trabalhar com objetos e temas de achados do acervo em seus Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC). Um desses temas diz respeito ao curso de preparação intensiva de professores e aos exames de suficiência para certificação de professores secundários em Alagoas entre os idos de 1965 e 1970.

Por fim, acredito que o projeto tem sido importante no sentido de lançar bases para a criação de um Centro de Memória e Documentação do/no Centro de Educação, da Universidade Federal de Alagoas.

Referências

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. *In*: PRINSK, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2014.

BOSCHI, Caio. O historiador nos arquivos: cuidados preludiais. *In*: LINHALES, Meily Assbú; FONSECA, Thaís Nívia de Lima e (Org.). **Diálogos da história da Educação**. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2017.

BARROS, José D'Assunção. **Fontes históricas**: introdução aos estudos historiográficos. Petrópolis: Vozes, 2019.

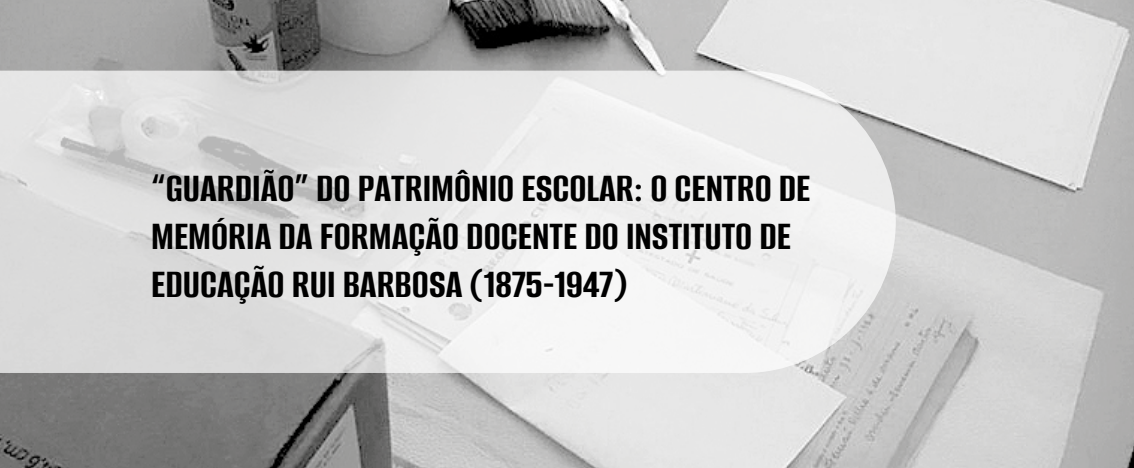
DE CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. *In*: DE CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 65-119.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.

LOPEZ, André Porto Ancona. **Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa**. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002. (Projeto como fazer, 6) TV, Bodoque.

MAGALHÃES, Livia Diana Rocha. O processo de catalogação das fontes documentais escolares em Vitória da Conquista. *In*: CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt; LOMBARDI, José Claudinei; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha (Org.). **A pesquisa e a preservação de arquivos e fontes para a educação, cultura e memória**. Campinas: Editora Alínea, 2009.

VIDAL, D. G.; PAULILO, A. L. **Arquivos e educação**: prática de arquivamento e memória. *Revista de Educação Pública*, [S. l.], v. 29, n. jan./dez., 2020.



“GUARDIÃO” DO PATRIMÔNIO ESCOLAR: O CENTRO DE MEMÓRIA DA FORMAÇÃO DOCENTE DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO RUI BARBOSA (1875-1947)

Rosemeire Marcedo Costa

David da Silva Assis

Introdução

O presente texto constitui-se parte da mesa redonda intitulada: “Espaços de memória escolar e fontes para a escrita da História da Educação: questões para (re)pensar o patrimônio educativo” e tem por objetivo principal apresentar as atividades desenvolvidas no Centro de memória da Formação Docente do Instituto de Educação Rui Barbosa (Cierb), criado em maio de 2023 com a finalidade de preservar a documentação e os artefatos pedagógicos da instituição de ensino, com foco no período de 1875 a 1947.

O Cierb é fruto do Projeto “Instituto de Educação Rui Barbosa e seu acervo: “lugar de memória” da formação docente em Sergipe” realizado em parceria da Universidade Federal de Sergipe (UFS) com a Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura (Seduc).

A documentação catalogada, por meio do mencionado projeto, abrange os anos de 1875, data que marca o documento mais antigo localizado, um livro de registro de ponto, e o recorte final seria 1946, porque foi o ano de promulgação da Lei Orgânica do Ensino Normal nº 8.560, de 2 de janeiro de 1946. Por força dessa lei as Escolas Normais brasileiras deveriam mudar sua composição para curso ginásial de formação de professores primários, de especialização do ensino normal e da administração escolar. Naquele mesmo texto legal, definiu-se também a mudança de nomenclatura de Escolas Normais para Institutos de Educação. No caso de Sergipe, passou a denominar-se Instituto de Educação Rui Barbosa, uma vez que o jurista baiano de renome nacional foi homenageado por ocasião de sua morte, no ano de 1923.

Partindo-se do pressuposto de que entre a promulgação da lei e a familiaridade da escola com a nova nomenclatura leva-se um tempo, optamos por fazer o recorte final do projeto em 1947, conforme consta nas fontes localizadas.

Os trabalhos realizados no Centro de Memória da Formação Docente do Instituto de Educação Rui Barbosa demonstram que a preservação, conservação e gestão do acervo documental de uma instituição de ensino exigem não apenas entusiasmo pela área, mas também um forte compromisso social e uma sólida base teórica e metodológica para garantir a efetividade e a continuidade dessas atividades. O objetivo principal é a preservação e a conservação do acervo documental do Instituto de Educação Rui Barbosa, bem como incentivar outras instituições escolares a salvaguardarem a documentação histórica, garantindo a preservação do patrimônio escolar, principalmente até o período que ofertou o Curso Normal, transformando-o em “lugar de memória” da formação de professores em Sergipe.

É importante ressaltar que foi por meio da experiência bem-sucedida do Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (Cemas), criado em 2005 por iniciativa da pesquisadora Eva Maria Siqueira Alves, que fomos impulsionados a criar e manter o Cierb. Ao

longo de dezenove anos de existência, o Cemas tem contribuído para as pesquisas no campo da história da educação de modo geral e, de modo particular, para a preservação do patrimônio escolar de Sergipe.

Segundo Brito e Boschini (2021) os Centros de Memória possuem finalidades específicas pois, desempenham um papel crucial ao reunir atividades de investigação histórica, coleta, guarda e disponibilização de fontes documentais que geram a identidade de um grupo, auxiliando assim as instituições na recuperação e valorização de sua história institucional. Um centro de memória preserva a documentação e os artefatos pedagógicos de uma instituição escolar. Isso significa que é necessário localizar historicamente a escola que abriga o acervo documental, visando entender como ela se constituiu.

Conforme Alves (2005), o Regulamento Orgânico da Instrução Pública da Província de Sergipe datado de 24 de outubro de 1870, explanava em seu art. 16 a criação do Curso Normal. Tal curso foi instalado junto ao Atheneu Sergipense, instituição oficial de ensino secundário da Província de Sergipe. Sendo que somente em 2 de fevereiro de 1874 inaugurou-se a nova Escola Normal, com duração de três anos, contando com uma matrícula inicial de 31 alunos. Desse modo, a Escola Normal separava-se do Curso de Humanidades do Atheneu Sergipense, sendo instalada no prédio em que funcionava a Recebedoria Provincial, depois sendo transferida para o prédio da Assembleia, todavia, continuava sob a direção de Manoel Pereira Guimarães, mesmo diretor do Atheneu Sergipense.

Ainda conforme a aludida pesquisadora, a Escola Normal ocupou o prédio do Asilo Nossa Senhora da Pureza até o ano de 1911, nesse ano passou a ocupar o prédio próprio construído para abrigar a Escola localizado na Praça Olímpio Campos. Ali permaneceu até o ano de 1957, quando então foi transferida para uma nova sede, na Rua de Laranjeiras do Bairro Siqueira Campos.

Valença (2003) ressalta que a Escola Normal era uma instituição confiável para a educação das jovens e orientava as futuras professoras primárias para que fossem exemplos para seus alunos, transmi-

tindo às crianças as regras e os valores sociais de cada época. Neste sentido, a professora deveria constituir-se em um modelo de virtude que se revelaria por meio de suas atitudes, condutas e sentimentos. O curso normal era destinado a preparar as jovens que pretendiam seguir a carreira do magistério. O fato é que independente de sua denominação, sempre procurou cumprir seu dever de educar e formar aqueles que seriam os futuros professores primários, pelo menos até o ano em que foi extinta a oferta de curso normal, em 2013.

Ao longo de mais de 140 anos a instituição formou gerações de professoras, em distintos prédios da cidade de Aracaju. É dentro desse espaço físico da Rua de Laranjeiras que o prédio abriga a documentação da escola centenária, em duas salas amplas, com urgente necessidade de organização dentro dos princípios da arquivística, construção de inventários e digitalização do acervo para sua disponibilização de maneira física e virtual.

A instalação do Cierb insere-se na perspectiva apontada por Souza (2013) no âmbito de criação de museus e centros de documentação e memória com um dos âmbitos da constituição do patrimônio no campo educacional brasileiro. A pesquisadora compreende que o trato com o patrimônio escolar extrapola a guarda de acervos de distintas escolas, sendo que:

Nos atos de reunir, organizar, higienizar, inventariar e pesquisar o patrimônio no campo da educação, deve haver mais que resistência ao esquecimento e reverência pela escola do passado, mas, fundamentalmente, a perspectiva da construção do futuro presente das escolas em nossa sociedade. (Souza, 2013, p. 215)

Em comunhão com tal pensamento é que trabalhamos na constituição do Cierb. Nas páginas a seguir apresentaremos algumas das ações que tem sido realizadas com esse acervo documental e de objetos.

O Cierb e o trabalho de preservação documental

O Centro de Memória da Formação Docente do Instituto de Educação Rui Barbosa foi criado em 13 de maio de 2023 com o objetivo de preservar, organizar e disponibilizar o acervo documental da instituição escolar, com foco no período de 1875 a 1947.

O seu acervo oferece oportunidades para pesquisas que aprofundem o entendimento sobre a formação de professores no Estado de Sergipe. Nele são disponibilizadas tanto documentações quanto objetos, como animais taxidermizados, troféus, mobiliário, elementos da cultura material escolar, possibilitando pesquisas e estudos que contribuam para o entendimento histórico e pedagógico da formação docente no Estado de Sergipe, além de valorizar e divulgar o patrimônio cultural e educativo.

Um centro de memória amplia a visão de arquivo que, por vezes, é tido equivocadamente como algo imprestável, desprezível, “morto”. No processo de criação e implementação de um centro de memória, algumas questões são cruciais, a exemplo: o que nos leva a preservar um arquivo escolar? O que um arquivo escolar produz? Quais são os documentos típicos de uma escola e em qual local estão “guardados”? No que se refere ao primeiro questionamento sobre o que nos leva a montar e a manter um centro de memória, uma possível resposta está no fato de que há uma necessidade de preservar o legado da instituição que, no caso aqui analisado, trata-se de um lugar que muito contribuiu para a formação de professores no Estado de Sergipe. Outra possibilidade de resposta reside no compromisso social de pesquisadores da Universidade Federal de Sergipe em manter uma aproximação com a Educação Básica e a constante busca por estabelecer parcerias efetivas de contribuição ao desenvolvimento educacional do Estado, principalmente quanto ao aspecto da preservação de um patrimônio escolar.

Em relação ao que um arquivo escolar produz, podemos identificar que são documentos como fichas de matrícula,

livros de ponto, atas, fotografias, boletins, jornais, livros de registro, certificados, diplomas, atestados, diários de classe, dentre outras tipologias documentais. Os documentos ajudam a contar a história da instituição, mas não só, também das pessoas que por lá passaram. Na figura 1 visualizamos o estado em que se encontrava o acervo do Instituto de Educação Rui Barbosa no início dos trabalhos em 2021, antes da criação do Centro de Memória.

Figura 1 – Documentos “guardados” no IERB (2021)



Fonte: Acervo do Cierb.

Fica evidente que não havia um cuidado com o acervo e nem uma organização arquivística para a documentação escolar. Com isso, defendemos o lugar de guardião que ocupa o Centro de Memória, pois entendemos que os documentos devem estar acessíveis aos pesquisadores, aos alunos e à comunidade em geral, sejam por meios físicos e/ou digitais. Assim, enfatizamos a importância de

um centro de memória, pois como nos ensinam Camargo e Goulart (2015, p. 19) “centros de memória é uma denominação recente no Brasil na qual as entidades do arquivo, da biblioteca e do museu possuem afinidades como a missão comum de tornar acessíveis as informações contidas nos respectivos acervos” para uma consulta futura. Com esse entendimento, o Cierb tem contribuído para novas formas de gestão do conhecimento, porque ao mesmo tempo em que se debruça sobre o passado de uma instituição escolar, também tem procurado apontar caminhos para o seu futuro.

Camargo e Goulart (2015) chamam a atenção para o fato de que é fundamental conhecer a trajetória da instituição para entender os elementos de organização do acervo. Deste modo, a trajetória da “Escola Normal” de Sergipe, posteriormente Instituto de Educação Rui Barbosa (IERB) está diretamente associada à história da formação docente em Sergipe.

No âmbito da História da Educação, os centros de memória desempenham papel importante, ocupando um lugar central para ampliação das fontes de pesquisa e para a compreensão da cultura escolar, porque

Os arquivos escolares constituem o repositório das fontes de informação diretamente relacionadas com o funcionamento das instituições educativas, o que lhes confere uma importância acrescida nos novos caminhos da investigação em educação, que colocam estas instituições numa posição de grande centralidade para a compreensão dos fenômenos educativos e dos processos de socialização das gerações mais jovens. (Mogarro, 2005, p. 76).

Nesta perspectiva, amplia-se a possibilidade de uso de fontes diversas para a realização da pesquisa em História da Educação, destacando o esforço de pesquisadores que procuram manter e zelar um centro de memória, sem os incentivos institucionais ne-

cessários, para dizer o mínimo. O uso de fontes produzidas nas instâncias administrativas tem muito a ensinar aos historiadores da educação, pois um diário de classe, por exemplo, pode revelar muito do trabalho docente, assim como uma fotografia ou um texto de jornal da escola.

Além disso, tem o caráter de valorizar um patrimônio específico, o da escola. A pesquisadora Rosa Fátima de Souza Chaloba nos faz refletir sobre o fato de que para entendermos de patrimônio escolar, faz-se necessário o entendimento sobre patrimônio cultural, visto que: “é preciso reconhecer que uma das principais justificativas para a preservação do patrimônio cultural é a sua relevância para a construção da identidade dos sujeitos e de suas relações com o tempo e o espaço e para a construção da memória” (Souza, 2013, p. 212). E por que é importante a conservação da memória escolar? Para a construção da identidade dos sujeitos no lugar em que passa boa parte da vida – a escola. Assim, a defesa e a preservação do patrimônio escolar estarão assentadas na justificativa de que é preciso “[...] reiterar a importância da conservação da memória da escola, remetendo a seus vínculos com a formação da infância e da juventude e o espaço de transmissão de cultura e processos de construção de subjetividades e de identidades. (Souza, 2013, p. 212)

Os documentos de arquivo desempenham um papel crucial na formação e preservação da memória social, capturando informações, eventos e experiências. São testemunhos históricos e culturais que moldam a identidade coletiva de uma sociedade ou instituição. De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 73), documento é definido como “Unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato”. Essas unidades não apenas preservam fatos históricos, mas também refletem a vida cotidiana, tradições e mudanças sociais e políticas ao longo do tempo.

Bellotto (2006) amplia esse conceito ao identificar diversos tipos de suporte, como livros, artigos, relatórios, cartas, leis, obras

de arte, fotografias, filmes, discos, fitas magnéticas e objetos utilitários, cada um produzido por motivos funcionais, jurídicos, científicos, técnicos, culturais ou artísticos.

Paralelamente, a memória desempenha um papel essencial na preservação e conservação, conforme Le Goff (2003), que a define como um fenômeno subjetivo que atribui significados ao contexto social e cultural. Esse processo dinâmico está constantemente se atualizando, garantindo que as informações adquiridas sejam preservadas e revisadas ao longo do tempo. Portanto, documentos e memória são complementares, apesar de suas funções sociais distintas: enquanto o documento registra informações objetivas, a memória baseia-se em experiências vividas, juntas contribuindo para a compreensão e preservação da história e identidade coletiva.

A memória não é apenas aquela que está com e nas pessoas, mas também nos documentos preservados nas instituições, os “lugares de memória” desempenham um papel essencial na preservação da memória coletiva e individual. Estes locais, que podem ser monumentos, edifícios históricos, museus, arquivos, entre outros, funcionam como marcos palpáveis na história, cultura e identidade de um povo. Eles servem como pontos de referência que ajudam a manter vivas as lembranças de eventos significativos, tradições culturais e valores sociais. Nora (1993) introduz o conceito de “lugares de memória” para descrever espaços, objetos ou eventos que se tornam símbolos significativos da memória coletiva. Esses lugares são fronteiras que servem como pontos de referência para a identidade e a história de uma sociedade, desempenhando um papel fundamental na preservação da memória.

Desse modo, os “lugares de memória” podem assumir várias formas, como, monumentos, museus, arquivos, centros de memórias e até mesmo práticas culturais. Eles não apenas conservam o passado, mas também o interpretam e o contextualizam, oferecendo um espaço para reflexão e reconhecimento das experiências compartilhadas.

Em suma, os lugares de memória, conforme mencionados por Pierre Nora, são pilares da identidade coletiva. A sua preservação não é apenas um ato de conservação física, mas também de transmissão e renovação contínua da memória social, garantindo que as gerações futuras possam compreender e valorizar o legado histórico e cultural.

As informações registradas nos mais variados suportes, como: documentos, livros, mapas, esculturas, discos, áudios, entre outros, necessitam de ambientes seguros como os arquivos, museus, bibliotecas e centros de memórias, para que sejam corretamente preservadas, conservadas, gerenciadas e disseminadas. Dessa forma, Gagate e Totini (2004) definem os centros de memória como: responsáveis por estabelecer e implementar políticas sistemáticas para resgatar, avaliar, tratar tecnicamente e divulgar acervos. Além disso, os centros de memória disseminam o conhecimento acumulado pela empresa ou fontes de interesse histórico, assegurando a manutenção racional e contínua do conhecimento produzido, evitando acúmulos desnecessários, perdas ou dispersão de documentos que refletem a evolução da empresa, ou instituição, e sustentam a formação de sua cultura, valores e capital intelectual.

Deste modo, é possível observar que as informações necessitam de uma gestão e organização, para que exerçam o seu papel de disseminação e recuperação, dessa maneira, os centros de memória desempenham um papel crucial na preservação do patrimônio documental, garantindo que as informações sejam acessíveis para futuras gerações. A gestão eficiente desses acervos envolve não apenas a proteção física dos documentos, mas também a organização e catalogação adequadas para facilitar a recuperação e o uso das informações.

A salvaguarda e a preservação documental realizadas no Cierb corroboram para uma importante gestão documental, contribuindo para a disseminação do conhecimento, promovendo a educação e a pesquisa, além de fortalecer a identidade e a memória institucional.

Oficinas de preservação do patrimônio escolar no Cierb: práticas extensionistas

As ações de extensão universitária devem contribuir para que o conhecimento produzido no âmbito acadêmico circule e chegue às comunidades, promovendo significativas transformações. Na escola de educação básica, as ações extensionistas devem se voltar, dentre outros aspectos, para o aprimoramento do processo ensino e aprendizagem. Neste sentido, o Centro de Memória da Formação Docente do Instituto de Educação Rui Barbosa desempenha um papel crucial na preservação da memória, e divulgação do patrimônio escolar. Mantido em parceria entre a Universidade Federal de Sergipe e a Secretaria de Estado da Educação e Cultura, promove oficinas e atividades voltadas para a importância do patrimônio escolar e sua preservação, funcionando como um espaço dinâmico de aprendizado e de troca de conhecimentos. Alunos, professores, gestores, pesquisadores e a comunidade em geral têm acesso a uma rica fonte de informações que pode contribuir para os estudos que se debruçam sobre a cultura escolar.

Partindo dessa valorização das práticas de extensão universitária na educação básica, algumas ações têm sido desenvolvidas para aproximar e estreitar as relações entre os níveis de ensino e promover aprendizagens significativas. A realização de oficinas no âmbito do Cierb tem proporcionado a pesquisadores, graduandos e alunos da instituição aprendizagens significativas sobre a temática. Na busca pela preservação da memória escolar, tem sido desenvolvido no Cierb um trabalho para despertar para a valorização do patrimônio. Oficinas de sensibilização sobre o tema foram realizadas para alunos de graduação, professores e gestores da escola e, principalmente, para alunos da escola.

Em julho de 2023 foi realizada uma oficina para um grupo de alunos do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe do Campus Professor Alberto Carvalho, localizado na cidade de Ita-

baiana. A iniciativa de desenvolver tal atividade foi do Prof. Dr. João Paulo Gama Oliveira que tinha o objetivo de apresentar o processo de criação e manutenção do Cierb, mostrando as principais dificuldades e a importância da organização desse acervo para a história da educação em Sergipe, principalmente no que se refere à formação de professores.

Os graduandos foram desafiados a pensar sobre questões como: o que podemos aprender sobre formação de professores em Sergipe, a partir dos materiais localizados no Cierb? O que nos ensina a documentação de alunos e de professores salvaguardados na instituição? Estes e outros questionamentos nortearam a apresentação inicial. Em outro momento, os participantes da oficina também tiveram demonstrações sobre como se dá a higienização, empacotamento e conservação dos objetos e/ou documentos. Respeitados os interesses dos alunos, distribuídos em grupos, foi proposta a análise de um tipo de documento (recorte de jornal, portarias, fichas de matrículas). O passo seguinte foi produzir um texto com as suas percepções sobre o documento com a orientação dos ministrantes.

Figura 2 – Atividade da oficina - Cierb (2023)



Fonte: Acervo do Cierb.

Já no início de 2024, entre os meses de março e junho, outras duas turmas de graduandos do Curso de Pedagogia da UFS, desta vez do Campus São Cristóvão, tiveram oportunidade de participar da oficina que apresenta o percurso de institucionalização do centro de memória. Os registros que fizeram sobre a experiência são reveladores de como é necessário esse tipo de atividade extensivista para que conheçam a história da instituição escolar que tanto contribuiu para a formação de professores no Estado. Ficou evidente que não conheciam a história da Escola Normal, depois Instituto de Educação Rui Barbosa e o que representava ser uma “normalista” no cenário educacional sergipano.

No mês de maio do corrente ano, a oficina foi aplicada para alunos do curso em Secretaria Escolar, matriculados na disciplina de Gestão Documental do próprio Instituto de Educação Rui Barbosa. Foi desenvolvida seguindo o mesmo roteiro das anteriormente descritas, mas a aplicação de um “cartão de saída”¹ foi importante para um *feedback* da atividade e para a organização de ações futuras, bem como a participação efetiva dos alunos da escola no Centro de Memória.

O “cartão de saída” utilizado nas oficinas consiste em três colunas com itens simples, que podem ser respondidos em poucos minutos. As questões são abertas, pedindo aos participantes para resumirem o aprendido. Neste caso, foi solicitado que apontassem três coisas que aprenderam naquele encontro, duas que acharam interessante e, por fim, indicassem uma dúvida. As respostas dos alunos permitem identificar áreas de dificuldade ou conceitos que necessitam de revisão adicional. Isso torna os “cartões de saída” uma prática valiosa para promover a aprendizagem ativa e contínua. Na figura 3 é apresentado um exemplo dessa ferramenta de

1 Segundo Boaler (2018), o cartão de saída refere-se a uma ferramenta pedagógica utilizada no contexto educacional para avaliar o entendimento dos alunos sobre o conteúdo ensinado. O objetivo principal do cartão de saída é fornecer aos professores feedback imediato sobre o quão bem os alunos compreenderam os conceitos abordados.

feedback da aprendizagem difundida pela pesquisadora Jo Boaler, da Universidade de Stanford.

Figura 3 – Exemplo de “Cartão de Saída”

CARTÃO DE SAÍDA		
Nome: _____		
Data: 15/05/24		
Três coisas que aprendi hoje...	Dois coisas que achei interessante ...	Uma dúvida que tenho...
<p>A importância de preservar a história e a cultura da instituição, pessoas e a cultura.</p> <p>A importância de usar os EPIs no decorrer do que foi feito (como caso de um caso que aconteceu).</p> <p>Organização segundo a norma Nacional (NORABRDE)</p>	<p>A preservação, desde os documentos a objetos e animais emparedados. (Mostra que não é apenas o papel/documento que é importante, mas um todo).</p> <p>A história do IERB e como foi mostrada.</p>	<p>Como nós alunos, podemos contribuir no desenvolvimento do Cierb?</p> <p>O que podemos deixar de contribuição direta para preservar a história e cultura do IERB?</p>

Fonte: Acervo do Cierb.

A partir dos cartões de saída pode-se perceber que a participação dos alunos nas oficinas desenvolvidas no Cierb teve um impacto significativo tanto pessoal quanto profissionalmente, ficando perceptível o encantamento com a riqueza do acervo e com o cuidado que a equipe do Centro dedica à preservação desses documentos. Vale ressaltar que as trocas de experiências com outros participantes enriquecem o entendimento sobre a importância do patrimônio escolar.

Os temas mais recorrentes que apareceram nos cartões em relação às três coisas que aprenderam no encontro foram: arquivo, memória, patrimônio escolar, gestão documental, centro de memória, equipamentos de proteção individual e história da educação.

Considerações finais

O percurso trilhado até aqui para constituir e manter o Cierb não tem sido fácil, principalmente em relação à necessidade contínua de financiamento. Mesmo com as adversidades provocadas pela falta de estrutura adequada e de apoio institucional efetivo, o centro tem se revelado como um importante lugar de preservação, colaborando para os estudos no âmbito da História da Educação. As oficinas realizadas têm desempenhado um papel crucial na formação acadêmica e na pesquisa, visto que o trabalho de conservar os documentos e artefatos pedagógicos relacionados à formação de professores permite enriquecer o conhecimento sobre essa temática, despertando o interesse de alunos de graduação e pós-graduação para usar a documentação do Cierb.

O compromisso com a formação das novas gerações nos motiva a organizar e manter o centro de memória, mesmo diante de muitos desafios. Embora a percepção sobre a importância dessas unidades de preservação ainda seja limitada, é fundamental insistir na valorização da cultura escolar.

O Centro de Memória da Formação Docente do Instituto de Educação Rui Barbosa tem um importante papel como guardião do patrimônio escolar, preservando não só documentos, mas alguns artefatos pedagógicos que auxiliam os pesquisadores da história da educação em Sergipe. Por meio do acervo do Cierb é possível conhecer, compreender, analisar e refletir criticamente sobre as práticas pedagógicas e as transformações no ensino ocorridas na Escola Normal/Instituto de Educação Rui Barbosa.

Referências

ALVES, Eva Maria Siqueira. **O Atheneu Sergipense: uma Casa de Educação Literária examinada segundo os Planos de Estudos (1870-1908)**. 2005. 318 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2005.

ALVES, Eva Maria Siqueira. CURSOS DE HUMANIDADES E NORMAL: UMA CONFLUÊNCIA PROFÍCUA? *In*: IV Congresso Brasileiro de História da Educação, 2006, Goiânia. **Anais do IV Congresso Brasileiro de História da Educação**: A educação e seus sujeitos na história. Goiânia: Editora da UCG, 2006. p. 1-10.

BOALER, J. **Mentalidades Matemáticas**: estimulando o potencial dos estudantes por meio da matemática criativa, das mensagens inspiradoras e do ensino inovador. Porto Alegre: Penso, 2018.

BONATO, Nailda Marinho Costa. Memória da educação: preservação de arquivos escolares. **Presença Pedagógica**, Belo Horizonte: Editora Dimensão, v. 6, n. 35, set./out.2000.

CAMARGO, Ana Maria; GOULART, Silvana. **Centros de memória**: uma proposta de definição. São Paulo: Edições SESC, 2015, 112 p.

FELGUEIRAS, Margarida Louro. **Preservar a herança educativa**: desafios, limites e intervenção. *In*: ALVES, Luís Alberto Marques; PINTASSILGO, Joaquim (Coord.). Investigar, Intervir e Preservar em História da Educação. Porto: CITCEM, 2017, p. 153-169.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. **“Vestidas de azul e branco”**: um estudo sobre as representações de ex-normalistas (1920-1950). São Cristóvão: GEPHE/NPGED, 2003.

MOGARRO, Maria João. **Arquivos e educação**: a construção da memória educativa. *In*: Revista Brasileira de História da Educação, Campinas, n. 10, jul./dez. 2005. p. 75-99.

SOUZA, Rosa Fátima de. Preservação do Patrimônio Histórico Escolar no Brasil: notas para um debate. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 14, n. 26, jan./jun. 2013. p. 199-221.



FORMAS DE INGRESSO E PERSPECTIVAS DO PERFIL DISCENTE DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFS (1960-2008)

Joaquim Tavares da Conceição

Introdução

Este texto apresenta uma visão panorâmica sobre o perfil socioeconômico dos alunos do Colégio de Aplicação no período de 1960 a 2008, analisando como as diferentes formas de ingresso contribuíram para determinar esse perfil. A análise baseia-se principalmente nos dossiês dos alunos, em entrevistas e em produções¹ desenvolvidas por pesquisadores do Grupo² de Pesquisa em História da Educação: sujeitos, saberes e práticas educativas, entre outros estudos, e documentos a respeito do tema.

- 1 Produções resultantes das orientações de dissertações e teses (PPGED/UFS) e de iniciação científica (Pibic/CNPq/UFS) conduzidas pelo autor, integradas ao projeto “Identidade e responsabilidade histórica. Organização e preservação de documentos no Centro de Pesquisa Documentação e Memória do Colégio de Aplicação – UFS (Cemdap)”, financiado por meio da Chamada Universal CNPq/MCTI/FNDCT Nº 18/2021 e Edital Chamada CNPq Nº 09/2022 - Bolsas de Produtividade em Pesquisa – PQ.
- 2 Liderado pelo autor. Espelho do grupo: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/7443140389670880

O marco inicial da pesquisa relaciona-se com a primeira turma matriculada no Ginásio de Aplicação, em 1960, e o marco final é o ano de 2008, quando ocorreu a aprovação de um novo regimento do Colégio de Aplicação da UFS que aprovou o sorteio público como única forma de ingresso.

O modelo escolar denominado “colégio de aplicação” foi instituído pelo decreto federal de 1946 (Brasil, 1946), que exigia a criação de tais colégios nas faculdades de filosofia, como parte dos debates sobre a formação de professores para o ensino secundário iniciado na década de 1920 pelos intelectuais e educadores da Escola Nova. Em Sergipe, a Faculdade Católica de Filosofia, fundada em 1950, criou seu Ginásio de Aplicação em 1959. Este foi fundado pela Sociedade Sergipana de Cultura, dirigida por Dom José Vicente Távora, bispo diocesano de Aracaju, que delegou poderes ao então padre Luciano Cabral Duarte para organizar o Ginásio (Conceição, 2023).

Com a fundação da Universidade Federal de Sergipe em 1968, a Faculdade Católica e o Colégio de Aplicação foram incorporados à UFS. O Colégio passou a ser uma instituição pública, com seu corpo docente vinculado à Faculdade de Educação (Faced). Em 1979, o Regimento Geral da UFS transformou o Colégio de Aplicação em um órgão suplementar vinculado diretamente à Reitoria, conferindo-lhe autonomia em relação à Faculdade de Educação. (Conceição, Cabral, 2023; UFS/Consu, 1979).

De sua fundação até 1981, o Colégio de Aplicação funcionou no edifício da Faculdade Católica de Filosofia, situado na Rua Campos, bairro São José, em Capital Aracaju. Após 1981, o Colégio foi transferido para a Cidade Universitária Prof. Aloisio de Campos, localizada no Município de São Cristóvão (Conceição *et al.*, 2020).

Com a fundação em 1959, até o ano de 1968, o Ginásio de Aplicação ofereceu o primeiro ciclo do Curso Secundário, ou Curso Ginásial, abrangendo da 1ª à 4ª série. Em 1965, a instituição ampliou sua oferta educativa para incluir também o segundo ciclo, que

abrangia os cursos Científico e Clássico do Colegial. A partir do advento da Lei de 1º e 2º Graus (Brasil, 1971), a instituição passou a oferecer o ensino de 1º grau, correspondendo às 5ª a 8ª séries, e de 2º grau, do 1º ao 3º ano. Com as mudanças introduzidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1995 (Brasil, 1995), a nomenclatura e níveis de ensino ofertados foi novamente ajustada para abranger a Educação Básica, do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, e o Ensino Médio.

Diante da trajetória histórica do Colégio e a documentação gerada ao longo dos anos, surgiu a necessidade de preservar esse patrimônio documental. Assim, as iniciativas de preservação da documentação do Colégio, iniciadas em 2013, resultaram na criação do Centro de Pesquisa, Documentação e Memória (Cemdap), em 2016, que se tornou o guardião do patrimônio histórico educativo do Colégio. Essas ações também contribuíram para produções acadêmicas – teses, dissertações e artigos –, sobre o Colégio, seus agentes educativos e temas correlatos, tomando a documentação preservada como fonte (Conceição, 2021, 2022).

Especialmente a respeito do perfil e trajetória discente do Colégio já foram produzidos teses, artigos e relatórios de iniciação científica que abordam o assunto (Almeida, 2021; Almeida, Conceição, 2023; Melo; Conceição, 2021). Assim, para a escrita deste artigo, recorreu-se ao artigo que trata do perfil discente do Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, no período de 1959 a 1968 (Melo; Conceição, 2021) e a tese produzida por Sayonara do Espírito Santo Almeida, em 2021, intitulada Cartografia estudantil no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (1969-1981), na qual a autora produziu uma análise do perfil discente do Colégio de Aplicação da UFS, estabelecendo como marco temporal de 1969 a 1981 (Almeida, 2021). Em ambos os trabalhos, são explorados como fontes principais os documentos dos dossiês dos alunos que fazem parte do acervo do Cemdap.

Além dessas pesquisas, este artigo também utilizou como fonte os trabalhos monográficos³ Esboço histórico do Colégio de Aplicação da UFS – produzido em 1989 pela professora Luza Mabel Magalhães de Souza⁴ –, e Características dos estudantes selecionados no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe, produzido em 1992, de autoria da professora Maria de Fátima Evangelista de Amorim Santos⁵. Em ambos os trabalhos, os dados levantados pelas autoras contribuem para as discussões a respeito do perfil discente do Colégio de Aplicação da UFS.

Além desta introdução, o capítulo está estruturado em três tópicos. O primeiro tópico, intitulado O perfil discente na fase dos exames de admissão, examina como o perfil discente do Colégio foi impactado pelo processo de ingresso por meio de exames de admissão. O segundo tópico, denominado Experimentando diferentes formas de ingresso e impactos no perfil discente, apresenta e discute o ingresso por meio de seleção por sorteio de vagas e cotas específicas para determinados segmentos. Finalmente, o terceiro tópico, intitulado Dos exames de seleção ao sorteio público de vagas, detalha a transição dos exames classificatórios para a adoção do sorteio público de vagas. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

O perfil discente na fase dos exames de admissão⁶

A partir de 1960 até os primeiros anos de 1970, os alunos ingressaram no Colégio de Aplicação por meio da realização de exa-

3 Trabalho monográfico impresso, não publicado. Acervo do Cemdap.

4 Professora aposentada e ex-diretora do Colégio de Aplicação da UFS.

5 Professora aposentada e também exerceu o cargo de vice-diretora do Colégio de Aplicação UFS.

6 Os dados dessa fase foram levantados no decorrer da execução (2019-2020) do Projeto Ginásio de Aplicação Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe: Agentes da ação educativa, espaço escolar e práticas educativas (1959-1968), por meio do desenvolvimento do Plano de trabalho História do Ginásio de Aplicação nas memórias de professores e estudantes egressos (1959-1968), financiado com bolsa de IC do Pibic/CNPq/UFS.

me de admissão, conforme exigência da Lei Orgânica do Ensino Secundário que condicionava o ingresso no Ensino Secundário à aprovação no referido exame (Brasil, 1946). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 (Brasil, 1961), que substituiu a Lei Orgânica do Ensino Secundário (Brasil, 1942), manteve a exigência para o ingresso na primeira série do 1º Curso Ginásial da aprovação em exame de admissão. Essa exigência só seria extinta com a lei que fixou as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus (Brasil, 1971).

Assim, nessa primeira fase, o perfil discente do Colégio foi impactado pela forma de ingresso por intermédio de exames de admissão, que acabou por selecionar estudantes majoritariamente provenientes de escolas privadas. Das instituições escolares de procedência levantada, consta apenas um estabelecimento escolar público, o Colégio Ateneu Sergipense.

As informações a respeito da procedência escolar dos estudantes foram coletadas em documentos como os históricos escolares, registros de exame de admissão, que fazem parte de 411 dossiês dos estudantes analisados dessa fase. Desta forma, foram identificadas as seguintes instituições escolares de procedência dos estudantes matriculados no Ginásio de Aplicação e respectivas quantidades de alunos: Educandário Brasília (156); Educandário Menino Jesus (36), Colégio Salvador (33), Educandário Imaculada Conceição (29), Colégio Jackson de Figueiredo (19), Colégio Nossa Senhora de Lourdes (17), Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus (11), Colégio Patrocínio São José (11), Educandário Nossa Senhora Menina (10), Atheneu Sergipense (10), Ginásio Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora (8), Colégio Pio Décimo (8) (Melo; Conceição, 2021).

No levantamento das escolas de procedência anterior dos alunos dessa fase, notou-se o domínio de uma determinada instituição particular, o Educandário Brasília. Segundo estudantes entrevistados, a direção e os professores deste Educandário indicavam e preparavam os alunos para prestarem o exame de admissão no Ginásio de Aplicação

(Espinheiro, 2018; Cardoso Filho, 2018; Garcez, 2018). Além disso, essa indicação provavelmente estava ligada às relações entre as instituições, sobretudo pelas afinidades com a Igreja Católica.

Além do concorrido exame de admissão, o perfil socioeconômico dos estudantes, no período de 1959 a 1968, foi impactado pelo fato de ser uma instituição particular que cobrava mensalidades. Esse fator tornava praticamente impeditiva a matrícula de estudantes provenientes de famílias de baixa renda, acabando por selecionar grupos economicamente elitizados que tinham condições para investir na educação dos seus filhos e acabavam procurando instituições educacionais de prestígio para isso. Portanto, nessa fase, a educação dispensada no Colégio constituía-se em privilégio de classes ou de posições sociais (Bourdieu, 2010) de famílias abastadas, segmentos que podiam fazer face aos dispêndios do Colégio.

Outra variável que contribuiu para a definição do perfil socioeconômico dessa primeira fase foi a identificação dos locais onde residiam os estudantes. Pelas informações constantes nos registros de matrículas, foi possível identificar que os estudantes residiam predominantemente no entorno do Ginásio, ou seja, nos bairros Centro, São José e Treze de Julho da Capital Aracaju, que eram locais tradicionalmente ocupados por famílias de estratos econômicos ricos ou médios da sociedade sergipana da época (Melo; Conceição, 2021).

Em geral, ao serem questionados sobre o perfil socioeconômico dos estudantes do período de 1960 a 1971, tanto professores quanto ex-alunos entrevistados indicam que a maioria dos alunos pertencia às famílias de renda média, com uma parcela menor proveniente de famílias de renda alta (Maciel, 2017; Garcez, 2018; Espinheiro, 2018). Essa percepção corrobora os dados quantitativos levantados nos dossiês dos alunos, que também demonstram uma predominância de estudantes provenientes principalmente de famílias de classe média. Essa similaridade entre as recordações e os dados quantitativos ou formais reforça a compreensão do perfil socioeconômico dos estudantes ao longo do período analisado.

Experimentando diferentes formas de ingresso e impactos no perfil discente

Com a incorporação do Colégio de Aplicação à Universidade Federal de Sergipe (UFS), ele passou a ser administrativamente e pedagogicamente subordinado à Faculdade de Educação (Faced). Para o ingresso de estudantes na 5ª série ginásial, série inicial oferecida pelo Colégio, manteve-se a adoção do exame de seleção por meio de provas de conhecimento classificatórias, que substituiu o exame de admissão, até o ano de 1973.

A esse respeito, a lista com o resultado dos alunos aprovados no exame de seleção do ano de 1971 (CEMDAP. Lista..., 1971) cruzada com as informações individuais desses alunos presentes nos respectivos dossiês, permitiu verificar a instituição escolar de procedência deles e o local de residência. Esses dados característicos possibilitaram uma análise do perfil socioeconômico dos alunos que ingressaram no Colégio de Aplicação da UFS por meio do exame de seleção de 1971 que substituíram os exames de admissão.

Dos 28 alunos aprovados no exame de seleção de 1971 para o ingresso na 1ª série ginásial do Colégio de Aplicação da UFS, a maioria eram procedentes do Educandário Brasília, totalizando 15 alunos que vieram desta escola, destacando-se significativamente em relação às outras instituições, situação também observada na primeira fase. O Educandário Duque de Caxias aparece em segundo lugar com 3 alunos; o Ginásio do Salvador e Instituto Sagrado Coração de Jesus com 2 alunos cada. As demais escolas, foram o Educandário Imaculada Conceição, o Educandário Americano Batista, o Educandário Murilo Braga e o Educandário Nossa Senhora da Conceição, com 1 aluno procedentes dessas instituições escolares.

Essas escolas primárias de procedência dos estudantes eram instituições privadas de ensino, de orientação ou confessionais católicas, a maioria localizada em Aracaju, e tradicionalmente frequentadas por famílias de renda alta, média alta e média. E, apenas

um aluno era proveniente de uma escola primária pública, o Grupo Escolar Dr. Getúlio Vargas, em Aracaju.

O alto número de alunos provenientes do Educandário Brasília não apenas indica a preparação e direcionamento por parte da direção e de professores para que esses estudantes prestassem exame no Colégio de Aplicação e as relações entre professores e/ou dirigentes de ambas as instituições, mas também evidencia a forte reputação e prestígio que o Colégio de Aplicação detinha entre os grupos economicamente elitizados da sociedade aracajuana. Essa opção e o investimento que as famílias faziam para o envio de seus filhos em colégios de prestígio eram resultantes da posição social deles, mas também das expectativas que depositavam nas futuras gerações (Bourdieu, 2010).

Quanto ao local de residência desses estudantes selecionados, foi possível verificar na documentação dos dossiês o endereço de 27 deles. O resultado obtido revelou que 20 estudantes residiam em ruas próximas ao Colégio de Aplicação, localizado no bairro São José, bem como nos bairros adjacentes (Centro e 13 de Julho). Esses bairros eram ocupados por residências de famílias de renda alta e média alta. Os 7 estudantes restantes residiam em bairros ocupados por famílias de renda média baixa.

A partir do ano de 1973, o Colégio passou a utilizar como forma de ingresso a seleção por sorteio de vagas, entre estudantes provenientes de escolas públicas e privadas, classificados em 1º e 2º lugares, na 4ª série do 1º grau. (Almeida, 2021; Almeida, Conceição, 2023). Para o ingresso nas séries posteriores à 5ª série, o processo ocorria mediante um exame de seleção com provas de conhecimento classificatórias.

Em 1976 o sorteio público de vagas sofreu uma modificação, passando a ser realizado a partir de sorteio entre todos os alunos inscritos no processo seletivo, independente das médias dos candidatos auferidas no último ano do ensino primário. Essa mudança causou um “grande desnivelamento” entre os estudantes, o que

resultou na formação de turmas com “[...] alunos fracos, médios e fortes, isto é, nível social-cultural diferenciado, além do nível econômico.” (Santos, 1992, p. 13). Esse sorteio universal foi eliminado, voltando a vigorar o processo de selecionar por meio de sorteio a partir de uma lista dos classificados nos primeiros lugares dos estabelecimentos de ensino de proveniência dos inscritos no sorteio.

A adoção do sorteio no decorrer da década de 70 refletia as discussões que presentes na comunidade universitária e sobretudo na Faculdade de Educação e na Reitoria. Segundo essas vozes “[...] se o Colégio de Aplicação era tão bom, então ele deveria se tornar um desafio para o atendimento às crianças de escolas públicas também; carentes de melhores estruturas, de professores mais estimulados [...]” (Souza, 1989, p. 21). Contudo, a adoção do sorteio como forma de ingresso fez surgir conflitos internos no Colégio de Aplicação. Segundo a professora Luza Mabel Magalhães de Souza (1989), o ingresso de estudantes por meio do sorteio causou “o repúdio daqueles que não queriam se misturar, afirmavam que o Colégio de Aplicação tinha baixado de nível, não aceitavam adaptação do conteúdo em prol dos demais.” (Souza, 1989, p. 21).

A nova realidade de composição do corpo discente resultante da seleção por sorteio acabou se tornando também um aspecto de reflexão no bojo das discussões em torno das finalidades do Colégio de Aplicação e de sua relação com a Faculdade de Educação (Faced). A este respeito, em 1976, uma comissão nomeada pela Faced elaborou o projeto “Posicionamento do Colégio de Aplicação em relação às suas funções na Faculdade de Educação” em que se constatou que a adoção do sorteio para o ingresso de estudantes contrariou as expectativas de muitos pais dos alunos veteranos no Colégio, e mesmo do corpo docente, pois estavam acostumados ao alto grau de aprendizagem em termos de conhecimentos dos estudantes. Segundo consta no projeto, verificou-se que a “heterogeneidade intelectual” passou a ser uma característica forte das turmas, inclusive tornou-se uma questão central nas discussões do Colégio, “[...] em

detrimento inclusive de suas peculiaridades como campo de estágio e experimentação.” (CEMDAP. Posicionamento..., 1976, p. 2).

A comissão que elaborou o projeto também evidenciou que interna e externa ao Colégio existia uma pressão para que a clientela discente continuasse formada por “elites intelectuais” ou “econômicas”, como ocorria na fase dos exames de admissão ou exames de seleção. Entretanto, segundo o proposto no projeto, como o Colégio de Aplicação se caracterizava como escola-laboratório, deveria sua comunidade discente ter uma “[...] amostra de alunos, representativa de toda a comunidade, para testagem de teorias, de métodos, estratégias de ensino e inovações;” (CEMDAP. Posicionamento..., 1976, p. 5).

Ainda nessa fase, também foi adotado no processo seletivo por intermédio de sorteio de vagas as cotas específicas para estudantes provenientes de escolas públicas e para filhos de servidores da UFS. A cota para estudantes da escola pública foi resultante de um convênio firmado entre a UFS e a Secretaria de Educação e Cultura do Estado em 5 de setembro de 1979, que destinou 40% das vagas para os estudantes da rede estadual de ensino, atraindo discentes cuja renda média familiar era considerada baixa. E, no ano de 1983, o preenchimento de 18 das 30 vagas da 5ª série do 1º grau ofertadas pelo Colégio de Aplicação ocorria por meio de sorteio entre filhos ou dependentes de servidores da Universidade, representando 60% das vagas (ARQUIVO CENTRAL DA UFS. Ofício..., 1979).

A adoção do sorteio continuou determinando o que se dizia na época como “problema do nível”. Através de questionários aplicados entre os professores do Colégio em 1989, Souza (1989) apurou que os participantes da pesquisa responderam que alguns alunos que ingressavam por sorteio acabavam melhorando em nível de aprendizagem no ano seguinte, contudo, não chegavam a satisfazer “[...] as exigências dos que vivenciaram os períodos elitizados” (Souza, 1989, p. 21).

Dos exames de seleção ao sorteio público de vagas

A partir de 1989 o Colégio de Aplicação da UFS passou a adotar exames de seleção como única forma de ingresso. Esses exames classificatórios substituíram o sorteio e as cotas específicas anteriormente reservadas para estudantes de escolas públicas e filhos ou dependentes de funcionários da UFS. Segundo Santos (1992) essas mudanças foram resultantes de determinações do Tribunal de Contas da União e da Secretaria de Controle Interno do Ministério da Educação (MEC), que estabeleceram critérios específicos para o preenchimento de vagas nos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus.

Com a extinção do sorteio de vagas, o Colégio de Aplicação da UFS implementou um exame de seleção com provas classificatórias para o preenchimento das vagas. O exame consistia em quatro provas: Português, Matemática, Ciências e Estudos Sociais. Essas provas continham questões objetivas e subjetivas baseadas no conteúdo programático da 1ª à 4ª série, elaboradas pelos professores do Colégio de Aplicação e coordenadas por uma comissão organizadora responsável pelo Exame de Seleção (Santos, 1992).

Santos (1992), em seu estudo realizado em 1992 sobre as características dos alunos do Colégio de Aplicação da UFS após a implementação dos exames de seleção, constatou que a seleção por meio de provas classificatórias resultava na definição de um perfil discente privilegiado, ou seja, a clientela que tinha maior sucesso nos exames de seleção era formado por alunos “[...] das classes privilegiadas, seja por sua condição econômica ou social, seja por ser egresso de uma escola, em geral particular, que lhe tenha proporcionado uma escolaridade mais elevada do que a oferecida pela escola pública.” (Santos, 1992, p. 3).

Para a caracterização socioeconômica dos estudantes Santos (1992) escolheu como variáveis a escola de procedência dos candidatos inscritos e selecionados no exame de seleção e o local de re-

sidência dos estudantes selecionados, cruzadas com a classificação dos bairros da cidade de Aracaju por faixas de renda (alta, média e baixa). Quanto ao primeiro critério, a tabela a seguir apresenta os dados quantitativos da procedência escolar dos inscritos e dos selecionados no Exame de Seleção de 1992.

Tabela 1 – Quantidade de candidatos inscritos e selecionados no Exame de Seleção segundo procedência escolar (1992)

Nº	Procedência Escolar	Nº de Alunos Inscritos	Nº de Alunos Selecionados
1	Escola particular	410 (87%)	62 (94%)
2	Escola pública	52 (11%)	3 (4,5%)
3	Outros (SESI)	9 (2%)	1 (1,5%)
TOTAL		471	66 (100%)

Fonte: Santos (1992).

Já a Tabela 2 apresenta os dados quantitativos relacionados ao local de residências dos estudantes selecionados no Exame de Seleção aplicado em 1992.

Tabela 2 – Localização das residências dos estudantes ingressantes no Colégio de Aplicação por meio de Exame de Seleção (1993)

Nº	Localização das residências por faixas de renda	Nº de alunos
1	Áreas de renda alta	4 (6,2%)
2	Áreas de renda média	36 (55,3)
3	Áreas de renda baixa	25 (31,5)

Fonte: Santos (1992).

Ao analisar as variáveis procedência escolar (Tabela 1) e localização das residências dos 66 alunos selecionados (Tabela 2), cruzadas com informações sobre o meio de transporte utilizado pelos alunos para se deslocarem ao Colégio (55 utilizavam ônibus do transporte público), grau de escolaridade dos pais (19 tinham grau superior completo, 27 possuíam 2º grau completo ou 3º grau incompleto e 12 apresentavam escolaridade variando entre o 1º grau completo ou incompleto e 2º grau incompleto) e renda familiar (26

de famílias com renda entre 2 a 5 salários mínimos, e 37 de famílias com renda de 6 a 15 salários mínimos), constatou-se que a situação socioeconômica das famílias dos alunos selecionados foi um fator determinante para o êxito deles no Exame de Seleção do Colégio de Aplicação da UFS em 1992. Ademais, verificou-se que os alunos provenientes da rede particular de ensino tiveram maiores probabilidades de preencherem as vagas oferecidas pelo Colégio (Santos, 1992).

Outra variável importante entre os estudantes selecionados no Exame de Seleção do ano de 1992 foram os motivos apresentados pelas famílias para o ingresso no Colégio de Aplicação da UFS. A maior parte das famílias indicou que a escolha do Colégio foi motivada pelo bom nível de ensino aliado à gratuidade.

Considerações finais

Entre os anos de 1960 e 2008, foram identificadas fases distintas com características específicas no perfil discente do Colégio de Aplicação da UFS. A primeira fase, abrangendo o período de 1960 a 1971, caracterizou-se pelo ingresso por meio do exame de admissão. A segunda fase, de 1968 a 1989, foi marcada pela experimentação de diferentes formas de seleção de ingresso de estudantes, incluindo exame de seleção, sorteio e cotas específicas para determinados segmentos. A terceira fase, de 1989 a 2008, consolidou-se com o ingresso exclusivamente por meio de exames de seleção.

As formas de seleção para ingresso de estudantes no Colégio de Aplicação da UFS ganharam relevância nas discussões internas a partir da década de 1970, quando o Colégio foi integrado à Faculdade de Educação da UFS. Nessas discussões, emergiram duas posições distintas. A primeira defendia que a clientela discente deveria continuar composta por “elites intelectuais”, como ocorria na fase dos exames de admissão ou nos exames de seleção, sem cotas específicas, evitando o “desnívelamento” entre os alunos. A segunda

posição argumentava que o Colégio de Aplicação da UFS precisava reavaliar suas políticas de admissão para garantir um corpo discente mais diversificado e representativo da população em geral, oportunizando um campo de estágio e de atividades experimentais mais adequado à formação de graduandos.

Os dados analisados ao longo do período indicam que o contexto socioeconômico dos alunos desempenhou um papel importante nos resultados dos processos seletivos por meio de provas classificatórias (exame de admissão, exame de seleção). Famílias com maior poder aquisitivo e acesso a melhores recursos educacionais tendem a criar condições mais favoráveis para o sucesso escolar de seus filhos. Elas investem mais na educação escolar e em recursos adicionais de aprendizado, o que influencia significativamente a preparação e o desempenho dos candidatos nos exames classificatórios. Essas famílias geralmente têm altas expectativas educacionais e buscam escolas com altos índices de aprovação no Ensino Superior. Ademais, o prestígio do Colégio de Aplicação, primeiramente como parte de uma Faculdade e, posteriormente, de uma Universidade, reforçou essa percepção entre as famílias.

Segundo Bourdieu (2010), o capital econômico, cultural e social das famílias influencia diretamente o desempenho educacional dos alunos. Situação verificada durante as fases em que os exames de admissão e seleção predominaram no Colégio de Aplicação da UFS, e os estudantes provenientes de famílias, com maior capital econômico e cultural, tiveram maiores condições de se prepararem e, conseqüentemente, obtiveram sucesso nos exames. Deste modo, as famílias matriculavam seus filhos no Colégio como uma estratégia de reprodução educativa, movidas por “[...] uma tendência a perpetuar seu ser social, com todos os poderes e privilégios [...]” (Bourdieu, 1996, p. 35).

A adoção do sorteio de vagas, utilizado no decorrer da década de 1970, resultou em um aumento relativo do acesso de estudantes provenientes de escolas públicas e de segmentos economicamente

baixos e médios baixos da população. A competitividade persistiu devido ao critério das maiores médias obtidas na escola de origem para que o candidato estivesse apto ao sorteio. Comparado ao perfil discente no período de 1960 a 1968, essas mudanças foram significativas, especialmente pelo ingresso de estudantes provenientes de escolas públicas e de famílias de baixa renda.

Mais recentemente, após quase três décadas utilizando o processo de seleção por meio de provas de conhecimento classificatório, o Colégio de Aplicação reformou seu regimento em 2008, aprovando o sorteio público de vagas como forma de ingresso para qualquer série (CEMDAP. Regimento, 2008). Essa mudança ocorreu no contexto de debates sobre Políticas Afirmativas que estavam sendo discutidas pela comunidade universitária para o ingresso de estudantes nos cursos de graduação da UFS. Diante dessas alterações, surge a necessidade de novas investigações para verificar a nova composição do perfil discente a partir da adoção do sorteio público de vagas como forma exclusiva de ingresso no Colégio de Aplicação da UFS.

Referências

Arquivo Central da UFS. **Ofício Nº 508 de 1979, Centro de Educação e Ciências Humanas**. Aracaju, 7 de dezembro de 1979.

ALMEIDA, Sayonara do Espírito Santo. **Cartografia estudantil no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (1969-1981)**. 2021. 202 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/14876>

ALMEIDA, Sayonara do Espírito Santo; CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares. Formas de seleção de ingresso no Colégio de Aplicação da UFS. A busca por um perfil estudantil “ideal” (1969-1981). **Revista História da Educação**, v. 27, 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/126267/89000>. Acesso em: 1 fev. 2024.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**. Sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 2010.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.244, de 09 de abril de 1942. Lei orgânica do ensino secundário. Disponível em: [http:// https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html](http://https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html). Acesso em: 2 fev. 2024.

BRASIL. Decreto-lei nº 9.053, de 12 de março de 1946. Cria um ginásio de aplicação nas Faculdades de Filosofia do País. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9053-12-marco-1946-417016-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 4 dez. 2020.

BRASIL. Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://https://http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4024.htm. Acesso em: 30 ago. 2020.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm. Acesso em: 4 dez. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 4 jul. 2024.

CARDOSO FILHO, Rubens Ribeiro. Banco de Histórias do Colégio de Aplicação da UFS. Identidade e pertencimento nas memórias de estudantes e professores”. Entrevistador: Joaquim Tavares da Conceição. São Cristóvão/SE, 31/07/2018.

CEMDAP. Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS. **Lista de candidatos aprovados no Exame de Seleção**, 1971.

CEMDAP. Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS. **Relatório de Posicionamento do Colégio de Aplicação em relação às suas funções na Faculdade de Educação**, 1976.

CEMDAP (2008). Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS. **Regimento Interno do Colégio Aplicação**, 2008.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da *et al.* Identidade e pertencimento nas memórias de estudantes egressos do Colégio de Aplicação da UFS. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, [S. l.], v. 2, n. 50, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/rihgse/article/view/14583>. Acesso em: 2 jun. 2024.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. A preservação do acervo documental do Colégio de Aplicação da UFS e a produção de pesquisas em História da Educação. *In*: Ferronato, Cristiano & Conceição, Joaquim Tavares. **Compreensões Historiográficas da Educação Brasileira**. Aracaju, SE: Criação Editora, 2022. Disponível em: <https://editoracriacao.com.br/compreensoes-historiograficas-da-educacao-brasileira/>. Acesso em: 16 dez. 2022.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da: [Entrevista concedida a Isabela Cristina Salgado] *Archivoz*. 2021. Disponível em: www.archivozmagazine.org/pt/entrevistacom-joaquim-tavares-da-conceicao/. Acesso em: 16 dez. 2022.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares. Aspectos da fundação e do processo de “reconhecimento” do Ginásio de Aplicação revelados em remanescentes documentais no acervo do CEMDAP. *In*: Paulilo, André Luiz, Conceição, Joaquim Tavares, Campello, Lorena Oliveira Souza. **A Pesquisa em acervos da escola e da educação**. Campinas, SP: Mercado de Letras, p.139-168. 30 dez 2023. Disponível em: <https://www.mercado-de-letras.com.br/resumos/pdf-28-04-23-18-30-02.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2023.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da; CABRAL, Anne Emilie Souza de Almeida. Preservação do patrimônio histórico educacional do Colégio de Aplicação da UFS e o incremento da produção do conhecimento historiográfico da educação. **RIDPHE_R Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico-Educativo**, Campinas, SP, v. 9, n. 00, p. e023017, 2023. DOI: 10.20888/ridphe_r.v9i00.18274. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ridphe/article/view/18274>. Acesso em: 4 jul. 2024.

ESPINHEIRO, Ana Maria Nunes. Banco de Histórias do Colégio de Aplicação da UFS. Identidade e pertencimento nas memórias de estudantes e professores”. Entrevistadora: Aristela Arestides Lima. São Cristóvão/SE, 22/08/2018.

GARCEZ, Rosa Maria Viana de Bragança. (2018) Banco de Histórias do Colégio de Aplicação da UFS. Identidade e pertencimento nas memórias de estudantes e professores. Entrevistadora: Aristela Arestides Lima. São Cristóvão/SE, 22/08/2018.

MACIEL, Maria de Lourdes Amaral. Banco de Histórias do Colégio de Aplicação da UFS. Identidade e pertencimento nas memórias de estudantes e professores. Entrevistadora: Rísia Rodrigues Silva Monteiro. Aracaju/SE, 13/11/2017.

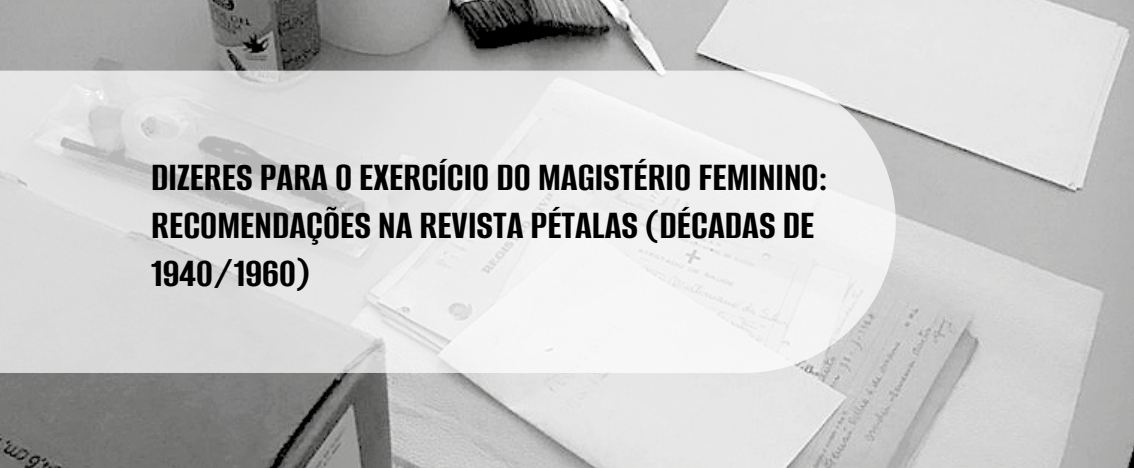
MELO, Rafaela Cravo de; CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. O perfil estudantil do Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (1959-1968). Uma investigação de fontes seriais do arquivo escolar. **Boletim Historiar**, v. 08, n. 04. out./dez. 2021, p. 69-92. Disponível em: <http://seer.ufs.br/index.php/historiar>. Acesso em: 19 jun. 2023.

SANTOS, Maria de Fátima Evangelista de Amorim. Características dos estudantes selecionados no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe, 1992. (Trabalho não publicado).

SOUZA, Luza Mabel Magalhães de. Esboço histórico do Colégio de Aplicação da UFS, 1989. (Trabalho não publicado).

UFS/CONEPE. (2008). Universidade Federal de Sergipe. Conselho Universitário. Resolução nº 31/2008/CONSU. **Regimento do Colégio de Aplicação**, 8 de outubro de 2008.

UFS/CONSU. (1979). Universidade Federal de Sergipe. Conselho Universitário. Resolução nº 01/79/CONSU, **Regimento Geral da Universidade Federal de Sergipe**, 15 de janeiro de 1979.



DIZERES PARA O EXERCÍCIO DO MAGISTÉRIO FEMININO: RECOMENDAÇÕES NA REVISTA PÉTALAS (DÉCADAS DE 1940/1960)

Maria Teresa Santos Cunha

Introdução

Pétalas era o sugestivo nome de um impresso escolar (em formato de Revista) criado e mantido pelas religiosas católicas da Congregação da Divina Providência, vindas de Hamburgo (Alemanha), para fundar em Florianópolis (SC), o Colégio Coração de Jesus, em 1898. Atendia exclusivamente ao sexo feminino, era privado e acolhia uma clientela de jovens filhas da elite catarinense. Entre os finais do século XIX e segunda década do século XX, há um aumento desses estabelecimentos em todos os estados no Brasil. Os estudos de Conceição (2017) no estado de Sergipe, indicam que “colégios particulares dirigidos por congregações religiosas se deveram além da boa reputação desses estabelecimentos ao empenho da igreja Católica para a manutenção e o crescimento do catolicismo entre as famílias” (Conceição, 2017, p. 372).

Figura 1 – Colégio Coração de Jesus –Florianópolis/SC



Fonte: Revista Pétalas, 1946 (Arquivo pessoal da autora).

O Colégio Coração de Jesus foi edificado, monumentalmente, no centro da cidade e recebeu incentivos, para sua efetiva instalação, do poder público na pessoa do então Governador Hercílio Pedro da Luz que administrou Santa Catarina por três mandatos de 1894 a 1898, 1918 a 1922 e de 1922 a 1924, ano em que faleceu.

A Revista Pétalas foi criada pela Direção do Colégio Coração de Jesus em 1933, como um periódico semestral¹ para divulgar as atividades escolares e sociais vividas pelas alunas, para transmitir ensinamentos cristãos e afastar os perigos morais que poderiam assolar as mentes das jovens alunas fornecendo leituras e atividades sãs. Era destinada, especialmente, para as alunas do Curso Normal (Magistério) que funcionava, desde 1919.² Trazia recomendações para uma vivência pessoal e profissional de base católica além de atuar como uma forma de propaganda sobre a formação oferecida pelo próprio Colégio. Desde sua primeira circulação, em 1933, até o último número produzido (1960/1961) as edições de Pétalas

1 A frequência da periodicidade foi variável e após 1946, houve edições anuais, em sua maioria,

2 O Curso Normal do Colégio Coração de Jesus foi equiparado à Escola Normal Catarinense desde 1º de setembro 1919, pela lei n.1253 (Coelho Júnior, 2013).

eram subordinadas às religiosas que dirigiam o Colégio, por exemplo Irmã Benwarda de 1933 a 1945 e Irmã Maria Teresa, de 1945 a 1961. A partir de 1943, atendendo à legislação proposta pela Reforma Capanema, Lei Orgânica do Ensino Secundário, oficializada pelo Decreto-lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942 (Dallabrida; Vieira, 2020), a Revista continuou a privilegiar a formação para as futuras professoras, mas passou a incluir, esporadicamente, colaborações mais frequentes das alunas dos Cursos Clássico e Científico que também compunham o chamado Ensino Secundário oferecido pelo Colégio.

A partir da pesquisa em seis (6) números da Revista *Pétalas* preservados em um arquivo pessoal, este trabalho tem como foco a análise das recomendações para o exercício do magistério feminino, escritas e/ou dadas a ler pelas alunas do Colégio Coração de Jesus, em Florianópolis, entre os anos de 1945 e 1960/61. Considera-se que, no período em estudo, esta Revista atendia aos ditames legais de um jornal escolar e estava afinada aos pressupostos de renovação educacional abrigada sob a tutela do movimento conhecido como Escola Nova, para propiciar experiências pessoais às discentes, trabalho em cooperação e atividades de leitura e escrita. Tais atividades já eram estimuladas desde as primeiras décadas do século XX, momento em que a Escola abraça a ideia de “experimentos científicos variados [...] determinantes para o processo educativo e a atividade como elemento central do processo cognitivo”. (Valdemarin, 2010, p. 88).

A aproximação metodológica à Revista contemplou identificação primordial de temas geradores, ou seja, aqueles que eram uma constante em todos os exemplares. Ainda que os títulos pudessem variar, eles abordavam as recomendações ao exercício da profissão de professora. Tais recomendações estão publicadas, em forma de textos, frases e comentários produzidos pela Direção do Colégio, além de depoimentos e excertos de redações escritas pelas alunas e se fazem presentes em relatos do cotidiano escolar; sobre práticas cívico-patrióticas e cristãs esperadas das professoras. Esta escolha

está associada ao fato de não haver seções fixas que fossem observadas criteriosamente em todos os números analisados. Os títulos eram variados havendo, em alguns casos a identificação da autora e da série cursada do Ensino Normal, ou seja, as autoras eram sempre aquelas que estavam em preparo para o exercício do magistério primário. Salienta-se, entretanto, que muitos assuntos dos registros se interpenetram nas temáticas mais frequentes que foram selecionadas. A seleção de excertos que abrangem estas temáticas foi realizada para facilitar a análise, trata-se de uma escolha movida pela maior incidência desses discursos nos exemplares pesquisados. A Revista trazia uma miscelânea de assuntos sem se desviar dos ensinamentos religiosos a respeito da vida, das atividades escolares ali vividas e de aconselhamentos formativos à profissão de professora. O que os une é que tais discursos eram feitos em tom de autoelogio ao próprio Colégio e dependendo da procedência social da aluna e da inserção política e social de seus pais e familiares na vida do estado de Santa Catarina, mereciam nota especial em Pétalas, às vezes com fotografias.

Quadro 1 - Revistas Pétalas / Colégio Coração de Jesus - 1945 a 1961

Ano	Número	Nº de Páginas	Editora
1945	Nº24 /Ano XIII	74	Imprensa Oficial/SC
1946	Nº 25/Ano XIV	76	Imprensa Oficial/SC
1953	Nº32/XXI	20	Oficina Livraria O Globo
1956	Nº35 e 36/Ano XXII	28	Imprensa Oficial/SC
1958-59	Nº38/Ano XXIV	51	Imprensa Oficial/SC
1960-61	Nº39/Ano XXV	26	Tipografia; Blumenau/SC

Fonte: Exemplares do Arquivo pessoal da autora.

O quadro acima informa dados gerais dos exemplares da Revista Pétalas que compõem este estudo onde é possível verificar que entre 1958, 1960 e 1961 (último exemplar conhecido) há um agrupamento dos anos e perde-se a periodicidade semestral, além do reduzido número de páginas dos exemplares de 1953 e de 1960/61

e da impressão ter sido feita em outros lugares³. Em nenhuma das revistas consultadas havia dados sobre a tiragem impressa.

Com o auxílio da descrição e análise dos discursos sobre os temas selecionados, aborda-se este impresso escolar/educacional como um documento testemunhal “aberto à série de reinscrições que submetem o conhecimento histórico a um processo contínuo de revisões” (Ricoeur, 2007, p. 147) e que, problematizados, se constituem como uma forma de “apoio externo à construção de memórias” (Ricoeur, 2007, p. 131) daqueles tempos. Argumenta-se que as escritas na revista *Pétalas* propuseram certos modelos de professora primária e contribuíram para construir presentes que ainda permanecem e transitam, entre superações e resistências, em um movimento que dá a ver temporalidades múltiplas em um só objeto. Salienta-se, também, a importância de preservação desse material que integra a cultura material da escola (Castro, 2011) que “permite potencializar o debate sobre o lugar da escola do passado e do presente” (Oliveira; Chaloba, 2023, p. 1).

Pétalas: Propósitos legislativos e moralistas

Naquela época, o ensino católico via nos livros – e mais ainda nas revistas - um perigo em potencial, a fonte de todos os desvios morais. (Ernaux; Annie, 2023, p. 162).

Pétalas, uma revista católica e moralista, tinha como compromisso, declarado pela própria Irmã Benwarda, diretora do Colégio à época de sua fundação, destacar “papel proeminente da mulher cristã e educadora” (*Pétalas* 1, 1933). E tal orientação permanece em todos os números até 1961 o que evidencia permanências

3 Em 1953, nas Oficinas da Livraria O Globo (presumivelmente em Porto Alegre/RS) e o número de 1960/1961 em uma gráfica particular na cidade de Blumenau (SC). Não foram encontradas informações sobre seus custos/pagamentos, mas, é importante registrar, que havia em Blumenau um Colégio sob direção das Irmãs da Divina Providência. (Colégio Sagrada Família).

em seu conteúdo. A presença das religiosas na supervisão geral da publicação aponta, além da vinculação aos preceitos religiosos, a concreta vigilância exercida no que era divulgado e dado a ler às alunas, a seus pais e à própria comunidade leitora em que este impresso circulava (familiares, bibliotecas e escolas da rede confessional catarinense).

O recorte temporal adotado (1945 -1961) está delimitado pela posse das Revistas em um arquivo pessoal e o período estar relacionado, em âmbito nacional, à Reforma Capanema (Lei Orgânica do Ensino Secundário)⁴ que impulsionou o investimento em maior visibilidade ao Colégio Coração de Jesus, já que era “portador da maior rede escolar de ensino secundário destinada à meninas e moças no território catarinense [...] e que aumentou seu alcance ao criar, em 1947 o curso científico em sua sede na capital”. (Dallabrida; Vieira, 2020, p,35).

Em âmbito regional, o período registra o cumprimento de obrigações legais impostas às escolas públicas e particulares do estado de Santa Catarina pelo interventor federal Nereu Ramos (1937-1945) cujas ações estavam referendadas como práticas para a política de nacionalização do ensino que incorporava a concretização de atividades cívico-patrióticas e programas comemorativos nos educandários catarinenses públicos e particulares. Em 1944, em âmbito estadual, o Decreto-lei 2.991/44 já indica o jornal/revista escolar como um dos integrantes das Associações Auxiliares das Escolas (AAEs). Detalhamentos e normativas foram esmiuçadas pelo Decreto-Lei 3.735 de 17 de dezembro de 1946 que estabeleceram atribuições precisas às Associações Auxiliares da Escola. Estudos dos impressos escolares justificam o uso mais aprofundado da legislação de 1946, argumentando que:

4 A Lei Orgânica do Ensino Secundário foi oficializada pelo Decreto-lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942, que integrava a Reforma Capanema durante a ditadura getulista (Dallabrida; Vieira, 2020, p. 32)

Em virtude de os dois Decretos-lei (1944 e 1946) serem muito semelhantes, optamos por problematizar o Decreto-lei n. 3.735/1946, por considerá-lo mais completo em relação ao Regulamento e às atribuições das Associações Auxiliares da Escola (AAEs). Ambos os decretos foram formulados e homologados pelo Departamento de Educação do Estado de Santa Catarina. (Martins; Rabelo, 2020, p. 4).

De acordo com esta legislação (1946) eram consideradas Associações Auxiliares da Escola o Jornal /Revista Escolar, o Clube de Leitura, o Pelotão de Saúde, o Museu Escolar, o Clube Agrícola, a Biblioteca Escolar, a Liga da Bondade, o Círculo de Pais e Mestres, a Caixa Escolar, a Liga Pró-Língua Nacional, a Sopa Escolar, o Orfeão, a Cooperativa Escolar e os Conselhos Escolares, nem todas eram obrigatórias (Silva, 2014, p. 27-28). Elas “funcionavam como uma espécie de organismo auxiliar da atividade de ensino ou de socialização, moralização e civilização dos estudantes, bem como de aproximação da escola com a família.” (Petry, 2013, p. 101). O Colégio seguia rigorosamente a legislação e fez veicular, a partir de 1949, como atividade para o Ensino Primário, o Jornal Pétalas Infantil que era apresentada de forma manuscrita. (Cunha, 2013). A nomenclatura como Revista Pétalas foi considerada representante exclusiva das alunas do Curso Secundário do Colégio Coração de Jesus especialmente a partir de 1946 e teve uma divulgação mais intensa nas comunidades escolares confessionais de Santa Catarina.

O período político de circulação da Revista Pétalas, neste recorte (1946-1961) marca, em termos mundiais, o final da Segunda Guerra Mundial que vai atuar para o processo de redemocratização da sociedade brasileira que viveu o longo período getulista (1937-1945). Já em 1946, houve mudanças na legislação com a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Normal, (Decreto-Lei 8.530/1946), momento em que foram intensificados em todo o país os debates em torno dos novos rumos políticos, culturais e principalmente na

área educacional, colocando em destaque a formação de professoras para o então denominado Ensino Primário como forma de vencer o analfabetismo nacional. Santa Catarina acompanha estas mudanças com a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Primário do Estado de Santa Catarina (Decreto-Lei nº 298/1946), conhecida como Reforma Elpídio Barbosa⁵ complementada pelo Regulamento para os Estabelecimentos de Ensino Primário no Estado de Santa Catarina, baixado por intermédio do já citado Decreto - Lei 3.735/1946.

A elaboração dessa legislação pretendia atender ao que se convencionou chamar de modernidade na educação estabelecendo, sobretudo, uma conciliação entre o velho e o novo, entre o tradicional e o moderno, entre a tradição e a ciência. A proposta almejava um ensino mais ativo, participativo, que incluísse protocolos de civildade diferenciados em função de uma nova ordem ditadas pela urbanização e pelo processo de industrialização que então se implementava no país e na cidade. É importante evidenciar que o Colégio Coração de Jesus, se esmerava para cumprir as diretrizes legais haja vista as constantes visitas de inspetores que atestavam a excelência da educação ali ministrada e a necessidade de mostrar atenção e obediência às normas legais e modernas para atrair mais alunas. Sem esquecer que a Instituição gozava de privilégios do governo (como isenção de impostos, impressão da Revista Péta-las, sem ônus, pela gráfica da Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, bolsas de estudos, por exemplo) além de que os quadros diretivos do Estado mantinham ali suas filhas, como alunas⁶.

5 O Professor Elpídio Barbosa (1909-1966) foi figura importante no cenário educacional catarinense. Foi Diretor-Geral do Departamento de Educação (1940/1951) e ocupou cargos de Secretário da Educação do Estado de Santa Catarina e de primeiro Reitor da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) entre 1963-1966) Seu arquivo pessoal está depositado no Instituto de Investigação e Documentação em Ciências Humanas,
Ver: <https://www.udesc.br/faed/idch/acervos/elpidiobarbosa>.

6 Nesse período as filhas do Governador do Estado (Aderbal Ramos da Silva) e do Secretário da Educação (Elpídio Barbosa) eram alunas do Colégio.

Figura 2 – Exemplar de Pétalas (1956)



Fonte: Arquivo Pessoal da autora.

Um tempo por escrito em Pétalas: Passados que habitam presentes

Aquilo que escrevo [...] seja o que for, apreende o presente.
(Ernaux, 2023, p. 54).

Alunas do Curso Normal escreviam, nas páginas da Revista Pétalas, notícias, memórias e eram, ao mesmo tempo, leitoras daquele impresso onde circulavam variados discursos frutos daquele presente vivido. Estes discursos traziam marcas das vivências no Colégio as quais podem ser interpretados como fontes de informações constitutivas do tempo em que aconteceram e foram narradas e, sobretudo, podem trazer dados daquelas temporalidades que alcançam o tempo presente.

O exemplar de dezembro de 1945, traz registros mensais das atividades que regiam o cotidiano escolar das alunas entre fevereiro e dezembro. A maioria são notícias sobre a vida escolar, sem autoria especificada, mas mostram o envolvimento do Colégio nas questões nacionais, como fim da Segunda Guerra. Os comentários expressam comemorações em datas festivas, seja em forma de teatros ou palestras com temas ditos atuais. No Curso Normal, destacam-se:

15/02/1945 Reabertura das aulas dos cursos normal e primário. Compareceram quinhentas petizes! Que turba alegre a encher os pátios. Primeira prática pedagógica de nossa missão. (Pétalas, 1945, p. 29).

07 e 08/05/1945 Rumores da próxima Vitória, na 2ª Guerra enche os ares. À tarde, quando a notícia é confirmada, suspendem-se as aulas, em pleno regozijo. Na manhã seguinte houve concentração escolar no Jardim Oliveira Belo; tomam parte nas festas da Vitória, mais de 1000 alunas. À noite, a Escola Normal acompanha a passeata da Academia de Comércio. Maria Regina Malburg fala da sacada do “Democrata Clube” e saúda a Pátria brasileira e sua grandeza. (Pétalas, 1945, p. 31).

10/10/1945 Início da Semana da Criança, Fala da aluna mestra Djanira Amim ressaltando a importância das professoras na condução na educação das crianças para o futuro do nosso País. (Pétalas, 1945, p. 37).

Na Revista que abrange os anos de 1958/1959, registros semelhantes do cotidiano escolar sinalizam para o cumprimento de determinados rituais (Escolano, 2017) descrevendo liturgias características do Colégio (homenagear, elogiar, rezar, estudar, fazer caridade etc.) que contribuíam para reforçar determinadas práticas imbuídas de discursos civilizatórios. A aluna-mestra Sileide Maffezoni em artigo intitulado “Assunto do teu interesse e assunto do meu interesse” proclama:

Nós queremos um Brasil melhor! Como melhorá-lo? Melhorando a formação de cada um, de cada criança, para um futuro promissor do país. Este é o nosso dever (Pétalas, 1958/59, p. 10).

04/12/1959 A formatura das normalistas realizou-se com pompa e alegrias, como sempre. E quem se esqueceria da bela missa dialogada e do palco enfeitado do Teatro Álvaro de Carvalho? A turma numerosa e estudiosa bem o merecia! Grande missão nos espera! (Pétalas, 1958/59, p. 43).

Os excertos destacados neste estudo davam visibilidade às atividades discentes que representariam a síntese do pensamento daquela escola feminina católica e comportavam várias ações relativas ao cotidiano escolar vinculadas aos eventos daqueles presentes: em 1945 o fim da segunda guerra, e a ânsia por um Brasil melhor e, em 1959, a importância da formatura e da missão que lhes aguardava para o exercício da profissão de professora. Nessa chave interpretativa é preciso salientar que a educação ali ministrada representava o sentido de todo o esforço humano, ou seja, que sua essência consistia na modelagem das futuras professoras pela norma da comunidade católica, proposta em que os binômios religião/devoção e civismo/patriotismo amplamente expostos na Revista representavam forças estruturantes que atuavam “como dispositivo de orientação – intelectual e moral [...] como um guia prático para atuação no cotidiano pessoal, educacional e escolar” (Bastos, 1997, p. 48). Neles foi possível encontrar construções discursivas que permitem elucidar como as próprias alunas se autocaracterizavam como futuras professoras bem como o tipo de missão nacionalista que deveriam seguir para educar crianças e jovens.

Há permanências nos discursos entre 1945 e 1959, por exemplo, em que pese, 14 anos de distância entre eles. Chama a atenção que as narrativas sobre a profissão continuavam como missão e buscavam integrar a comunidade escolar a um contexto mais abrangente, por meio de relações de pertencimentos ao Brasil. As dedicadas professoras deveriam ensinar a acreditar num país cuja versão definitiva aconteceria mais adiante “Brasil, país do futuro”,

era a recomendação mais feita. Aquilo que estavam a viver era o rascunho do verdadeiro país e os pequenos alunos, os jovens que encontrariam e ensinariam, usufruiriam, pela educação, de uma país em sua versão definitiva. Eram, portanto, responsáveis pela chegada de um outro tempo, o futuro.

Outra presença constante nas páginas de Pétalas eram as biografias de personagens da história nacional (Tiradentes, José de Anchieta, Duque de Caxias, Deodoro da Fonseca etc.), todos reconhecidos como heróis que se preocuparam em mudar as condições vividas no país e considerados portadores de contribuições para o engrandecimento da nação. A Revista Pétalas de 1953 traz artigos em que foram premiadas três alunas do Curso Normal que participaram de um concurso de redação patrocinado pelas Forças Armadas (Marinha, Aeronáutica e Exército) sediados em Florianópolis, cujo teor personalista se faz presente:

Almirante Tamandaré (Joaquim Marques Lisboa) foi um grande herói cuja memória reverenciamos [...] pelo seu imaculado patriotismo e bravura jamais desconhecida. (Maria de Lourdes C. Bastos) (Pétalas, 1953, p. 4).

Caxias (Luís Alves de Lima e Silva) reconhecendo seus méritos, a posteridade lhe tributa a maior das honras apontando-o como o modelo do soldado brasileiro. (Wilma Marcelino) (Pétalas, 1953, p. 5).

A Terra de Alberto Santos Dumont pode orgulhar-se de haver acalentado, com carinho e ardor, a obra maravilhosa de seu filho que, pelos ares e aos ares, elevou tão alto o nome do Brasil. (Maria José Nóbrega) (Pétalas, 1953, p. 5).

Escritas de forma laudatória, estas construções biográficas funcionavam como representações edificantes dos chamados “he-

róis da história nacional”. Todos estes personagens apareciam descritos em forma de uma hagiografia cívica e patriótica e, por serem publicizadas, pode-se considerar que eram referendadas pela proposta do próprio Colégio. A presença desses personagens heroicos nos textos das alunas constituía uma comunidade simbólica por meio de seus atos, representados como signos de brasilidade e bravura com qualidades morais e cívicas que esperavam ressoassem nas práticas de ensino das futuras professoras, como exemplos a serem seguidos. Situações que alimentavam uma formação humanista que visava não só instruir, como auxiliar na consolidação da personalidade da futura professora. Fixava, dessa maneira, protocolos de civilidades para auxiliar o processo de formação de condutas morais e cívicas que também deveria ser ensinada. Um detalhe a registrar é que as únicas mulheres que mereceram ser biografadas, nas páginas da Revista, eram as Irmãs Diretoras e as alunas que haviam falecido durante o curso (dois casos registrado em 1956 e 1958).

Pétalas também registrava acontecimentos sociais que envolviam a vida pessoal das ex-alunas (participações de noivados, casamentos e batizados), procedimento indicativos da atuação do Colégio como uma instituição total, presente em todos os momentos da vida, mesmo quando extramuros (Goffman, 1987). Inúmeras fotografias registravam ocasiões importantes dos rituais escolares como as vistas dos inspetores e, muito especialmente, entre os anos de 1945 a 1960, registros das cerimônias de formatura, sempre realizadas no palco do tradicional Teatro Álvaro de Carvalho, em Florianópolis (SC), com presença de autoridades públicas, como governadores, prefeitos, juízes etc.

Em todos os exemplares pesquisados, foi possível perceber que as próprias alunas se referiam à futura profissão de professora com palavras idealizadas que remontam a sacerdócio e missão que exigem o exercício de sentimentos como paciência, carinho e amor. Alguns deles:

Não é e nem deve ser o magistério considerado uma profissão, mas sim um sacerdócio que concretiza amor e reúne a um só tempo, a paciência, o desprendimento, o carinho e a compreensão. (Pétalas, 1945 –Talita, p. 9).

Ser mestra é ser mãe de almas. (Pétalas, 1945 – Maria da Aparecida, p. 8).

Eu penso no futuro que virá, penso nas responsabilidades que terei, como esposa, mãe e educadora. (Pétalas, 1959- Clotilde, p. 21).

Estas pequenas frases pinçadas sinalizam o que será lembrado e contribuem para definir pautas para pensar o tema naqueles passados, mas que habitam muitos imaginários presentes ainda hoje, lembrados na educação “como leituras que prosseguem no decorrer da nossa vida – com a permissão do cérebro” (RICOEUR, 2017, p. 427). Elas adquirem importância por fornecerem representações ao imaginário social da professora primária e, dessa forma, constroem um instrumental simbólico para a profissão ao divulgar comportamentos sociais esperados. Os discursos propagavam o papel da professora primária como cumpridora de um dever patriótico, maternal e moral, que era fabricação do cidadão nacional e eles eram, enfim, produções simbólicas de mulheres do seu tempo que investem de sentido suas práticas, ajudando a consolidar uma certa identidade de profissão.

Trabalhar com este periódico, embora já fora de circulação, significa reconhecê-lo como possibilidades de investigação, considerar seu potencial para o fornecimento de indicações sobre produção e circulação de discursos educacionais e práticas de escrita que atravessam diferentes tempos e espaços e o transformam em um patrimônio-histórico-educativo.

Considerações Finais

[...] Escrever dá forma à existência [...] o canteiro de obras está lotado de coisas inacabadas, mas sei agora que são provisoriamente inacabadas, são esboços de obras futuras, (Ernaux, 2023, p. 108-109).

Escrever sobre a imprensa, aqui representada pelo impresso escolar – Revista Pétalas – é uma das formas de reconhecer suas potencialidades como documento que, problematizado, se caracteriza como fonte para a construção da História e da Educação. Pelos estudos da historiadora Tania De Luca (2011, p. 4) é possível compreender que a imprensa “permite antever estratégias de intervenção no espaço público e esclarece sobre valores partilhados pelo grupo propositor e sua forma peculiar de apreender o passado e imaginar o futuro”.

Ao longo dos anos de 1945 a 1961, que corresponderam aos exemplares estudados, foi possível perceber que os discursos na Revista Pétalas sobre as representações do magistério e das atividades escolares realizadas no Colégio Coração de Jesus mantiveram-se com sua integridade espiritual e emocional, fazendo jus a uma escola feminina católica. Prevalencia, naqueles escritos, um dado encantamento, uma permanência /insistência em vencer qualquer crise moral/pessoal a partir do fortalecimento da fé católica entre jovens bem-educadas. Por meio de aspectos ligados ao sacrifício e ao apostolado, palavras como ideal, missão, amor, dedicação, esforço e dever, aparecem entremeados com sentimentos de prazer e orgulho pela profissão escolhida visíveis nos textos da Revista Pétalas.

Os discursos produzidos naqueles passados, veicularam imagens conciliadoras de diferenças, atenuaram e mesmo aboliram contradições inerentes à vida, conformaram padrões de comportamentos que contribuíram para difundir modelos e perspectivar

as próprias expectativas sobre as mulheres professoras. Desta forma, foi possível construir histórias em negociação com a memória considerando que ambas têm a mesma preocupação diante da elaboração do passado, como requer Paul Ricoeur (2007, p. 505) “a história pode ampliar, completar, corrigir e refutar o testemunho da memória sobre o passado, mas não pode aboli-lo” porque “nada temos melhor que a memória para garantir que algo ocorreu antes de formarmos sua lembrança” (Ricoeur, 2007, p. 26). Importante considerar, neste estudo, que os discursos publicados na Revista Pétalas mesmo produzidos no passado atravessam com suas ideias, o tempo presente ainda que muitas vezes inovados por outras roupagens. Eles se reinscrevem, entre permanências e modificações, no presente e instigam o historiador a se questionar sobre passados que habitam nosso presente. A Revista Pétalas como um objeto/documento ligado à materialidade da escola tem importância histórica e cultural como um patrimônio histórico-educativo e, como tal, oferece possibilidades múltiplas para outras pesquisas e constitui-se como um objeto portador de ideias, questões e imagens que podem ser estudadas por outras análises e problematizações.

Trata-se, ao final, de admitir inacabamentos e, ao mesmo tempo, pensar nas infinitas possibilidades que este objeto/documento oferece para abordagens futuras abrindo expectativas para trabalhar questões que não refutam as análises anteriores, mas podem explorar outros territórios, com diferentes olhares para obras futuras.

Referências

BASTOS, Maria Helena Camara. As Revistas Pedagógicas e a Atualização do Professor: A Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1951-1992) **Educação em Revista: A imprensa periódica e a História da Educação**. São Paulo: Escrituras, 1997.p.47-75.

CASTRO, César Augusto (org.). **Cultura Material Escolar; a escola e seus artefatos (MA.SPPR.SC e RS, 1870-1925)**. São Luís: EDUFMA: Café & Lápis, 2011.

COELHO JÚNIOR, Nelson Maurilio. **Relicários de um tempo**: os quadros de formatura do Colégio Coração de Jesus 1922-1929 (contribuições para o estudo da história da educação em Santa Catarina). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. **Internar para educar, Colégios-Internatos no Brasil (1840-1950)**, Aracaju: Edise, 2017.

CUNHA, Maria Teresa Santos Das mãos para as mentes. Protocolos de civilidade em um Jornal Escolar /SC (1945-1952), **Educar em Revista**, v. 49. Setembro 2013, p.1-22. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40602013000300009>. Acesso em: 14 jul. 2024.

DALLABRIDA, Norberto. VIEIRA, Letícia. O subcampo do ensino secundário em Santa Catarina (1942-1961). **Revista FAEBA - Educação e Contemporaneidade**, v. 29, n. 59, p. 30-42, 2020. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/faeaba/article/view/8321>. Acesso em: 12 jul. 2024.

DE LUCA, Tania Regina. **Leituras, projetos e (Re)vista(s) do Brasil (1916-1944)**. São Paulo: Editora da UNESP. 2011.

ERNAUX, Annie. **A escrita como faca e outros textos**. São Paulo: Fósforo, 2023.

ESCOLANO BENITO, Agustín. **A Escola como cultura. Experiências, memória e arqueologia**, Campinas, SP: Editora Alínea, 2017.

GOFFMAN, Erwin. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

MARTINS, Cíntia Gonçalves; RABELO, Giani. Jornal Escolar na concepção de Célestin Freinet: diálogos com a legislação educacional – 1940. **Roteiro**, Joaçaba, v. 45, p. 1-22. Jan./dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.18593/rv45i0.21640>. Acesso em: 05 jun. 2024.

OLIVEIRA, João Paulo Gama; CHALOPA, Rosa Fátima de. “Com o mar por meio”: Patrimonialização escolar em instituições educativas luso-brasileiras. **Revista História da Educação**, (Online) 2023, v. 27, e128695. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-3459/128695>. Acesso em: 10 jul. 2024.

PETRY, Marília Gabriela. **Da recolha à exposição:** a constituição de museus escolares em escolas públicas primárias de Santa Catarina (Brasil – 1911 a 1952). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SANTA CATARINA. Secretaria da Justiça, Educação e Saúde. Departamento de Educação. **Decreto-lei n. 2.991**, de 28 de abril de 1944. Aprova as instruções para as associações auxiliares da escola nos estabelecimentos de ensino estaduais, municipais e particulares. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1944.

SANTA CATARINA. Secretaria da Justiça, Educação e Saúde. Departamento de Educação. **Decreto-lei n. 3.735**, de 17 de dezembro de 1946. Aprova o regulamento para os estabelecimentos de ensino primário no Estado de Santa Catarina. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1946.

SILVA, Cristiani Bereta da (org.). **Educar para a nação:** cultura política, nacionalização e ensino de história nas décadas de 1930 e 1940. Curitiba: CRV, 2014.

VALDEMARIN, Vera Teresa, **História dos métodos e materiais de ensino: A escola Nova e seus modos de uso.** São Paulo: Cortez editora, 2010 (Biblioteca Básica da Educação Brasileira, vol. 6).

Revistas Pétalas

Pétalas, n. 24/Ano XIII, Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1945.

Pétalas, n. 25/Ano XIV, Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1946.

Pétalas, n. 32/Ano XXI, Porto Alegre: Oficina Livraria Globo, 1953.

Pétalas, n. 35 e 36/Ano XXII, Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1956.

Pétalas, n. 38/Ano XXIV Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1958/1959.

Pétalas, n. 39/Ano XXV Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1960/1961.



JORNAIS ESCOLARES COMO CULTURAS DE MEMÓRIA (SANTA CATARINA, DÉCADAS DE 1890-1970)

Cristiani Bereta da Silva

Introdução: notas de um inventário sob a “síndrome do mineiro”

“**S**índrome do mineiro” foi a metáfora escolhida pelo historiador Jean-François Sirinelli (2003, p. 245) para se referir à dificuldade imposta pela abundância de documentos na pesquisa histórica sobre os intelectuais. Ele retomou uma frase de Toqueville para cunhar essa ideia, que quer dizer mais ou menos assim: o historiador quando se depara com a abundância das fontes é capaz de agir como um minerador de ouro, que mesmo após o teto desabar sobre sua cabeça, mesmo esmagado pelo peso do ouro, ele ainda assim, só pensa em como sair dali carregando seu tesouro. Quando escrevi o projeto *Jornais escolares como culturas de memória: vestígios de presentes passados entre práticas culturais e políticas*, não pensei que em algum momento também iria sofrer de tal síndrome.

A proposta apresentada e aprovada, em 2018¹, tem por objetivos inventariar, catalogar, digitalizar e analisar jornais escolares das escolas primárias e secundárias catarinenses, produzidos nas décadas de 1930 a 1960. Coordenada por mim, é desenvolvida na Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) por estudantes da graduação e da pós-graduação, que integram o grupo de pesquisa Ensino de História, Memória e Culturas. Alguns orientandos colaboram com a localização dos jornais e participam dos estudos e discussão sobre a pesquisa. Envolvidos mais diretamente em sua execução estão Vitor Marcelo Vieira (SED/SC) e Reginaldo Paulo Giassi (PPGH) e três graduandos em História, bolsistas de Iniciação Científica (IC), Carlos Henrique Gesser, Eduardo Mafei Estácio Dutra e Ryan Venera Martins².

Pela abrangência, a pesquisa foi desdobrada em duas etapas distintas, mas complementares: a primeira consiste em elaborar e disponibilizar um catálogo com os jornais escolares dos ensinos Primário e Secundário, localizados em bibliotecas e arquivos públicos e particulares. A segunda reside na sistematização desses jornais, selecionando-se aqueles com séries mais longas (cinco anos ou mais, sem grandes interrupções) com o objetivo de estabelecer sequências diacrônicas e sincrônicas para serem analisadas.

Só fazem parte do escopo da pesquisa jornais que possuem características de elaboração condizentes às prescritas pelo Departamento de Educação (criado em 1935), em diferentes circulares e portarias das décadas de 1930 e 1940. Também apenas aqueles identificados como sendo de estudantes, mesmo que sob controle, mediação ou intervenção dos docentes. Estes devem, ainda, trazer textos ou atividades que informem aspectos do cotidiano escolar. Jornais de faculdades, ou mesmo de secundários, mas que se con-

1 Com início em fevereiro de 2019, conta com financiamento do CNPq e apoio da Fapesc, por meio de chamadas públicas de apoio à infraestrutura dos grupos de pesquisa da Udesc.

2 A partir de 2024, passaram a integrar o grupo Malcon Gustavo Tonini e Ariane Cristina Batista, com projetos aprovados no doutorado e mestrado, respectivamente.

figurem como literários, trazendo apenas poesias e ensaios, por exemplo, não foram, nem serão, inventariados.

Na escrita do projeto, com base nestes pressupostos, imaginei que localizaria apenas uma fração dos jornais escolares citados em relatórios de inspeção e de governo catarinense nas décadas de 1930 e 1940: em torno de 500 títulos. A maioria deles de escolas isoladas, reunidas, grupos escolares e cursos complementares. Tratava-se do Primário, portanto. O que ia ao encontro da revisão bibliográfica feita naquele momento, que indicava que os jornais produzidos nesta etapa eram numericamente superiores aos do Secundário. O que se justificava, não apenas pelo número de instituições existentes no período, mas também porque as políticas que demandavam a existência dos jornais nas escolas não miravam as instituições secundárias propriamente.

Porém, também se sabia que os primeiros, mesmo que em maior volume, eram mais raros à pesquisa, difíceis de encontrar séries preservadas, em razão da falta de conservação pelas instituições. Ao contrário dos segundos, mais preservados, ou seja, mais fáceis de localizar, logo mais privilegiados nas pesquisas. O levantamento da produção historiográfica sobre a imprensa estudantil, no Brasil e na América Latina, feito por Maria Helena Camara Bastos (2015, p. 28), informa que a maioria dos jornais de escolas primárias encontrava-se junto a relatórios, acervos em que era “difícil localizar coleções completas, somente alguns exemplares” que não permitiriam “rastrear o ciclo de vida e de produção”.

As idas às “minas de ouro”, ou melhor, aos arquivos, porém, mostraram que em Santa Catarina o cenário mostra-se diferente. Os títulos mais preservados são os das escolas primárias. Além disso, a quantidade encontrada surpreendeu toda a equipe: já são mais de 1300 títulos. Também os que possuem as séries mais expressivas, que ultrapassam cinco anos, são de escolas primárias. Com o andamento do inventário as balizas temporais previstas inicialmente para as décadas de 1930 a 1960, mudaram, recuadas

para o final do século XIX, avançando até a década de 1970. Isso porque foram localizados exemplares de 1895 e 1898, com características similares às delimitadas para a pesquisa, na Hemeroteca Digital Catarinense (HDC).

Em 1895, tem-se O Estudante, manuscrito e de legibilidade difícil, mas numa das folhas há fortes indícios de que se trata de uma elaboração dos estudantes do Ginásio Catarinense, de Florianópolis. Há ainda outro Estudante, de 1898, desta vez impresso e identificado como sendo da mesma escola (Figura 1). A década de 1970 se justifica em razão de vários jornais, iniciados na década de 1940 ou 1950 avançarem até a década de 1970. O Estudante Orleanense, do Grupo Escolar Costa Carneiro, de Orleans, por exemplo, vai de 1941 a 1973. São 32 anos contínuos, mais de 70 exemplares disponíveis à pesquisa. Há também casos, como O Girafinha, publicado entre 1975 e 1988, da Escola Nossa Senhora da Salete, de Maravilha, e que se encontra preservado na biblioteca da escola. Mesmo iniciado em 1975 possui características muito próximas aos elaborados sob prescrição do Departamento de Educação, décadas antes.

A certa altura do “garimpo da mina de ouro”, a equipe se viu esmagada diante da quantidade de jornais. Foram exaustivas as horas destinadas a localizar títulos ou números novos, a observar suas características, a fotografá-los, organizá-los, descrevê-los, construir centenas de pastas e subpastas para tornar a arquivá-los, desta vez em memórias de computadores, externas ou em nuvens etc. A primeira etapa, que serviria a elaboração do catálogo, não terminou no prazo previsto, longe disso... Como coordenadora me vi como o mineiro da metáfora, esmagada pela amplitude, mas sem querer deixar nada para trás. Me tornei uma “historiadora papívora”, ainda usando o exemplo de Sirinelli (2003, p. 245). Este texto trata um pouco sobre estas questões que dizem respeito ao percurso metodológico da pesquisa, das características dos jornais e suas potencialidades.

Memórias arquivadas

Jornais escolares fazem parte da imprensa periódica pedagógica ou educacional (Bastos, 2002). Exercício de definição que não deve esconder a heterogeneidade e multiplicidade desse conjunto. Jornais e revistas escolares, pedagógicos ou educacionais reúnem características identitárias próprias e complexas em razão do tempo e espaço de sua produção; do projeto político que lhes dá condições de existência; dos sujeitos e instituições envolvidos, incluindo o público a que se destinam. Salvos da destruição e do completo esquecimento por acidente ou intencionalmente, jornais escolares produzidos desde o final do século XIX foram preservados em arquivos, bibliotecas, incluindo as escolares, museus e até mesmo por professores ou estudantes que lhes devotaram especial afeto e importância.

São memórias de práticas vinculadas ao tempo e ao espaço de sua elaboração e que certamente são capazes de contribuir para dotar as escolas e as práticas escolares de inteligibilidade. Para Agustín Escolano Benito (2017), são testemunhos de passados da cultura escolar, são “restos” de escolas, materialidades com memórias. As mediações entre memória e história, estabelecidas na operação historiográfica, convidam a pensá-los como memórias arquivadas (Ricoeur, 2007) o que não impede de observá-los também como fontes históricas que carregam “vestígios de futuros” passados. Isso porque, os jornais escolares, muito mais que ferramentas pedagógicas, foram nas décadas de 1930 e 1940, em Santa Catarina, instrumentos de nacionalização, de civismo, de progresso. Trazem em suas páginas representações de projetos de futuro de sujeitos coletivos e individuais do passado. Para Paul Ricoeur (2004, p. 377) “os homens do passado tinham um futuro”, pois tinham projetos, temores, sonhos e expectativas.

Como veículos de memória, os jornais escolares são capazes de informar projetos políticos que os “homens do passado” dese-

jaram construir como o futuro do Brasil. Fornecem informações relevantes sobre escolas catarinenses do passado, dimensões da cultura escolar, cultura política e cultura histórica, além de histórias do cotidiano local, com circulação de notícias regionais, nacionais e, por vezes, até internacionais. Eles formam parte importante do patrimônio histórico educativo, não apenas de Santa Catarina, mas do Brasil.

Os jornais escolares catarinenses inventariados na pesquisa chegaram ao presente sob variadas formas. Podem ser manuscritos ou datilografados; mimeografados ou impressos. Podem ter formatos variados, do A4³ ao tabloide⁴, em folhas de papel almaço, jornal ou sulfite. Podem ter 2, 4 páginas ou até mais de 12. Podem ser financiados, por meio de anúncios, ou não. As capas podem trazer manchetes de efemérides, acompanhadas de reproduções de figuras ilustres, desenhos monocromáticos ou coloridos à mão, colagens de fotografias ou figurinhas de flores, de santos entre uma miríade de outras colagens e ilustrações. As páginas podem ser bem-organizadas por meio de colunas e seções bem definidas, ou nem tanto. Assim como evidenciar maior ou menor interferência da direção, ou dos docentes, em sua elaboração.

Os textos assumem o formato de redações sobre atividades escolares que narram comemorações e festividades na escola ou então notícias locais, nacionais e até internacionais. Também podem trazer descrições de paisagens, da sala, da escola; exercícios de português, história, matemática etc. Assim como poemas, acró-

3 A folha de papel A4, segundo o padrão ISO 216 – Série A, mede 297 x 210 mm. É o tamanho da folha sulfite, muito comum.

4 Tabloide é um formato de jornal popular que surgiu em meados do século XX, medindo cerca da metade dos “jornalões” de formato *Standard*. Há variações de medidas, a depender do país e padrão adotado. Nos EUA, por exemplo, o padrão *Standard* é 578 x 381 mm e tabloide 430 x 280 mm. Jornais escolares impressos geralmente eram nesse formato, mas também não significa que eram do mesmo tamanho, podiam variar entre 330 x 240 mm e 370 x 280 mm. Sobre normatizações contemporâneas quanto a tamanhos de papel e formatos de revistas e jornais ver: <https://standardpostersizes.com/a1-paper-size/?lang=pt>. Acesso: 22 fev. 2023.

ticos, histórias em quadrinhos, jogos, palavras cruzadas ou outras miscelâneas. Enfim, a pluralidade e a amplitude definem o conjunto dos documentos localizados e reunidos pela pesquisa. A fragmentação, as lacunas, as marcas da passagem do tempo – como páginas amareladas, às vezes com partes faltando, amassadas, rasgadas ou com vestígios de insetos, roedores e até fogo – também caracterizam esses materiais.

A Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina (Bpsc) preserva centenas de jornais que circularam em Santa Catarina. Em 2013, uma parceria entre ela, a Fundação Catarinense de Cultura (FCC) e a Udesc, por meio de seu Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas (Idch), resultou em projeto com o objetivo de divulgar o acervo de periódicos da biblioteca. Foi criada então a *Hemeroteca Digital Catarinense* (HDC), que já disponibiliza mais de 930 títulos de diferentes jornais que vão do século XIX ao XXI. O trabalho segue em andamento, são mais de 730 mil páginas digitalizadas disponíveis para pesquisa por palavras-chave e *download*⁵. Há, até o momento, 35 títulos digitalizados de impressos estudantis dos mais variados tipos e etapas de ensino, que vão de 1883 a 2019. Nesse grupo, por exemplo, há periódicos exclusivamente literários, outros que se vinculam a cursos profissionais, aprendizes e grêmios estudantis, bem como experiências escolares contemporâneas. Desse subconjunto só fazem parte do escopo da pesquisa 15 títulos, sendo que há 4 títulos: O Estudante Orleanense; Nosso Jornal; O Colegial e A Criança Brasileira que possuem exemplares disponíveis na HDC e no Apesc. A exceção d'O Colegial, há alguns números dos outros três títulos que só foram encontrados no Apesc.

5 Ver: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/>.

Figura 1 – Estudante, Ginásio Catarinense, Florianópolis



Fonte: ESTUDANTE, 16 jul. 1898. HDC.

Figura 2 – A Escola, Grupo Escolar Jerônimo Coelho, Laguna



Fonte: A ESCOLA, mai. 1916. HDC.

A maioria dos jornais escolares localizados está no Apesc⁶. São 207 códices que reúnem exemplares publicados entre 1941 e 1953. Desse conjunto a equipe já conseguiu inventariar até o ano de 1948, resultando em 1.253 títulos. Esse material está no fundo nomeado como “Escolas/Grupos Escolares”. Nele, além dos jornais, estão também relatórios de inspeção, de reuniões pedagógicas, de funcionamento das associações auxiliares e atas diversas de escolas catarinenses. A vasta documentação proveniente do Departamento de Educação foi organizada, em sua maior parte, em códices enca-

6 Registro a atenção e colaboração que a equipe de gerenciamento de documentação dispensou as demandas desta pesquisa, sempre fundamental quando se trata de localização e inventário de fontes em arquivos. Da equipe, destacamos os nomes de Maria de Fátima Lunardelli Silvestre; Jovani Fiori e Bruno de Souza Ferreira que estiveram mais diretamente conosco.

dernados em capas duras, divididos em volumes e tomos, que separaram atas e relatórios escolares e de inspeção, dos jornais. Mas também podem ser encontrados alguns exemplares em relatórios de inspetores e junto a atas escolares, que se encontram no mesmo fundo, mas em outro conjunto de documentos.

Figura 3 – Estante com os jornais escolares no Apesc



Fonte: Fotografia de Ryan Venera Martins, 17 maio 2024.

Figura 4 – Exemplo de um códice de jornais



Fonte: Fotografia de Ryan Venera Martins, 21 mar. 2024.

Talvez este arquivo seja o que reúne a maior quantidade desses documentos no Brasil. Informação que se espera confirmar, com o término do inventário. Todos os jornais preservados ali são provenientes do Departamento de Educação, que fiscalizava a implantação e funcionamento de todas as associações auxiliares da escola, a saber: Jornais Escolares, Clube Agrícola, Liga Pró-Língua Nacional, Pelotão de Saúde, Liga da Bondade, Biblioteca Escolar, Clube de Leitura, Orfeão Escolar, Museu Escolar, Caixa Escolar, Cooperativa Escolar, Círculo de Pais e Professores e Centros de Interesse. Elas funcionavam como pequenas organizações dentro das escolas públicas e particulares, principalmente no Primário e Cursos Complementares, anexos aos grupos escolares. Eram integradas e dirigidas por estudantes de diferentes idades e séries, sob a orientação de um professor responsável (Otto, 2012). Há vestígios de que algumas associações auxiliares da escola ultrapassaram a década de 1960. Algumas tiveram vida longa, mesmo após o final das fiscalizações e obrigatoriedades, destacando-se os jornais, que, nos modelos propostos na década de 1930, seguiram sendo produzidos até a década de 1970.

Elas ganharam centralidade nas políticas públicas educacionais em Santa Catarina, a partir da década de 1930. O Departamento de Educação – representado principalmente por Luiz Sanchez Bezerra da Trindade, que ocupava sua direção; Elpídio Barbosa, subdiretor técnico; e João dos Santos Areão, Inspetor Federal de Nacionalização do Ensino – teve seu trabalho marcado por políticas com fins de modernizar o sistema educacional do Estado. Neste contexto de reformas, a formação dos professores teve como foco a atualização dos métodos de ensino praticados até então, tidos como atrasados, baseados em repetição e memorização. Investia-se assim, na adoção de métodos considerados renovados, capazes de preparar para a vida e para o trabalho.

Essa política foi ao encontro do projeto de nacionalização, em curso no Estado desde o final do século XIX, mas que recrudescu

nas décadas de 1930 e 1940. Entre as iniciativas de afirmação da brasilidade estava a proibição aos estrangeiros e seus descendentes de usar o idioma de origem. O projeto que se materializava neste período tinha especificidades, pois se construía em torno da afirmação da identidade nacional e espraiava-se de forma mais contundente principalmente a partir dos estabelecimentos de ensino (Silva, 2014). Nesse processo, o jornal ocupava uma dupla função. Era uma prática pedagógica que deveria atender às expectativas demandadas às associações auxiliares e, ao mesmo tempo, operava como importante divulgador das outras associações existentes na escola, como as ligas pró-língua nacional e os clubes agrícolas.

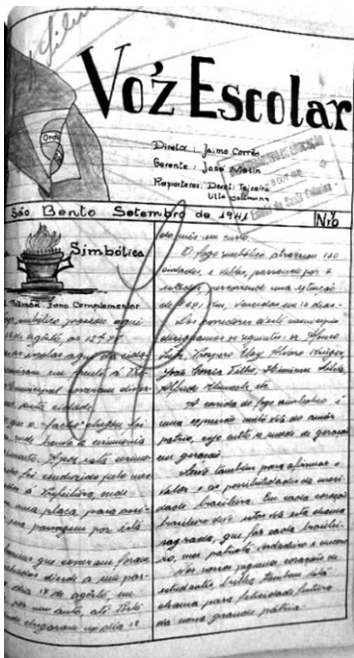
Circulares, portarias, decretos-lei, relatórios que fazem referências às associações auxiliares da escola, expedidos pelo Departamento de Educação, multiplicaram-se a partir de 1937. O volume de prescrições, instruções, normatizações, sinalizações em relatórios de inspeções indica o quanto elas se tornaram importantes como instrumento de intervenção estatal. Inspetores de ensino recebiam instruções para avaliar a existência e bom funcionamento dessas associações na rede de ensino; diretores e professores foram instados a criar e atuar em sua promoção no âmbito das escolas.

Documentos como atas e relatórios das escolas informam que, quando manuscritos, eram feitos, no mínimo, três cópias de cada exemplar, duas para a escola, sendo uma para arquivo e outra para a circulação entre os alunos e comunidade, e uma terceira que se destinava ao envio, junto da correspondência oficial, para o Departamento de Educação. Já os impressos, em geral com tiragens que excediam 100 exemplares e eram vendidos, enviavam não apenas ao Departamento, mas a “outras autoridades” da cidade e fora dela. Meu Torrão, por exemplo, do Grupo Escolar Abdon Batista, de Jaraquá do Sul, publicado entre 1939 e 1947, tinha inicialmente tiragem de 150 exemplares por número e chegou a 500. Em 1944, destinou 10 exemplares para distribuição:

O jornal *Meu Torrão* circulou este ano pela primeira vez com uma tiragem de 200 exemplares. Foram distribuídos 10 exemplares às autoridades competentes e a venda foi efetuada como nos anos anteriores. Devido a carestia do papel foi vendido a Cr\$ 0,60 para os alunos e a Cr\$ 1,00 para os demais leitores (Ata, 5 de junho, 1944).

Na capital, cada jornal recebia, na capa ou em uma das páginas, carimbo, com a data do seu recebimento e um visto, um grande L maiúsculo, sinal de que havia sido **Lido**, como se observa nas figuras 5 e 6.

Figura 5 – Voz Escolar, Grupo Escolar Orestes Guimarães, São Bento do Sul



Fonte: VOZ ESCOLAR, set, 1944. Apesc.

Figura 6 – Nosso Jornal, Grupo Escolar Pedro II, Blumenau



Fonte: NOSSO JORNAL, ago., 1949. Apesc.

Além disso, observa-se, pelas correspondências encontradas junto aos jornais, que eles não eram enviados apenas ao Departamento, mas também para outras instituições. Buscava-se, assim, promoção e reconhecimento da escola, por meio do seu impresso. Há indícios disso nas cartas que eram reproduzidas em alguns números, tanto as recebidas do Departamento com elogios, quanto as enviadas. O estudante Ivo Ramos, gerente do jornal Caxias, das Escolas Reunidas Henriqueta Medeiros, de Brusque, manifestou “seu aborrecimento” com a diretora substituta, pela falta de envio do “jornalzinho” à capital:

Ilmo Sr. Diretor do Departamento de Educação, Florianópolis. Comunico-vos que, nos meses de julho e agosto não enviamos nosso jornalzinho porque nossa Diretora estava de licença e a professora substituta pouco se interessou. Por este motivo **fiquei bem aborrecido**, pois fazia 2 meses que havia sido reorganizado não só o nosso jornalzinho como também as atas da Liga Pró-Língua Nacional. Mas isto não causará desânimo, vamos nos esforçar bastante para que nosso jornalzinho vá cada vez mais avante (Ramos, 30 set. 1948, grifo nosso).

O aparato administrativo do período mostra como o Estado buscava estabelecer uma eficaz rede de controle sobre o funcionamento das escolas e suas práticas. Por outro lado, foi graças a esse aparato de controle, que centenas de jornais escolares puderam ser preservados, tornando-se memórias arquivadas. Não se sabe exatamente como essa documentação chegou ao arquivo, mas é provável que tenha ocorrido quando este foi criado, em 1960, ligado por lei, à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Justiça. Isso porque, até 1952, esta secretaria incorporava também a educação e a saúde, ou seja, o Departamento de Educação também era subordinado a ela. Por essa razão, compreende-se ser provável que

o arquivo “naturalmente” tenha ficado com toda a documentação histórica do Departamento e a preservou, garantindo que chegasse até o presente.

No Apesc, a pedido dos integrantes do grupo de pesquisa, os livros são separados previamente. Em geral, dois códices por pesquisador. No arquivo o número de registro de cada livro é anotado, assim como o dia em que foi fotografado. Esse procedimento é importante para poder localizar os jornais posteriormente, pois não há - no arquivo - um sistema de busca por jornal, apenas por códice. A digitalização no momento não é possível, pois no formato em que se encontram, colados e costurados aos códices, os danificaria.

Para digitalizá-los seria preciso que o Apesc, além da intenção, conseguisse obter recursos materiais e humanos para isso. Há projetos de digitalização em curso, do próprio arquivo, mas deve demorar para chegar aos jornais. Para começar eles devem ser extraídos dos códices, para que possam ser digitalizados e isso implica em trabalho demorado e cuidadoso para mitigar os danos. Fotografar foi a forma viável encontrada pela equipe até o momento. Após inventariar e fotografar, vem outra etapa bastante trabalhosa: nomear e organizar os arquivos de imagens. A cada semana, as fotografias passam para pastas do Windows, com identificação do título do jornal, mês e número de publicação. Depois disso, as informações são usadas para alimentar planilhas de Excel, e quadros do Word, a fim de serem usadas no catálogo.

Em 2023, com todo o trabalho no Apesc, mais alguns títulos estavam sendo inventariados em bibliotecas de escolas e arquivos municipais pelos integrantes do grupo, estavam projetando um número de jornais muito além do esperado. Todos nossos esforços permaneciam concentrados em inventariar e organizar informações. Não sobrava espaço para fazer o catálogo e nem mesmo algumas das análises previstas. Contudo, mesmo esmagada, ainda queria seguir. Historiadora “papívora”, seduzida pelo arquivo. Mas enfim tomei a difícil decisão de, após a conclusão do trabalho no

Apesc, encerrar a fase de inventário de jornais. Também a de divulgar um catálogo, mesmo que preliminar, com os títulos de jornais de escolas primárias e secundárias catarinenses, que haviam sido localizados até o momento. Ele está disponível para consulta (Silva *et al.*, 2023)⁷. Uma versão final será elaborada em 2025 e, espera-se, que faça parte de um catálogo interativo, com informações não apenas dos jornais, mas também das escolas que os produziram⁸.

O principal objetivo do catálogo é “dar a ver” os jornais de escolas primárias e secundárias catarinenses localizados, para pesquisadores, principalmente, mas também professores e estudantes que tenham interesse em conhecer um pouco mais do passado de sua escola, por meio dos seus jornais escolares. De todo o modo, o desejo é que esses materiais, compreendidos como parte do patrimônio histórico escolar, sejam conhecidos e possam ser alçados a fontes históricas ou então se converter em objetos de pesquisa de um número maior de investigadores. Assume-se, aqui, sua importância como vestígios de culturas escolar, histórica e política das escolas do passado.

Considerações finais

Embora seja bastante significativo o número de jornais escolares preservados no Estado, são poucos os pesquisadores encontrados que lhes tenham dedicado atenção. O *Colegial é o único vinculado ao Secundário alçado a objeto de estudo*. Do Colégio Catarinense, de Florianópolis, é um jornal impresso e foi publicado entre 1945 e 1950. Todos os 44 exemplares publicados encontram-se digitalizados na HDC. Ele consta como parte do *corpus* documental de diferentes pesquisas, principalmente na área da história da Edu-

7 Disponível em: <https://jornaiscolarescatarinenses.webnode.page/catalogo/>. Acesso 26 abr. 2024.

8 Um projeto específico para captação de recursos para o catálogo definitivo e site interativo para sua hospedagem foi submetido à Fapesc e aguarda resultado.

cação no Estado, mas são poucos os trabalhos que o elegeram para estudo, como fonte principal ou objeto de estudo (Dallabrida; Mello, 2010; Ruiz, 2017; 2019, Santos, 2003).

Do primário, são seis jornais. O mais antigo deles é A Escola (Figura 2), do Grupo Escolar Jerônimo Coelho, de Laguna. Impresso, em formato tabloide, o jornal foi criado em 1914. Não se sabe até quando foi publicado, pois só foram localizados 3 exemplares até o momento, todos de 1916. Na biblioteca da escola os pesquisadores Gladys Teive e Norberto Dallabrida (2013) encontraram os números 8 e 9, nos quais analisaram o patriotismo republicano e a civilidade burguesa. Na hemeroteca encontram-se os números 7 e 8.

Tudo pelo Brasil, que se encontra no Arquivo Histórico Eugênio Victor Schmöckel, de Jaraguá do Sul, circulou entre agosto de 1941 e fevereiro de 1944. Manuscrito é assinado pelos estudantes da Escola Isolada Municipal Luiz Delfino⁹. Ademir Valdir dos Santos o incluiu como fonte em suas investigações sobre educação e nacionalismo, sobretudo para pensar o lugar da infância no projeto do Estado Novo (Santos; Mueller, 2009; Santos, 2012).

Com série longa está O Estudante Orleanense, do Grupo Escolar Costa Carneiro, fundado em 1935, na cidade de Orléans. Manuscrito, circulou entre 1941 e 1973. Ele foi localizado pela pesquisadora Giani Rabelo, que o incorporou ao projeto do Centro de Memória da Educação do Sul de Santa Catarina. Há 57 exemplares, dos anos 1951 a 1973, no Centro de Memória e na hemeroteca. No Apesc foram localizados vários números dos anos de 1941, 1943, 1944 e 1945, além de atas sobre sua produção. Giani Rabelo o privilegiou em suas pesquisas sobre cultura escolar, o que resultou em orientações e diferentes artigos (Rabelo, 2013; Rabelo; Massioli, 2017; Martins; Rabelo, 2020; Martins, 2017; 2019).

Pétalas, suplemento infantil, publicado entre 1944 e 1953, era manuscrito e de responsabilidade das alunas do curso Primário do

9 Situada no então distrito de Hansa Humboldt, subordinado à Jaraguá do Sul. O distrito passou a se chamar Corupá, em 1943, e em 1958 se emancipou.

Colégio Coração de Jesus¹⁰, de Florianópolis. Os 52 exemplares publicados nesse período fazem parte do acervo pessoal da Profa. Dra. Maria Teresa Santos Cunha, que foi aluna da instituição. Quando a pesquisa sobre os jornais foi iniciada, ela gentilmente os disponibilizou. O material foi digitalizado e encontra-se no Laboratório de Ensino de História (LEH-Udesc). O Pétalas vem sendo trabalhado por essa historiadora há alguns anos, sobretudo como fonte para problematizar protocolos de civilidade, práticas de escrita e de sociabilidade nas décadas de 1940 e 1950 (Cunha 2011, 2013a, 2013b, 2014; Cunha; Silva, 2020).

A Criança Brasileira, impresso em formato tabloide, foi publicado entre 1942 e 1962, havendo ainda dois números manuscritos de 1968 e 1982. 42 exemplares desse jornal foram salvos de serem queimados¹¹ e encontram-se preservados na Biblioteca Pública do Estado, disponíveis na hemeroteca. No Apesc foram localizados números que não estão na hemeroteca de 1942, 1943, 1945. Assinado pelos estudantes dos cursos Primário e Complementar do Grupo Escolar Lauro Müller¹², ele permite uma multiplicidade de análises, tanto das questões materiais e simbólicas relativos às culturas escolar, histórica e política quanto de práticas pedagógicas, perpas-

10 Fundado em 1895 pelas Irmãs da Divina Providência (ordem religiosa alemã que chegou à Santa Catarina nos finais do século XIX). Era um colégio feminino e até 1912 se dedicou exclusivamente à educação primária e pré-primária. O ginásio passou a funcionar em 1935 e o científico em 1947, completando o Secundário. A matrícula de meninos somente foi permitida a partir de 1970.

11 Não sem uma dose de sorte. Em 2018 uma professora me levou os jornais originais na Udesc, até então eu só havia tido acesso a cópias deles no Museu da Escola Catarinense, em 2012, e desde então buscava os originais. Segundo seu relato, ela os tirou de uma fogueira, anos antes, quando um funcionário, atendendo às ordens de seu superior, realizava a limpeza de um depósito numa instituição em Florianópolis. Alguns exemplares trazem vestígios de fogo. Entreguei todos os originais, em mãos, ao bibliotecário Alzemi Machado, na Biblioteca Pública do Estado, para serem preservados em seu acervo e compor o projeto da Hemeroteca Digital Catarinense.

12 Foi o primeiro grupo escolar fundado em Florianópolis, em 1912, e o segundo em Santa Catarina. O prédio histórico foi interditado em 2019, em razão da precariedade da estrutura da construção. Em 2020 a escola foi fechada pela Secretaria de Educação do Estado, que alegou que o custo para a reforma seria muito alto.

sando questões sobre ideias históricas e formas narrativas que elas assumem em suas páginas (Silva, 2013; Cunha; Silva, 2020).

O Girafinha, datilografado, mas com intervenções manuscritas, foi publicado entre os anos 1975 e 1988. Freiras, docentes e estudantes dos então 1º e 2º Graus eram os responsáveis pela sua produção, muito embora seja nomeado como “dos estudantes”. 13 exemplares encontram-se na biblioteca da Escola de Educação Básica Nossa Senhora da Salete, Maravilha. O fato de ter sido guardado talvez tenha relação com a história da instituição, muito ligada as freiras da Congregação das Irmãs de Notre Dame. O jornal foi analisado por Vitor Vieira e por mim, justamente porque foi observada a existência de uma cultura de memória em relação a atuação das freiras da congregação nos textos desse periódico. O impresso, além de tratar das atividades escolares, era um veículo de divulgação dos acontecimentos sociais e culturais da escola e da cidade (Silva; Vieira, 2024).

Jornais escolares são fontes privilegiadas para se observar culturas de memória, naquilo que comportam de narrativas legitimadas sobre seu contexto de produção, mas também nos estratos de memória que carregam, como palimpsestos de inscrições e reinscrições de diferentes tempos. Possibilitam pensar de que forma a cultura escolar se relacionava às demais culturas que lhes eram contemporâneas, como a política e a histórica, por exemplo.

As investigações permitem abordar, para além das práticas pedagógicas, as práticas culturais, seus sujeitos e sua produção em determinado tempo e lugar. É possível, ainda, visualizar quais valores, costumes e interesses circulavam nas páginas dos jornais, bem como as apropriações feitas a partir da cultura escolar da instituição e privilegiadas para serem mostradas, legadas à sociedade do presente e futuro naquele passado. Os jornais escolares, especialmente aqueles com séries longas preservadas, permitem a reflexão sobre os “sonhos não realizados, as promessas não cumpridas do passado, em suma, todas as marcas do futuro no coração do passa-

do” (Ricoeur, 2004, p. 378). São centrais para a análise de determinados projetos políticos de presentes passados, são fontes importantes para dotar de inteligibilidade variados processos e práticas produzidos ou que atravessavam o cotidiano escolar.

Para Augustin Escolano Benito (2017, p.185) “a memória, definitivamente, é um componente estruturador de toda a cultura da escola”. Passamos muito tempo de nossas vidas na escola; no passado menos do que hoje, é certo. A história da Educação no Brasil, informa que a democratização do acesso à escola foi lenta, processo ainda inacabado, a considerar a evasão e abandono no Ensino Médio. Contudo, é inegável que o tempo da escola nos marca, interpela, são memórias que constroem subjetividades ou identidades narrativas, segundo Paul Ricoeur (2010).

Talvez os jornais escolares se conhecidos, usados em aulas como fontes históricas possam contribuir para que o passado possa ser ressignificado pelos estudantes. Que eles possam reconhecer a persistência do passado no presente em crenças, comportamentos, instituições.

Referências

A ESCOLA, Jornal do Grupo Escolar Jerônimo Coelho, Laguna, maio de 1916.

ATA **Meu Torrão**, mês de maio, 5 de junho de 1944.

BASTOS, Maria Helena Câmara. As revistas pedagógicas e a atualização do professor: a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1951-1992). *In*: CATANI, Denice Bárbara; BASTOS, Maria Helena Câmara (org.). **Educação em revista**: a imprensa periódica e a história da educação. São Paulo: Escrituras, 2002, p. 47-75.

BASTOS, Maria Helena Câmara. Impressos e cultura escolar. Percursos da pesquisa sobre a imprensa estudantil no Brasil. *In*: HERNÁNDEZ DÍAZ, José Maria (coord.). **La prensa de los escolares y estudiantes**. Su contri-

buição al patrimonio histórico educativo. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2015, p. 21-43.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Das mãos para as mentes: protocolos de civilidade em um jornal escolar/SC (1945-1952). **Educar em Revista**, n. 49, p. 139-159, set. 2013a.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Folhas voláteis, papéis manuscritos: o pelotão de saúde no jornal infantil Pétalas (Colégio Coração de Jesus, Florianópolis, 1945-1952), **História da História**, v. 17, n. 40, maio/ago., 2013b.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Mensageiro de sociabilidades: estudo sobre um jornal escolar infantil (Florianópolis, 1946-1952). In: MORGA, Antônio Emílio (org.). **História, cidade e sociabilidade**. Itajaí: Casa Aberta, 2011, p. 235-250.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Pelo trabalho da mão infantil: Práticas de escritas (auto)biográficas em um jornal escolar infantil (1945-1952). In: MIGNOT, Ana Chrystina; SAMPAIO, Carmen Sanches; PASSEGGI, Maria Conceição (org.). **Infância, aprendizagem e exercício da escrita**. Curitiba: CRV, 2014, v. 4, p. 63-80.

CUNHA, Maria Teresa Santos; SILVA; Cristiani Bereta da. Jornais escolares: arautos de ensinamentos patrióticos e pacifistas (Santa Catarina/Brasil/1940-1960). **Sarmiento** (Vigo), v. 24, p. 127-159, 2020.

DALLABRIDA, Norberto; MELLO, Juliana Topanotti dos Santos. O Polvo Vermelho-Anticomunismo em jornais estudantis de um Colégio Católico de Elite (1945-1950) **Letras Comvida**, 2010, v. 1, p. 96-103.

ESCOLANO BENITO, Agustín. **A escola como cultura**: experiência, memória e arqueologia. Tradução e revisão técnica de Heloisa Helena Pimenta Rocha e Vera Lucia Gaspar da Silva. Campinas/SP: Editora Alínea, 2017.

ESTUDANTE. Jornal do Ginásio Catarinense, Florianópolis, 16 de julho, 1898.

MARTINS, Cintia Gonçalves, RABELO, Giani. Jornal escolar na concepção de Célestin Freinet: diálogos com a legislação educacional catarinense (1940). **Roteiro**, Joaçaba, v. 45, p. 1-22, jan./dez. 2020.

MARTINS, Cintia Gonçalves. **As representações de mulher, mãe e maternidade à luz de Simone de Beauvoir no jornal escolar O Estudante Orleanense (1949 - 1973)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, 2017.

MARTINS, Cintia Gonçalves. Cultura material escolar em jornais: *O Estudante Orleanense* (Orleans, SC 1949 a 1973). **Plures Humanidades**, Dossiê Cultura Escolar, v. 1, n. 1, p. 22-39, 2019.

NOSSO JORNAL. Jornal do Grupo Escolar Pedro II, Blumenau, agosto de 1949.

OTTO, Franciele. **As associações auxiliares da escola e a forma de transmissão das dimensões valorativas e moral da sociedade catarinense: o caso das “Ligas de bondade” (1935-1950)**. 213 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

RABELO, Giani. O Jornal Escolar *O Estudante Orleanense*: não podemos tornar as crianças felizes, mas podemos fazê-las felizes tornando-as boas (Santa Catarina, 1949-1973). **História da Educação** (Online), Porto Alegre, v. 17, n. 40, p. 197-219, maio/ago. 2013.

RABELO, Giani; MASSIROLI, Vanessa. Índícios do civismo na cultura do grupo escolar costa carneiro: o jornal *O estudante Orleanense* (1949-1973). **Roteiro**, Joaçaba, v. 42, n. 3, p. 563-586, 2017.

RAMOS, Ivo. Carta. **Caxias**, Jornal das Escolas Reunidas Henriqueta Medeiros, Brusque, 30 de setembro de 1948.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François *et al.* Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

RICOEUR, Paul. O passado tinha um futuro. In: MORIN, Edgar (Org.). **A re-ligação dos saberes: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 369-378, 2004.

RUIZ, Tânia Maria Barroso. **A posição axiológica do jornal escolar *O Colegial* (1945-50) acerca das práticas de leitura**. 253 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

RUIZ, Tânia Maria Barroso. Autoria institucional no jornal escolar *O Colegial* – órgão dos alunos do Colégio Catarinense (1945-50). **Bakhtin Iana**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 150-170, jan./mar. 2019.

SANTOS, Ademir Valdir do; MUELLER, Helena Isabel. Nacionalismo e cultura escolar no governo Vargas: faces da construção da brasilidade. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 8, n. 2, p. 261-274, jul./dez. 2009.

SANTOS, Ademir Valdir dos. Educação e fascismo no Brasil: a formação escolar da infância e o Estado Novo (1937-1945). **Revista Portuguesa de Educação**, v. 25, n. 1, p.137-163, 2012. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/rpe/article/view/3019>. Acesso: 12 abr. 2021.

SANTOS, Marcia Regina dos. **Formação em páginas marcadas**: sugestões de leituras feitas aos alunos do Colégio Catarinense (1945-1950). 84 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

SILVA, Cristiani Bereta da. Cultura escolar e cultura política: projeto de nacionalização e o jornal escolar *A Criança Brasileira* (Santa Catarina, 1942-1945). **História da Educação**, v. 17, n. 40, p. 175-195, ago. 2013.

SILVA, Cristiani Bereta da (org.) **Educar para a nação**: cultura política, nacionalização e ensino de história nas décadas de 1930 e 1940. Curitiba: CRV, 2014.

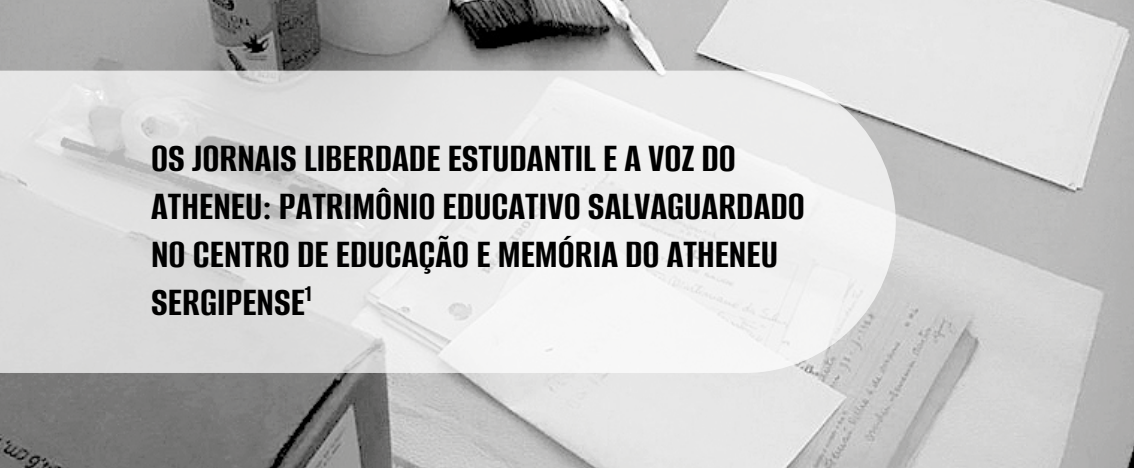
SILVA, Cristiani Bereta da; GESSER, Carlos Henrique; DUTRA, Eduardo Mafei; MARTINS, Ryan Venera. **Catálogo dos jornais escolares catarinenses**. Florianópolis, 2023. Disponível em: <https://jornaiscolarescaterinenses.webnode.page/catalogo/>. Acesso 26 abr. 2024.

SILVA, Cristiani Bereta da; VIEIRA, Vitor Marcelo. Jornal escolar *O Girafinha* como vestígio de culturas de escola e de memórias (Maravilha/SC - Décadas de 1970-1980). **História da Educação**, v. 28, p. 1-26, 2024.

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 2003, p.231-269.

TEIVE, Gladys Mary Ghizoni; DALLABRIDA, Norberto. O jornal *A Escola* e a construção da escola moderna e republicana (Laguna, década de 1910). **História da Educação**, v. 17, n. 40, p. 55-68, ago. 2013.

VOZ ESCOLAR. Jornal do Grupo Escolar Orestes Guimarães, São Bento do Sul, setembro de 1941.



OS JORNAIS LIBERDADE ESTUDANTIL E A VOZ DO ATHENEU: PATRIMÔNIO EDUCATIVO SALVAGUARDADO NO CENTRO DE EDUCAÇÃO E MEMÓRIA DO ATHENEU SERGIPENSE¹

João Paulo Gama Oliveira

Pensar a história do ensino secundário, sob a clivagem histórica é, portanto, conferir ao tema, uma visão de conjunto, que nos permite, pela luz proporcionada pela compreensão do passado, entender os movimentos do tempo presente e, sobretudo, postular a esperança para o futuro (Boto, 2019, p. 13).

As palavras de Carlota Boto são a porta de entrada para nossa reflexão acerca do patrimônio educativo de uma escola pública brasileira, fundada no século XIX como uma instituição de ensino secundário, e em pleno funcionamento como Centro de Excelência Atheneu Sergipense na contemporaneidade. Voltamos nossas lentes, de maneira mais específica, para os jornais estudantis e escolares salvaguardados no Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (Cemas), e como essa “compreensão do passado”

1 O presente escrito integra o Projeto “Os Jornais estudantis em Sergipe (1874-1959): práticas educativas pela ótica dos discentes do secundário”, que conta com o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Chamada CNPq/MCTI/FNDCT nº 18/2021- UNIVERSAL Processo: 404241/2021-2.

nos auxilia a “postular esperanças para o futuro” no trabalho com a memória da escola, instituição social que marcou/marca, de algum modo, a vida e formação de milhões de pessoas nos últimos séculos.

Entendo esses jornais como vestígios de um patrimônio educativo, raramente salvaguardado em uma instituição educacional pública. Por isso, procuro “fazer falar essas materialidades” e assim leva-se a “abrir a memória que nelas está inserida e a intuir ou explicitar os discursos que as constituíram” (Escolano Benito, 2017, p. 225). Pensando com Souza que:

[a] conservação do patrimônio escolar deveria servir, em primeiro lugar, às próprias escolas e à comunidade escolar para reconhecer o significado sociocultural da instituição, como memória afetiva da experiência escolar, mas, principalmente, como ferramenta de reflexão sobre o significado da escola como instituição ao longo do tempo e os sentidos de sua atuação no presente (Souza, 2013, p. 213).

Dentro desta perspectiva, o Cemas tem não só preservado essas “materialidades”, mas também busca dar um sentido ao passado salvaguardado em caixas e armários. Justificar à própria comunidade educativa o sentido de um espaço de memória escolar explorando seus significados e como uma instituição educativa como o Atheneu Sergipense tem seu sentido alterado ao longo do tempo, reflexões necessárias para compreender “os sentidos de sua atuação no presente”. Dito isso, vamos ao Cemas e aos jornais.

O Atheneu Sergipense e o Cemas: do Liberdade Estudantil ao A Voz do Atheneu

A escola constitui-se como uma instituição social secular que ao longo do tempo produz, seleciona, guarda e descarta uma série de documentos e objetos, seja do processo de ensino-aprendiza-

gem ou mesmo referente às práticas administrativas que permeiam o cotidiano de uma instituição educativa. Com tal pensamento, concordamos com a perspectiva de Benito Escolano (2017, p. 227) ao compreender que: “Os restos da escola são, pois, materialidades com memória”. São alguns desses “restos” que foram salvaguardados no Cemas, criado em 2005 e em pleno funcionamento até a contemporaneidade. Mas, por que guardar os “restos” do Atheneu Sergipense?

Fundado em 24 de outubro² de 1870, o Atheneu Sergipense ofertou os cursos de Humanidades e o Normal, concentrando naquele ambiente formador uma elite intelectual de letrados, no seu corpo docente, e um pequeno quantitativo de discentes, no início das suas atividades. Ao longo do Oitocentos e início do Novecentos, essa instituição educacional secundária foi um espaço para, sobretudo, a formação de jovens que prestavam os exames de preparatórios para o ingresso nas academias do Império (Alves, 2005).

Em trabalho anterior, Alves, Oliveira e Costa (2021) apontam como o dia da sua fundação foi planejado por ser uma data festiva no calendário cívico de Sergipe. Contudo, o início das atividades educacionais do Atheneu Sergipense foi marcado por problemas, próprios de uma nascente instituição educativa no final do Oitocentos. Ao longo das primeiras décadas de funcionamento a escola secundária foi consolidando-se no cenário local, a ponto de angariar o reconhecimento de parcela significativa da sociedade sergipana que para ali encaminhava seus filhos.

De 1870 a 2024 a instituição ocupou vários espaços centrais na capital de Sergipe, foi atravessada por distintas legislações educacionais, formou milhares de discentes e aglutinou um conjunto de funcionários. Do primeiro corpo docente, a primeira catedrática a tomar posse na década de 1940, até os sujeitos que contemporaneamente fornecem vida e forma a uma escola que consegue se

2 Para saber mais sobre a efeméride de 24 de outubro em Sergipe, sugere-se entre outros, a leitura de Dantas (2020).

renovar tendo mais de mil matrículas de discentes que fervilham os espaços da instituição educativa, muitas foram/são as histórias construídas no Atheneu Sergipense. Parte do seu mobiliário, um pequeno quantitativo de objetos e uma significativa massa documental estão salvaguardados no Cemas³. Segundo Alves:

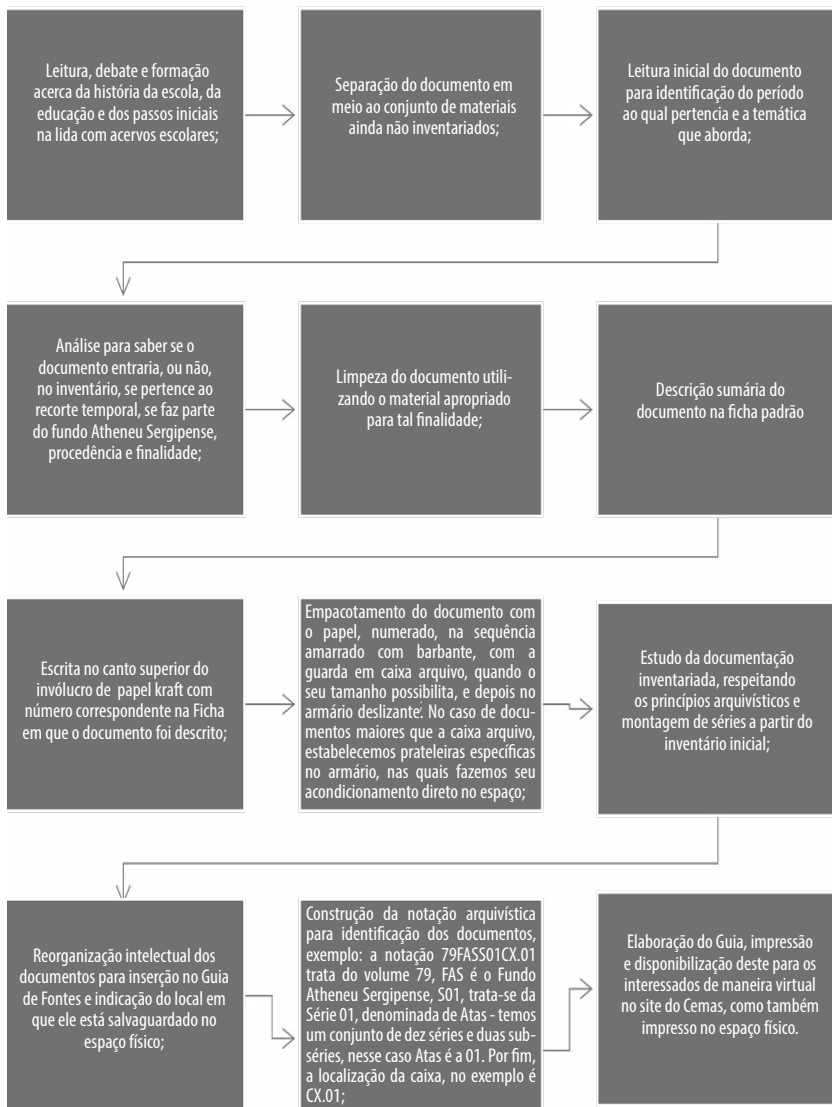
O CEMAS tem por principal objetivo preservar os vestígios escritos ou não, o testemunho histórico, além de criar informações necessárias para salvaguardar o patrimônio cultural e manter exposição permanente da memória educacional e social do Atheneu Sergipense, da instituição que desempenhou papel relevante como agência produtora e irradiadora de práticas e padrões pedagógicos, projetando vultos de destaque no panorama político e social, considerada como parte significativa da História da Educação do Estado de Sergipe (Alves, 2016, p. 49).

Assim descreve a finalidade do centro de memória escolar, Eva Maria Siqueira Alves, a idealizadora e gestora do Cemas, por mais de uma década. Um objetivo árduo e que compreende a ideia do “colocar a mão na massa” ao invés de somente expor o que não se tem, o que não está organizado optando-se por salvaguardar “os objetos e as imagens, as escritas e as vozes, todos os testemunhos que transmitem o legado do passado da educação são materiais semióticos que transmitem sinais e simbologias, construindo solidariedade entre os praticantes do ofício e entre as gerações de cidadãos que os utilizaram” (Escolano Benito, 2017, p. 276).

Dentro desta perspectiva, trabalha-se com a organização dos testemunhos do “o legado do passado” do Atheneu Sergipense. O processo de trabalho com o acervo documental percorre as seguintes etapas:

3 Para saber mais sobre o Cemas ler, entre outros, Alves (2016) e Oliveira (2023).

Infográfico 1 – 12 passos no trabalho com o acervo documental do Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense



Fonte: Infográfico elaborado pelo autor (2024).

Da produção do documento, como parte do cotidiano da escola, até a sua constituição como um documento de arquivo e a sua salvaguarda, há uma série de processos e interferência do conhecimento acadêmico na atividade de rotina de uma instituição educativa. O trabalho com o acervo é realizado desde a formação dos estagiários que lidam com esse material no dia a dia da labuta até as atividades de ensino, pesquisa e extensão que possam ser realizadas com ele. Cada passo dado foi aprendido no diálogo com o referencial teórico somado às especificidades do acervo escolar, na perspectiva de aprendizagem coletiva galgada ao longo dos quase 20 anos de funcionamento do Cemas.

Os passos estão em constante avaliação e reformulação, a depender do que constatamos e das novas rotas que precisamos seguir. São inúmeros desafios enfrentados, desde os materiais de consumo à necessidade de formação de novas equipes, sempre temporárias, por conta dos estágios com prazo para início e fim, assim como os pós-graduandos. Os passos planejados, executados e avaliados também são aplicados aos documentos referentes aos alunos, aqueles produzidos por esses sujeitos do processo educativo, e raros nos acervos escolares. Entre esses documentos constam jornais.

Em 2019, com o retorno ao prédio do Centro de Excelência Atheneu Sergipense, após um período de reforma estrutural, o Cemas recebeu do Arquivo Corrente da escola mais um conjunto diversificado de documentos a serem organizados. Teoricamente o material corresponderia ao período de 1970 a 1990, o trabalho com ele tem demonstrado outras delimitações temporais, mas o que nos interessa aqui demarcar é que, em meio ao emaranhado de material, foram enviados, também, jornais escolares e estudantis que podem ser entendidos como parte da imprensa pedagógica e educacional.

A imprensa pedagógica e educacional representa, portanto, um patrimônio documental indispensável e, em grande me-

dida, inexplorado, que os historiadores da educação podem utilizar para continuar a inovar a abordagem historiográfica, que durante muito tempo esteve demasiadamente ancorada na tradicional história das ideias ou na reconstrução exclusiva de escolhas de políticas escolares e educacionais. (Barausse *et al.*, 2021, p. 13).

Compreendemos que entre esse conjunto amplo que corresponde à imprensa pedagógica e educacional, existe aquela destinada aos alunos sendo os próprios discentes, os quais são seus principais sujeitos, como também aquelas em que os alunos integram a proposta da escola como colaboradores. Embora tais impressos estejam inseridos na “circulação internacional dos modelos educativos”⁴, as análises apontam que os estudos sobre a temática na historiografia educacional brasileira ainda são incipientes, sendo que muitas vezes tais fontes são utilizadas como “complementares” nos estudos sobre dada instituição educacional ou determinado sujeito do processo educativo. Pesquisas, como as de Silva e Cunha (2020), Moreira e Galvão (2022), entre outras, e trabalhos mais amplos, a exemplo do levantamento realizado por Bastos (2015), são rarefeitos e carecem de maiores sistematizações. Neste sentido, é preciso explicitar que compreendemos por jornais estudantis como aqueles:

[produzidos] por discentes dos diferentes níveis de ensino; impressos produzidos por estudantes dentro e fora da escola; periódicos realizados com a supervisão e direcionamento de docentes/gestores, como também aqueles produzidos por associações discentes que possuíam financiamento ex-

4 Magalhães (2022, p. 157) entende que: “No tema da circulação internacional dos modelos educativos, surgem incluídas, fundamentalmente, a cultura mundial da educação e a difusão isomórfica dos modelos educacionais, assentes numa ideologia e num dispositivo escolar”. Compreendemos que, dentro dessa circulação, constam, também, os impressos estudantis.

terno para sua impressão e divulgação; impressos cuja finalidade estava estritamente relacionada ao cumprimento de uma legislação educacional, bem como aqueles que se reinventavam no cotidiano das práticas educativas (Oliveira; Manke; Oliveira; Rodrigues, 2024, p. 10).

Por outro lado, existem também os impressos escolares, constituindo-se tanto como aqueles em que consta “o jornal escolar elaborado pelos alunos, como atividade de sala de aula ou extraclasse” (Bastos; Ermel, 2013, p. 145), como também jornais da própria escola, produzidos pela direção juntamente aos docentes, nos quais os alunos possuem uma participação como colaboradores, como é o caso do *A Voz do Atheneu*, que estampa o nome do diretor da escola em destaque na primeira página.

Dentro desta perspectiva, nos questionamos: quais os jornais estudantis/escolares foram produzidos em Sergipe entre o século XIX e a segunda metade do século XX? Eis a pergunta norteadora que possibilitou a mobilização de docentes e discentes da Universidade Federal de Sergipe, Universidade Federal de Pelotas e da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura de Sergipe no âmbito do aludido Projeto acerca dos Jornais Estudantis. O trabalho coletivo que articulou leituras, reflexões teórico-metodológicas e uma ampla pesquisa em acervos documentais possibilitou a localização dos seguintes jornais:

Quadro 1 – Jornais estudantis e escolares de Sergipe (1874-1980)

Nº	Nome do Jornal	Ano	Instituição/ Agremiação	Local de Salvaguarda
1	<i>O Porvir</i>	1874	Atheneu Sergipense	Biblioteca Pública Epiphânio Dória (BPED) e Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN) ⁵
2	<i>A Luz</i>	1877	Propriedade de uma associação de estudantes	HDBN
3	<i>A Luz do Século</i>	1888	Estudantes de preparatório	HDBN
4	<i>Echo Juvenil</i>	1888	Órgão literário e abolicionista (redatores: Emilio de Oliveira e Odilon Azevedo)	HDBN
5	<i>O Porvir</i>	1900	Propriedade de Costa e C.	BPED
6	<i>O Necdalud</i>	1909/ 1911	Atheneu Sergipense	BPED
7	<i>O Atheneu</i>	1915	Órgão dos Estudantes do Atheneu Sergipense	HDBN
8	<i>O Estudante</i>	1930	Órgão Literário, Humorístico e Literário da Mocidade de Sergipe	Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE)
9	<i>A Voz do Estudante</i>	1931	Letras e Artes	IHGSE
10	<i>O Porvir</i>	1932	Órgão semanal do Grêmio Literário Pedro II	IHGSE
11	<i>A Juventude</i>	1932/ 33 /34 /93	Órgão Quinzenal dos alunos da Escola do Comércio “C. Orlando”	BPED
12	<i>A Tebaidinha</i>	1932/ 34	Órgão do Colégio Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora	BPED
13	<i>A Juventude</i>	1934	Órgão bi-mensal do Clube de Turismo Instrutivo	IHGSE
14	<i>A Voz do Ateneu</i>	1934/ 36/ 37	Órgão quinzenal do Grêmio Literário “Clodomir Silva” (Atheneu Sergipense)	IHGSE
15	<i>A Juventude</i>	1934	Órgão bi-mensal do “Clube de Turismo Instrutivo”	BPED/IHGSE

5 Os jornais O Porvir, A Juventude, Correio do Colegial, E.I.A e Gênese estão salvaguardados em mais de um acervo.

Nº	Nome do Jornal	Ano	Instituição/ Agremiação	Local de Salvaguarda
16	<i>Boletim Nº 2</i>	1935	Órgão do Grêmio litero-científico Tobias Barreto	IHGSE
17	<i>O Estudante</i>	1935	Órgão Oficial do Grêmio Literário Tobias Barreto	IHGSE
18	<i>O Gury</i>	1936	Órgão para defesa da caixa escolar” beneficente infantil” – Rosario	IHGSE
19	<i>A Voz dos Estudantes</i>	1937	Escolas Municipais de Própria	BPED
20	<i>Correio do Colegial</i>	1938 – 1973	Colégio Jackson de Figueiredo	BPED/IHGSE
21	<i>A Pátria</i>	1938	Grupo Escolar Padre Dantas	Acervo Particular
22	<i>Terra</i>	1939	Órgão oficial do Colégio Tobias Barreto	IHGSE
23	<i>Símbolo</i>	1939/ 1940	Direção de um grupo de ginasianos	IHGSE
24	<i>O Porvir</i>	1941	Grupo Escolar Guilhermino Bezerra (Itabaiana)	BPED
25	<i>O Ideal</i>	1942	Órgão Mensal do Grupo Escolar “Fausto Cardoso”	Acervo Particular
26	<i>A Voz dos Estudantes</i>	1942/ 44/ 45 e 1946	Órgão do Colégio de Sergipe (1942) / Órgão do Grêmio Cultural “Clodomir Silva” (1944/45 e 1946)	IHGSE
27	<i>A Voz do Estudante</i>	1944/ 45/46	Órgão do Grêmio Cultural “Clodomir Silva” (Atheneu Sergipense)	BPED
28	<i>Tribuna Estudantil</i>	1946/ 48	Órgão Oficial do centro estudantil sergipano	IHGSE
29	<i>E.I. A</i>	1948/ 1949 1955/ 1965	Órgão oficial do Grêmio Cultural” professor Francisco Travassos”	IHGSE Memorial do Instituto Federal de Sergipe (Mifs)
30	<i>O Senai</i>	1948	Órgão dos alunos da Escola de Aprendizagem “Coelho Campos”	IHGSE
31	<i>Unidade Estudantil</i>	1951/ 53	Órgão Oficial da União Sergipana dos estudantes secundaristas	IHGSE

Nº	Nome do Jornal	Ano	Instituição/ Agremiação	Local de Salvaguarda
32	<i>Informativo C.E.S</i>	1952	Clube Estudantil Sergipense	IHGSE
33	<i>O Grêmio</i>	1953	Órgão Oficial dos Grêmios Culturais “Tobias Barreto” e “João Carneiro de Melo”	IHGSE
34	<i>O Atheneu</i>	1954/55	Órgão do Grêmio Cultural “Clodomir Silva” (Atheneu Sergipense)	IHGSE
35	<i>Escola Normal</i>	1956	Escola Normal Ruy Barbosa	IHGSE
36	<i>A Voz da Arcádia</i>	1958	Mensário de Cultura da Arcádia Cultural do C.E.S	IHGSE
37	<i>O ECO</i>	1959	Órgão do Grêmio Cultural “Clodomir Silva” (Atheneu Sergipense)	IHGSE
38	<i>Jornal Arcade</i>	1961	Arcadia Estudantil do Colégio Estadual de Sergipe	IHGSE
39	<i>Maruínense</i>	1962	Órgão do Grêmio Littero Cultural “Pe. Anchieta”	IHGSE
40	<i>Juventude</i>	1963	Órgão do Colégio “N. S de Lourdes”	IHGSE
41	<i>Liberdade Estudantil</i>	1968	Órgão Oficial dos Estudantes do Colégio Estadual de Sergipe	Centro de Memória do Atheneu Sergipense (Cemas)
42	<i>Genesis</i>	1975/77 e 81	Alunos do Colégio de Aplicação	Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação (Cemdap) e Cemas
43	<i>A Voz do Atheneu</i>	1979-1980	Edição do professor Leão Magno	Cemas

Fonte: Quadro elaborado por Vitória Lídia da Silva, bolsista PIBIC/CNPq do Projeto “Jornais Estudantis em Sergipe” (CNPq).

O Quadro expõe 43 jornais estudantis e escolares, de diferentes períodos, tipologias, finalidades e instituições educativas de Sergipe no recorte temporal de mais de um século. Chama atenção que tal número está equidistante dos levantamentos realizados por Simone Paixão Rodrigues (2015) e Cibele Rodrigues (2020) acerca dos jornais produzidos pela escola e que circularam em Sergi-

pe nesse período histórico. De modo que é possível afirmar que as instituições educacionais, e mesmo as instituições de guarda da memória de Sergipe, preservam uma ínfima parte dos jornais produzidos em escolas sergipanas. Por outro lado, necessitamos problematizar os jornais que sobreviveram às intempéries do tempo e questioná-los acerca do passado educativo em que estiveram imersos. Pensando com Maria Teresa Cunha:

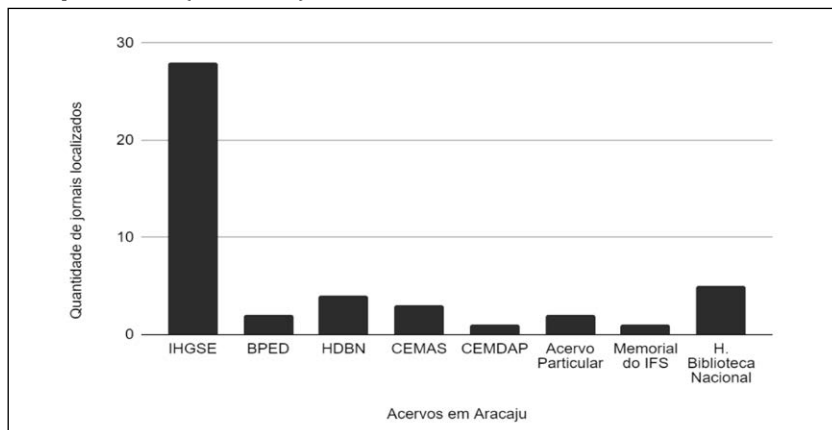
A difusão mais amplamente percebida da prática arquivística atribuiu aos historiadores novos e diversos documentos no âmbito da História da Educação, tais como revistas de ensino, jornais escolares, cartas, diários, coleções, acervos carregados de documentos ordinários – aqueles produzidos no dia a dia por pessoas comuns –, e exigiu, da mesma forma, uma renovação das práticas historiográficas envolvidas no seu trato. (Cunha, 2013, p. 155-156, grifo nosso).

Cientes dessa preocupação, nos documentos que foram “produzidos no dia a dia por pessoas comuns”, como é o caso jornais produzidos na escola, pensados pelos próprios discentes, ou por docentes e gestores, mas com destaque para a participação dos discentes, esses impressos tinham como objetivo publicizar práticas educativas, concepções de mundo, dar-se a ver ou jogar luz para determinado aspecto que consideravam digno de ser ressaltado. Produções coletivas que uniram diferentes sujeitos dentro e fora das instituições educacionais, que muitas vezes também circulavam para além dos muros da escola à qual estiveram vinculados.

No caso de Sergipe, a instituição educacional que aparece com a maior produção dos jornais é o Atheneu Sergipense, tendo um aumento significativo dessa circulação justamente nas décadas de 1930 e 1940, no período Vargas. Coincidentemente, ou não, o Atheneu Sergipense é justamente uma das poucas instituições educativas que preserva alguns jornais ali produzidos, uma vez que a

maior parte desses documentos se encontram em instituições de guarda da memória de Sergipe, do Rio de Janeiro e mesmo em acervo particular. Vejamos:

Gráfico 1 – Quantidade de jornais estudantis e escolares localizados em acervos públicos e particulares (1874-1980)



Fonte: Gráfico realizado a partir dos resultados do Projeto “Jornais estudantis em Sergipe”.

O Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE) é a instituição de memória que mais salvaguarda os impressos produzidos na escola, seguido da Biblioteca Pública Epiphany Dória (BPED), ambas localizadas em Aracaju, capital de Sergipe. Embora o IHGSE possua o maior número de diferentes jornais contemplando instituições católicas, como é o caso do periódico *A Juventude* (1953-1954), do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, com quatro edições, ou de formação de professores como o *Escola Normal* (1956), vinculado ao Instituto de Educação Rui Barbosa, entre outros. A BPED possui o maior quantitativo de números, sobretudo pela salvaguarda de 61 números de *O Necdalus* (1909-1911) e 116 de *O Correio do Colegial* (1938-1973), sendo o primeiro um periódico de estudantes do Atheneu Sergipense e o segundo de uma instituição particular que ofertou o ensino primário e secundário nesse período, chamada *Educandário Jackson de Figueiredo*, a *posteriori* Colé-

gio Jackson de Figueiredo, localizada na região central da cidade de Aracaju.

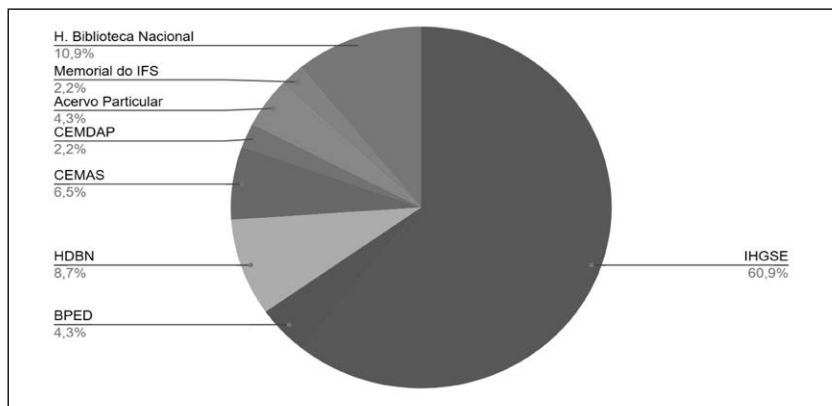
Além de alguns exemplares que estão disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN), como também na própria Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro, ali encontram-se os impressos *A Luz* (1877), propriedade de uma associação de estudantes; *A Luz do Século* (1888), pertencente a estudantes de preparatórios; o *Echo Juvenil* (1888), um órgão literário e abolicionista, e, *O Atheneu* (1915), produzido por discentes da escola que nomeia o jornal.

Já no Memorial do Instituto Federal de Sergipe (IFS) constam dois exemplares do E.I.A, um jornal da Escola Industrial de Aracaju que integrava o Órgão oficial do grêmio cultural “professor Francisco Travassos”. No IHGSE localizou-se também dois exemplares dos anos de 1948 e 1949. Tem-se um jornal pertencente ao acervo privado de uma ex-aluna, trata-se do *A Pátria* (1938-1939), periódico do Grupo Escolar Padre Dantas, da cidade de Maruim, no interior de Sergipe. Além desse, localizou-se também dois outros jornais pertencentes aos grupos escolares: *O Ideal* (1938-1942), do Grupo Escolar Fausto Cardoso, de Simão Dias, e *O Porvir* (1941), de Itabaiana, ambos estão salvaguardados na BPED. Do montante de impressos estudantis localizados, apenas cinco pertencem ao ensino primário, sendo os demais do secundário e profissional, elemento que aponta também para a dificuldade de acesso aos impressos produzidos por estudantes em espaços como grupos escolares em Sergipe. No Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS (Cemdap), constam exemplares do jornal *Gênesis* (Santos; Conceição, 2024).

No Cemas localizou-se um exemplar do *Liberdade Estudantil* (1968), quatro exemplares do *A Voz do Atheneu* dos anos de 1979 e 1980, sendo que, dos quatro, três são do ano 2 e um do primeiro ano de circulação do impresso. O jornal também conta com 12 páginas de um “rascunho” escrito à mão, com marcas de correção. Além desses, constam dois exemplares de *O Gênesis* (1976), um pe-

riódico do Colégio de Aplicação⁶ da UFS, que tinha como professora idealizadora Maria da Conceição Ouro Reis, que também era docente do Atheneu Sergipense, o que pode explicar, em certa medida, o fato do impresso ter sido guardado na escola. Vejamos outro Gráfico com a porcentagem de jornais salvaguardados por instituição educativa:

Gráfico 2 – Porcentagem de jornais estudantis e escolares localizados em acervos públicos e privados (1874-1980)

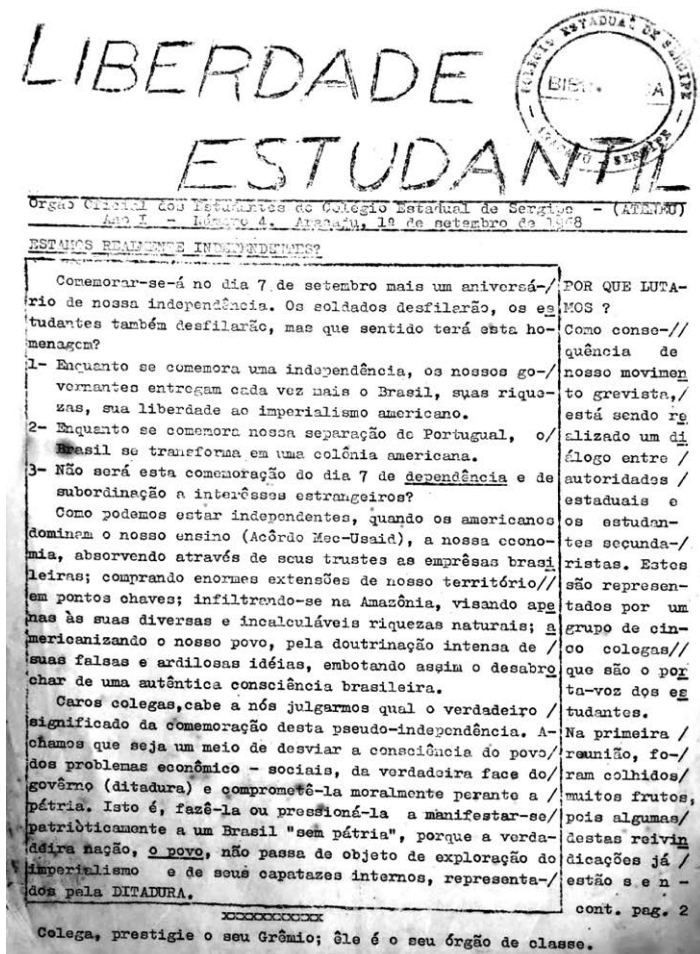


Fonte: Gráfico realizado a partir dos resultados do Projeto “Jornais estudantis em Sergipe”.

Fica evidente a preponderância do IHGSE com relação ao quantitativo de jornais salvaguardados. Por outro lado, as próprias instituições educativas produtoras dos impressos possuem poucos jornais em seus acervos. Entre eles, o Cemas, que salvaguarda três impressos, vejamos a seguir a capa de dois desses jornais, aqueles produzidos pelo próprio Atheneu Sergipense:

6 Como trata-se de um impresso que não tem vinculação direta com as práticas educativas do Atheneu Sergipense, não faremos a análise dele no presente texto, para saber mais sugiro a leitura de Santos e Conceição (2024).

Figura 1 – Jornal estudantil *Liberdade Estudantil* (1968)



Fonte: Acervo do Cemas.

O impresso, produzido no ápice da Ditadura Civil-Militar brasileira, tem o nome de *Liberdade Estudantil*, o que já denota qual a vertente dos estudantes secundaristas que ali se reuniram para publicizar suas ideias. A imagem exposta é do número 4 do primeiro ano, ou seja, tem-se um registro do seu funcionamento, tendo ele nascido no

próprio ano de 1968. Datilografado, trata-se de um produto do “Órgão oficial dos estudantes do Colégio Estadual de Sergipe – (ATHE-NEU)”. Contando com um carimbo da Biblioteca da escola.

O título do texto “Estamos realmente independentes?” já demonstra que seu teor é crítico e perspicaz no trato com o Regime em que estavam imersos, inclusive com o desfile cívico. Ao finalizar com a palavra “DITADURA” em destaque, explicita-se sua posição e, como era de se esperar de um jornal com tal posicionamento, ninguém assina seus textos, insinuando ser uma produção coletiva de estudantes. Finaliza-se a primeira página com o convite: “Colega, prestigie seu Grêmio, êle é seu órgão de classe”.

Em outro âmbito, consta um jornal produzido pela escola, leia-se diretor e professores com a participação dos alunos como coadjuvantes do processo, ou em meio a projetos maiores que envolviam a escrita e sua publicização, relacionada a diferentes disciplinas, sobretudo a de Português. (Figura 2)

O *A Voz do Atheneu*⁷ mede 32 cm de largura por 46 de altura, contendo um exemplar do ano 1, fase 1, somado a três exemplares do ano 2, fase 2. Além disso, o periódico tem um rascunho com 12 páginas escritas à mão, em que constam marcas de correção. A capa do impresso, com o nome *A Voz do Atheneu*, é seguida da informação que se trata do primeiro ano da segunda fase, uma vez que o pioneiro jornal com tal nomenclatura circulou na década de 1930. Logo depois, a frase que demonstra não só o nome do diretor, mas sua concepção de educação e como isso se fez presente nas práticas do Atheneu Sergipense. Ao explicitar em destaque: “Cada vez que acatamos a ordem, asseguramos a nossa liberdade. Professor Leão Magno”, a frase do então diretor da escola nos leva a refletir sobre de quem é a voz do jornal estudantil *A Voz do Atheneu*, a qual entendemos ser do diretor e daqueles que compõem seu “Expediente”, constituído eminentemente por docentes.

7 O primeiro jornal *A Voz do Atheneu* circulou em 1934 como uma produção do Grêmio Literário Clodomir Silva. Para saber mais, sugere-se a leitura da tese de Rodrigues (2015).

Localiza-se também uma advertência “Aos Leitores”, o “Editorial” com um breve texto acerca da história dos impressos e “A Voz do Atheneu no Exterior”, incluindo “Notícias literárias”. O jornal abarcava também “A Voz do Atheneu no Atheneu” e a mesma “Voz” em Sergipe e no Brasil. Além de veicular homenagens, poesias, imagens antigas da escola e o “Expediente: Letras, artes e ciências”.

Os dois impressos apresentam materialidades distintas. O primeiro é produzido com baixos custos, sem passar por uma tipografia, não contém imagens e possivelmente pensado, escrito e diagramado por discentes. O segundo, é um jornal da escola, com imagens, diagramação, seções bem definidas, com um corpo de sujeitos envolvidos em prol da produção do impresso.

Os dois jornais brevemente apresentados são expostos para exemplificar como, em um tempo histórico tão próximo, 1968 e 1979-1980, o Atheneu Sergipense fez circular um jornal escrito por estudantes que se manifestavam totalmente contrários à Ditadura Civil-Militar e outro que carregava o título de “Voz”, utilizado pela direção com outras finalidades, inclusive ostentando a ideia do “acatar” e da “ordem”, tão propagadas em tempos de opressão, censura e repressão de pensamentos em uma escola de Segundo Grau.

Se o Liberdade Estudantil questionava “Estamos realmente independentes?”, por sua vez o A Voz do Atheneu informava que a liberdade estava assegurada no acatar a ordem. É uma mesma escola composta por diferentes sujeitos que estampam impressos distintos não só na materialidade e no título, mas também nos seus propósitos. Um estudantil e outro da escola. Um do aluno para o aluno e, quiçá, para tantos outros integrantes da comunidade cujas ideias coadunavam com tais perspectivas. Outro, cuja “Voz” fazia uso da memória do pioneiro A Voz do Atheneu, produzido por estudantes, mas fazia ecoar o modo de pensar de alguns docentes e do diretor em suas páginas. Tão próximos e tão distantes. Tão necessários de serem estudados com maior profundidade e questionados a partir de outros prismas. Aqui queremos demarcar que os “restos”

deixados na escola e sua guarda no Cemas como “materialidades” pertencem ao patrimônio educativo sergipano. “Restos” que possibilitaram essas escritas e ainda podem frutificar tantas outras análises no campo da história da educação brasileira.

Considerações finais

Nos atos de reunir, organizar, higienizar, inventariar e pesquisar o patrimônio no campo da educação, deve haver mais que resistência ao esquecimento e reverência pela escola do passado, mas, fundamentalmente, a perspectiva da construção do futuro presente das escolas em nossa sociedade (Souza, 2013, p. 216).

Se abrimos as portas da discussão sobre patrimônio educativo e imprensa periódica da educação com as assertivas de Carlota Boto que tratam do ensino secundário e a relação entre o passado como postulado para o futuro, fechamos o debate com as assertivas de Rosa Fátima de Souza, que nos chama atenção para irmos além da salvaguarda, mas tratarmos do patrimônio educativo e dos projetos de futuro que cada escola deve ser responsável por ajudar a formar nos seus discentes. Indubitavelmente, o Cemas e o seu acervo, inclusive de jornais, têm buscado fornecer sua contribuição nessa seara.

Sabemos que para além do que foi apregoado por Celestin Freinet (1974), existiram várias outras formas de produção de jornais, no ensino primário e secundário, com a participação ativa dos estudantes ou mesmo com o uso do jornal como um instrumento de propaganda da escola, na qual os alunos eram parte do processo de escrita e veiculação das ideias, como é o caso do *A Voz do Atheneu*. De todo o modo, tais escritos na imprensa periódica da educação veiculam ideias, concepções de mundo e abrem espaço para perscrutarmos como a escola dialogava com os projetos de sociedade vividos em cada época e vice-versa.

Salvaguardar o patrimônio documental de uma instituição educacional é tarefa urgente quando vislumbramos que os papéis ali produzidos dizem respeito a uma parcela da população que teve acesso à escola, são memórias, saberes e fazeres registrados nos mais variados tipos de documentos que dizem respeito ao dia a dia de uma instituição educativa, de uma instituição social e cultural que forma gerações. Salvaguardar os impressos estudantis e escolares é preservar modos de ser, fazer e pensar o mundo, é ampliar as possibilidades de análises da História da Educação a partir de jornais que são produzidos de maneira coletiva, agregando sujeitos e ideias distintas dentro da instituição educativa.

Se para além de “reunir, organizar, higienizar, inventariar” conseguirmos “pesquisar” e produzir conhecimento científico com o uso desses jornais como fontes, isso fornece outra perspectiva para o acervo escolar e retira-o de um documento rotineiro para ser um instrumento utilizado para investigar dado passado. Tal passado pela ótica do estudante, que de algum modo veiculou, para a comunidade em que estava inserido, aspectos das disciplinas que estudava, das férias escolares ou mesmo aventurou-se por opinar acerca de determinado tema, envolver-se em querelas, como também fazer elogios a docentes e mesmo governadores. Ou um jornal idealizado e produzido por docentes e gestores com sua ótica de mundo, suas concepções de educação, valores e normas que buscavam implementar naquele espaço educativo em dado momento histórico. A imprensa periódica da educação e seus usos são vastos.

Assim, gostaria de encerrar aqui o presente capítulo, concludo mais atenção para o patrimônio partilhado por tantas crianças e jovens de diferentes partes do mundo: a educação escolarizada. Tal patrimônio, que consideramos como patrimônio educativo, abarca também a imprensa periódica da educação, uma imprensa que na segunda metade do século XIX e ao longo do século XX fez circular impressos dos mais variados, entre eles jornais que com corpo, forma, teor e tintas carregadas pelos estudantes, os jornais

estudantis, como é o caso do Liberdade Estudantil e outros impressos que apropriados pela escola, foram utilizados como vitrine da instituição educativa, contando com a colaboração dos discentes, a exemplo do A Voz do Estudante. Nosso trabalho com o patrimônio educativo e os jornais realizado no Cemas, inclusive com as turmas de ensino médio da instituição de ensino, almeja contribuir para a educação patrimonial em um processo educativo em que A Voz do Estudante contemporâneo seja efetivamente uma voz de Liberdade Estudantil.

Referências

ALVES, Eva Maria Siqueira. A edificação do Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense. **Rev. Iberoam. Patrim. Histórico-Educativo**, Campinas (SP), v. 2, n. 2, p. 37-50, jan./jun. 2016.

ALVES, Eva Maria Siqueira. **O Atheneu Sergipense: uma Casa de Educação Literária, examinada segundo os planos de estudos (1870-1908)**. 2005. 318 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

ALVES, Eva Maria Siqueira; OLIVEIRA, João Paulo Gama; COSTA, Rosemeire Marcedo. **Álbum Atheneu Sergipense**. Aracaju: Códice, 2021. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/14111>. Acesso em: 14 jan. 2024.

BARAUSSE, Alberto et al. Apresentação. **History of Education & Children's Literature**, Edizioni Università di Macerata, Italy, n. XVI, v. 2, p. 11-15, 2021.

BASTOS, Maria Helena Camara. Impressos e cultura escolar. Percursos da pesquisa sobre a imprensa estudantil no Brasil. In: HERNÁNDEZ DÍAZ, José Maria (Coord.). **La prensa de los escolares y estudiantes: Su contribución al patrimonio histórico educativo**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2015, p. 21-43.

ERMEL, Tatiane. O jornal A Voz da Escola: escritas dos alunos do Colégio Elementar Souza Lobo (Porto Alegre/RS, 1934-1940). **História da Educação**. Porto Alegre. v. 17, n. 40. maio/ago. 2013. p. 143-173

BOTO, Carlota. Um livro das humanidades. *In*: CASTRO, César Augusto (Org.). **Ensino Secundário no Brasil: perspectivas históricas**. São Luís: EDUFMA, 2019. p. 9-14

CUNHA, Maria Teresa Santos; SILVA; Cristiani Bereta da. Jornais escolares: arautos de ensinamentos patrióticos e pacifistas (Santa Catarina/Brasil/1940-1960). **Sarmiento** (Vigo), v. 24, p. 127-159, 2020.

DANTAS, Beatriz Góis. Independência: celebrações, memórias e símbolos. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju/SE: IHGSE, v. 2, n. 50, p. 17-38, 2020.

ESCOLANO BENITO, Agustín. **A escola como cultura: experiência, memória e arqueologia**. Trad. Heloísa Pimenta Rocha e Vera Lúcia Gaspar da Silva. Campinas: Alínea, 2017.

FREINET, Celestin. **O jornal escolar**. Tradução: Filomena Quadros Branco. Lisboa: Editora Estampa: 1974.

MAGALHÃES, Justino. **Na rota da educação: epistemologia, teoria, história**. Uberlândia; Campinas: EDUFU; UNICAMP, 2022.

MOREIRA, Kênia Hilda; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Impressos estudantis secundaristas como fonte para a História da Educação: potencialidades e desafios nos processos de produção de um repertório sobre o Sul do Mato Grosso (Brasil). **Cadernos de História da Educação (on-line)**, v. 21, p. 1-23, 2022. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/65147/33596>. Acesso em: 15 fev. 2024.

OLIVEIRA, João Paulo Gama. Desafios políticos para a instalação e manutenção do Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (2005-2019). *In*: PAULILO, André Luiz; CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da; CAMPELLO, Lorena de Oliveira Souza (Orgs.). **A Pesquisa em acervos da escola e da educação**. Campinas: Mercado de Letras, 2023, p. 183-206.

OLIVEIRA, João Paulo Gama; MANKE, Lisiane Sias; OLIVEIRA, Roselusia Teresa de Moraes; RODRIGUES, Simone Paixão (Orgs.). **Escritas estudantis na imprensa periódica da educação (séculos XIX e XX)**. Jundiá, SP: Paco, 2024.

OLIVEIRA, João Paulo Gama; SANTOS, Luana de Jesus; ACCIOLLY, Marília Marques da Cruz. **Pesquisas sobre impressos estudantis no Brasil (2003-2022): A Voz do Estudante em foco**. 2024. [No prelo]

RODRIGUES. Cibele de Souza. **Letras estudantis em Sergipe**: cultura escolar em impressos de alunos secundaristas de Aracaju na década de 1930. 214 p. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2020.

RODRIGUES. Simone Paixão. **Com a palavra, os alunos**: associativismo discente no Grêmio Literário Clodomir Silva (1935 – 1956). 2015. 337 p. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

SANTOS, Alfredo Bezerra dos; CONCEIÇÃO. Joaquim Tavares da. Jornal estudantil Genesis: uma experiência de criação literária e artística no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (1975-1981). *In*: OLIVEIRA, João Paulo Gama; MANKE, Lisiane Sias; OLIVEIRA, Roselusia Teresa de Moraes; RODRIGUES, Simone Paixão (Orgs.). **Escritas estudantis na imprensa periódica da educação (séculos XIX e XX)**. Jundiá, SP: Paco, 2024. p. 225-244.

SOUZA, Rosa Fátima de. Preservação do Patrimônio Histórico Escolar no Brasil: notas para um debate. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 14, n. 26, p. 199-221, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723814262013199>. Acesso em: 29 jan. 2024.

ORGANIZADOR

João Paulo Gama Oliveira:

Professor do Departamento de Educação (DEDI) e dos Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGED) e Ensino de História (ProfHistória) da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Graduado em História, mestre e doutor em Educação pela UFS. Realizou estágio de pós-doutoramento na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp). Líder do Grupo de Pesquisa: História da Educação: Sujeitos, Patrimônios e Práticas Educativas (GPHECOLAR/UFS/CNPq) e coordenador do Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (Cemas). E-mail: profjoaopaulogama@gmail.com

Sobre os autores e as autoras

Cristiani Bereta da Silva:

Professora titular do Departamento de História, atuando como docente permanente no Programa de Pós- Graduação em História (PPGH) e no Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), na Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Realizou estágios pós-doutorais em 2011, na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e, em 2015, na Universidade de Alcalá (UAH), Espanha. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Ensino de História, memória e culturas (CNPq/Udesc), vinculado ao Laboratório de Ensino de História (LEH/Udesc) e do Grupo de Pesquisa Oficinas de História (CNPq/UERJ). Bolsista Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: cristianibereta@gmail.com

David da Silva Assis:

Bacharelando em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Estagiário da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura (Seduc), atuando no Centro de Memória da Formação Docente do Instituto de Educação Rui Barbosa (Cierb). Interessa-se pela preservação da informação, gestão documental e memória. E-mail: dm.davidassis@gmail.com

Ivanildo Gomes dos Santos:

Professor do Centro de Educação, da Universidade Federal de Alagoas (Ufal). Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa História da Educação, Cultura e Literatura. Doutor em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestre em Educação pela Ufal. Tem interesse por estudos na área da História da Educação, com ênfase nas culturas escolares e história institucional. Email: ivanildo.santos@cedu.ufal.br

Joaquim Tavares da Conceição:

Doutor em História, professor do Colégio de Aplicação da UFS, líder do Grupo de Pesquisa em História da Educação: sujeitos, saberes e práticas educativas. Idealizou e coordena o Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS. Integra o corpo permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Mestrado Profissional em Ensino de História da UFS. E-mail: jtc20111@academico.ufs.br

Juarez José Tuchinski dos Anjos:

Professor Adjunto de História da Educação e História da Educação Brasileira no Departamento de Teoria e Fundamentos da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação (Modalidade Profissional) da Universidade de Brasília. Doutor em Educação pela Universidade Federal do Paraná, na linha de História e Historiografia da Educação (2015),

com estágios de pós-doutorado na área de História da Educação na UFPR (2015-2017) e na UFU (2023-2024). Líder do GRUPHE-UnB/CNPq - Grupo de Pesquisa em História e Historiografia da Educação da Universidade de Brasília. E-mail: juarezdosanjos@yahoo.com.br

Maria Teresa Santos Cunha:

Historiadora, mestre em História do Brasil (UFSC) e doutora em Educação/ História e Filosofia pela USP. Professora Titular pelo Departamento de História/UDESC onde atuou no Programa de Pós-Graduação em História e é atuante no Programa de Pós-Graduação em Educação da Udesc/SC. Professora aposentada da UFSC/SC Vice-líder do Grupo de Pesquisa Arquivos Pessoais, Patrimônio e Educação (Garpe)/CNPq. Bolsista Produtividade em Pesquisa CNPq 1-D. Trabalha com arquivos pessoais, patrimônio, cidade e História do Tempo Presente. E-mail: mariatsc@gmail.com

Rosemeire Marcedo Costa:

Professora do Departamento de Educação da UFS. Graduada em Pedagogia, mestre e doutora em Educação pela UFS. Integrante do Grupo de Pesquisa História da Educação: Sujeitos, Patrimônios e Práticas Educativas (GPHECOLAR/UFS/CNPq). Coordenadora do Centro de Educação e Memória do Instituto de Educação Rui Barbosa – Cierb. Coordenadora Adjunta da Universidade Aberta do Brasil no âmbito da UFS/Cesad. Tem experiência na área de Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: história da educação, história das disciplinas escolares e práticas educativas. E-mail: rose.marcedo@gmail.com

Olivo discute sobre o patrimônio educativo a partir de acervos, centros de memória e impressos, com as lentes analíticas de distintos pesquisadores/as que tratam do acervo da Câmara dos Deputados de Brasília, de um Grupo de Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas, do Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (Cemas); Centro de Memória da Formação Docente do Instituto de Educação Rui Barbosa (Cierb) e do Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS (Cemdap). Dos acervos e centros de memória emergem análises mais específicas sobre os impressos escolares, com foco nas revistas e jornais.

A obra cumpre uma tripla finalidade: 1-Apontar novas perspectivas de estudo da área de história da educação no Brasil, em diálogo com diferentes referenciais teórico-metodológicos no que tange ao trato com distintos acervos com ênfase no patrimônio educativo; 2-Divulgar os resultados de Projetos que conseguiram congregiar distintos/as estudiosos/as do assunto que reunidos na Universidade Federal de Sergipe nos dias 22 e 23 de outubro de 2024 debateram, propuseram, refletiram e apontaram tensões existentes nesses campos de disputa que perpassam o passado educacional brasileiro; 3-Suscitar outras pesquisas que nos possibilitem ampliar "Questões para (re)pensar o patrimônio educativo: acervos, espaços de memória e impressos escolares".

ISBN 978-858413556-1

